

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

**A REGIÃO DO LAGO DE ITAIPU: AS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DOS  
GOVERNOS MILITARES E A BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO  
REGIONAL**

EDSON BELO CLEMENTE DE SOUZA

Orientador Prof. M.Sc. Luís Fugazzola Pimenta

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

FLORIANÓPOLIS - SC

Abril - 1998

***A Região do Lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional.***

**Edson Belo Clemente de Souza**

*Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.*

*Leila Christina Dias*

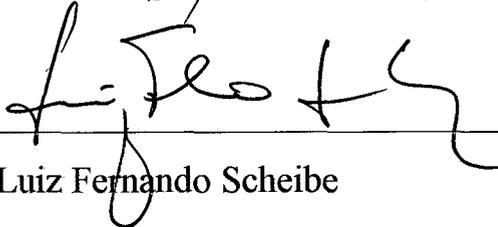
Prof.<sup>a</sup>. Leila Christina Duarte Dias

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 02/04/1998



M.Sc. Luís Fugazzola Pimenta (Orientador)



Dr. Luiz Fernando Scheibe



Dr.<sup>a</sup>. Walquíria Krüger Corrêa

Abril - 1998

**Dedicatória**

Ao pai, Kaio, Kayane, Antônio e Fátima.

## AGRADECIMENTOS

Fico eternamente grato, pelas contribuições, a muitas pessoas, em especial à Prof<sup>a</sup>. Alice Yatiyo Asari pelas críticas e observações.

À Prof.<sup>a</sup> Yoshiya Nakagawara pela sugestão bibliográfica.

À Prof.<sup>a</sup>. Izabel Cristina Souza Gimenez pelas observações e revisão ortográfica.

Ao empenho do orientador Prof. Luís Fugazzola Pimenta.

Ao apoio dos Professores Álvaro José de Souza, Lourenço Magnoni Junior, Pedro Costa Guedes Vianna e Ruy Moreira, companheiros agebeanos.

Aos professores, funcionários e colegas de turma da UFSC, da UNIOESTE e da CAPES pelo incentivo à pesquisa.

Aos sindicatos de Foz do Iguaçu pelas informações prestadas.

À Itaipu pelas contribuições através de materiais.

Aos secretários e funcionários da PMFI que foram bastante solícitos fornecendo informações e materiais, e ao apoio dos técnicos-administrativos da UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon.

## SUMÁRIO

Sumário de Figuras .....	vii
Sumário de Tabelas .....	viii
Sumário de fotos .....	ix
Lista de siglas .....	xi
Resumo .....	xiv
Abstract .....	xv
Introdução .....	1
Capítulo I - Hidrelétrica de Itaipu: uma represa que (des)figura uma região .....	8
1.1 - Contextualizações histórico-econômicas .....	20
1.2 - A rápida urbanização de Foz do Iguaçu através da construção de Itaipu .....	34
Capítulo II - O significado da Avenida Beira-Rio no processo da urbanização de Foz do Iguaçu a partir da década de 70 .....	61
2.1 Favelas .....	72
2.2 Remoção .....	79
2.3 Impactos Ambientais .....	93
2.4 Movimentos Sociais .....	96
2.5 Outros Agentes Modeladores do Espaço .....	102
2.6 Foco de corrupção? .....	104
Capítulo III - Inserção do Projeto Costa Oeste na área de abrangência da Itaipu e Beira-Rio .....	109
3.1 O Projeto Costa Oeste na Região Lindeira ao Lago de Itaipu .....	110
3.2 Jogos Mundiais da Natureza .....	117
3.3 Globalização: Turismo e Reterritorialização .....	127
3.4 Royalties .....	134
3.5 Outros empreendimentos .....	138
Considerações finais .....	143
Anexos .....	147
Referências Bibliográficas .....	162

**SUMÁRIO DE FIGURAS**

I - Localização da Área em estudo .....	05
II – Área do Projeto .....	13
III – Municípios Lindeiros comprometidos durante a formação do Lago de Itaipu .....	18
IV – Localização de Foz do Iguaçu .....	35
V – Localização da Vila Bananal em Foz do Iguaçu .....	54
VI – Localização dos principais atrativos turísticos de Foz do Iguaçu .....	59
VII – Localização da Avenida Beira-Rio em Foz do Iguaçu .....	68
VIII – Localização das Favelas em Foz do Iguaçu .....	80
IX – Ocupação do Solo nos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu .....	112
X – Rodovia do Costa Oeste .....	115
XI - Localização dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu .....	136

## SUMÁRIO DE TABELAS

I - Área total e comprometida dos municípios afetados pela represa de Itaipu (ha).....	19
II – Número de Propriedades e Área Invasa pelo Lago de Itaipu.....	20
III – Déficit da Infra-estrutura de Foz do Iguaçu .....	38
IV Evolução entre a População Urbana e Rural de Foz do Iguaçu .....	40
V – Evolução da população em Foz do Iguaçu, Extremo-Oeste e Paraná .....	41
VI – Perfil da População Economicamente Ativa de Foz do Iguaçu – 1994 .....	46
VII – Evolução de Exportadores e Empresas do Setor Terciário em Foz do Iguaçu.....	47
VIII – Acréscimo no número de habitantes em função dos períodos ou fases econômicas em Foz do Iguaçu.....	48
IX – Custo do Solo na área urbana de Foz do Iguaçu, em dólares – 1991 .....	49
X – Comparativo entre aumento da população, construção de moradias populares e... Favelas .....	72
XI – Número de Famílias Residentes em Aglomerados Subnormais – 1994 .....	74
XII – Quantificações de Favelas atingidas pela Beira-Rio .....	78
XIII - População de cada município limdeiro ao Lago de Itaipu.....	111
XIV – Relação da Área Total e da Área Desapropriada dos municípios Lindeiros.....	136

## SUMÁRIO DE FOTOS

1- – A Itaipu em construção .....	10
2 - Praia Artificial de Foz do Iguaçu .....	15
3 – Praia Artificial de Santa Terezinha de Itaipu .....	15
4 – Manifestantes aguardando a chegada do Presidente Fernando Collor para a inauguração da 18ª turbina – maio de 1991 .....	33
5 – Idem .....	33
6 – Sacoleiros na Ponte da Amizade durante manifestação/set.97 .....	43
7 - Vista do Vertedouro por turistas.....	52
8 - Vista geral das Cataratas do Iguaçu .....	58
9 - Vista aérea do fundo do Parque Nacional.....	58
10 – Vista aérea da Avenida Beira-Rio em construção.....	63
11 – Vista aérea da Avenida Beira-Rio em construção (cont.) .....	64
12 – Vista aérea da Avenida Beira-Rio em construção (cont.) .....	65
13 – Vista aérea da Avenida Beira-Rio em construção (cont.) .....	66
14 – Início da construção da Avenida Beira-Rio .....	70
15 – Casas de madeira em Três Lagoas – maio/95 (rejeitadas pelos favelados da Beira-Rio) .....	86
16 – Casas rejeitadas pelos favelados da Beira-Rio (1º plano). Maio/95 .....	87
17 – Casas de alvenaria em Três Lagoas – maio/95 .....	87
18 – Acampamento dos sem-teto na Gleba Guarani/out.96 .....	92

19 – Policiamento no acampamento dos sem-teto na Gleba Guarani – out.96 .....	92
20 – Manifesto dos estudantes na Avenida Beira-Rio/abril 95 .....	95
21 – Avenida Beira-Rio abandonada/dez.97 .....	107
22 – Avenida Beira-Rio abandonada/dez.97 .....	107
23 – Manifestantes protestando no dia da abertura dos Jogos Mundiais da Natureza. 27.09.97.....	123
24 – Idem.....	123
25 – Presidente Fernando H. Cardoso discursando na abertura dos Jogos Mundiais da Natureza .....	125
26 – Outras autoridades na abertura dos Jogos Mundiais da Natureza .....	125
27 – Base náutica de Itaipulândia em construção – agosto/97 .....	126
28 – Base náutica de Guaíra – set.97 .....	126

**LISTA DE SIGLAS**

ABAV - Associação Brasileira de Agências de Viagem

ADEAFI - Associação de Defesa Ambiental de Foz do Iguaçu

ANDE - Administração Nacional de Eletricidade

ASCE – Sociedade Americana de Engenharia Civil

BIM - Batalhão de Infantaria Motorizada

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CETREMI - Centro de Triagem e Recepção ao Migrante

CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CMP - Central dos Movimentos Populares

CODEFI - Companhia de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu

COHAFOZ - Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu

COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná

DEM HAB - Departamento Municipal de Habitação

DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

DPII - Departamento de Informações Institucionais

EADI- Estações Aduaneiras de Interior

ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A

ELETROSUL - Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

EUA - Estados Unidos da América

FAMEPAR - Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná

FOZTUR - Foz do Iguaçu Turismo S/A

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MERCOSUL - Mercado Econômico do Cone Sul

MICT - Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo

MS - Movimentos Sociais

MSU - Movimentos Sociais Urbanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PARANATUR - Paraná Turismo

PDDI - FI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Foz do Iguaçu

PLRA - Partido Liberal Radical Autêntico

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMFI - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SCT - Secretaria de Ciência e Tecnologia

SINE – Serviço Nacional de Emprego

SMCP - Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento

SMCS - Secretaria Municipal de Comunicação Social

SMDS - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social

SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

TFP - Tradição Família e Propriedade

UDR - União Democrática Ruralista

UMAMFI - União Municipal das Associações de Moradores de Foz do Iguaçu

UMEFI - União Municipal Estudantil de Foz do Iguaçu

USP - Universidade de São Paulo

ZEP - Zona Especial de Proteção

ZVR - Zona Verde Residencial

## RESUMO

A presença do Estado como gerenciador de empreendimentos revela algumas das contradições existentes na sociedade. Assim, em diferentes momentos será analisado o papel do Estado enquanto interventor no processo urbano e regional através da Itaipu Binacional, da Avenida Beira-Rio e do Projeto Costa Oeste - todos localizados no oeste paranaense.

Em função da construção da Hidrelétrica de Itaipu, alguns municípios começam a conviver com uma nova realidade a partir das seguintes mudanças: configuração de uma nova região, aumento populacional, demanda crescente de equipamentos de consumo coletivo, etc. Por sediar a represa e também por suas características turísticas, Foz do Iguaçu será melhor analisado.

A partir da Itaipu passa-se para a Avenida Beira-Rio, em Foz do Iguaçu, que foi idealizada, inicialmente, para servir ao turismo. Os conflitos gerados durante esta obra permitiram visualizar as forças sociais atuantes na cidade e quem realmente representa o poder local através de suas políticas públicas. Por último, analisa-se os primeiros passos do Projeto Costa Oeste, que pretende desenvolver a economia de todos os municípios que estão nas margens paranaenses do Lago de Itaipu através do turismo.

Três empreendimentos que apresentam características diferentes no processo de produção e organização espacial, no qual o Estado desempenha o papel de mediar os interesses do capital, negligenciando, em muitas vezes, os aspectos sociais. Como fator comum de todas as fases desses empreendimentos, o turismo é marcado pelas políticas públicas dos diferentes níveis de Estado.

## ABSTRACT

The presence of the State as the manager of undertakings reveals the contradictions existent in society. So, in different moments the State's actions will be analysed while the interventor in the urban and regional process through Itaipu Binational, Beira-Rio Avenue and the West Coast Project - all located in West Parana.

On account of the construction of the Itaipu Hydroelectric, some towns started to live a new reality, since the following changes: configuration of a new region, increase in population, increasing demand in equipments of community consume etc. Once the reservoir is based in Foz do Iguazu and as the city offers many touristic features, it will be best analysed.

From Itaipu, we go to Beira-Rio Avenue, in Foz do Iguazu, which was idealized, at the beginning, to serve the tourism. The conflicts generated during this building allowed us to visualize the social powers acting in the city and the people who really represent the local power by means of their public policies. At last, we analyse the first steps of the West Coast Project, which intends to develop, by using the tourism, the economy of all the cities there in the margins of the Itaipu Lake.

These are three undertakings that present different characteristics in the production process and space organization, in which the State plays the part of mediating the interests of the capital, neglecting, in many times, the social aspects. As a common fact of all the phases of these undertakings, the tourism is marked by the public policies of different levels of the State.

## Introdução

Os acontecimentos mais recentes da história do capitalismo brasileiro, a partir dos anos 70, evidenciaram mudanças espaciais que se configuraram em algumas regiões de forma bem particular. Por isso, as políticas públicas - enquanto programas estabelecidos e sustentados por órgãos públicos - desde os governos militares, caracterizaram alguns empreendimentos que responderam pelo papel do Estado enquanto interventor na construção do espaço urbano e regional.

Foi nesse contexto que se construiu a Hidrelétrica de Itaipu, configurando uma nova feição regional, no limite dos municípios que estão em volta do lago da represa. Pretende-se aqui analisar a construção regional, circunscrita na porção brasileira da área da Itaipu Binacional, a partir de políticas públicas decorrentes da década de 70 a 90.

No início da construção da Itaipu Binacional, o Estado brasileiro, sob a égide do autoritarismo militar, impôs um modelo de desenvolvimento. Esta contextualização é um importante fator para a compreensão do porquê se edificar uma obra do porte da Hidrelétrica da Itaipu.

Em 1974 iniciou-se a construção da maior hidrelétrica do mundo - Itaipu Binacional, que provocou significativas mudanças na região oeste do Estado do Paraná, em especial nos municípios que receberam influência direta da obra, seja no momento da construção, como é o caso do município de Foz do Iguaçu, onde se situa a hidrelétrica, como também a partir da sua conclusão, influenciando naqueles que estão à margem do lago que se formou com a represa.

Por se tratar de uma obra de grande envergadura, o contingente de trabalhadores da Itaipu correspondeu, no pico da obra, ao da população da cidade, acarretando insuficiência de atendimento básico (assistência médica, moradia, transporte, abastecimento de água e luz etc.), sendo este um dos aspectos relevantes da análise da construção da hidrelétrica, numa perspectiva de configurar uma nova região, assim como as transformações específicas em Foz do Iguaçu.

Além de se destacar por sediar a construção da Itaipu, Foz do Iguaçu é um referencial turístico da região oeste do Paraná. Os efeitos imediatos do empreendimento

estatal são percebidos diretamente através das mudanças sociais e econômicas, provocadas pelo crescimento populacional, refletindo numa nova estruturação do município. Deste modo, Foz do Iguaçu é particularmente analisada enquanto imagem dos impactos da Itaipu e enquanto significado de pólo turístico para a região. Também, num contexto urbano e regional, faz-se necessária uma análise dos municípios atingidos pela Itaipu - na margem esquerda do Rio Paraná, suas reações às transformações provocadas pela obra de Itaipu.

Apesar de ser um referencial da engenharia moderna<sup>1</sup>, a Hidrelétrica de Itaipu não considerou os aspectos sociais da sua construção. Assim, buscar-se-á elementos que avaliem os impactos produzidos pela Itaipu relativos às necessidades básicas da população, e esta abordagem será feita na tentativa de elucidar os efeitos de uma política pública na construção regional. Para o periódico da Itaipu “a Central Hidrelétrica de Itaipu é um empreendimento que se destaca, sem dúvida alguma, de outros existentes no Brasil e no mundo, não apenas pelas questões que oferece aos estudiosos de diversas matérias, principalmente de natureza técnica, política e diplomática”<sup>2</sup>, como também de natureza social.

No mesmo ano em que se iniciou a construção da represa, o município de Foz do Iguaçu publicou o primeiro Plano Diretor. Fazendo parte de suas diretrizes, a Avenida Beira-Rio foi idealizada como eixo de aproveitamento turístico, porém, somente 20 anos depois, começou a ser construída. O crescimento da cidade, quer seja pela população, mas também pelos fatores econômicos e sociais, causados principalmente pela construção da Itaipu, faz com que a Avenida Beira-Rio adquira uma nova concepção, embora não negligenciando a finalidade maior que lhe deu origem.

Com novas características, a Avenida Beira-Rio apresenta-se para a população como um importante empreendimento do Estado, com participação do município e do Estado do Paraná. Vários aspectos desta avenida serão tratados, principalmente o conflito

---

<sup>1</sup> “A Sociedade Americana de Engenharia Civil (ASCE), aceitou o desafio da revista ‘Popular Mechanics’ para fazer a lista das maravilhas do mundo moderno, que basicamente foram construídas neste nosso século. A lista começa exatamente pela Barragem de Itaipu e é completada pela ponte Golden Gate, em São Francisco, Califórnia (EUA); o Canal do Panamá, que liga o Oceano Atlântico ao Pacífico (Panamá); o Eurotúnel sob o Canal da Mancha, unindo França e Inglaterra; os Projetos do Mar do Norte para Controle das Águas (Holanda); o Edifício Empire State, em Nova York (EUA); e a Torre da Canadian National, em Toronto (Canadá).” Mega News - Informativo da Itaipu Binacional., edição de Natal, 1995.

<sup>2</sup> Jornal de Itaipu, fevereiro de 1996.

estabelecido entre um grupo civil organizado, Movimento dos Favelados da Beira-Rio, e o Estado.

A análise do confronto estabelecido entre os agentes sociais e o Estado, durante a construção da Avenida Beira-Rio, deverá permitir a visualização de uma sociedade que vive em constantes conflitos de interesses. De um lado o Estado dinamizando e controlando um sistema de mercados, em conformidade com forças produtivas; de outro, ações coletivas ou lutas populares que reivindicam equipamentos de infra-estrutura social básica. Estas forças sociais emergentes representam uma corrente de opinião pública em relação á construção da Beira-Rio.

Através dessas controvérsias entre esses setores dominantes e dominados buscar-se-á o entendimento da realidade social, política e econômica de Foz do Iguaçu, considerando os vários aspectos que contribuem para o seu desenvolvimento, a partir, especialmente, da Hidrelétrica de Itaipu.

Com o represamento da Itaipu, o turismo começou a receber maior atenção nos municípios que estão margeando o Lago de Itaipu. Criado para alavancar o turismo no oeste do Estado, o Projeto Costa Oeste deverá contemplar todos os municípios paranaenses que estão margeando o lago de Itaipu, desde Foz do Iguaçu até Guaira. Apesar do turismo não ser a principal vocação de todos os municípios, com exceção de Foz do Iguaçu, é desta forma que o Costa Oeste pretende incrementar a economia desta região, compensando, inclusive, as terras inundadas por este lago, que comprometeram a economia daqueles municípios predominantemente agrícolas.

Pelos incentivos que o governo do Estado do Paraná está dando para que esses municípios sejam incrementados através do turismo, busca-se analisar a nova territorialização, no oeste do Estado do Paraná, que virá com o Projeto Costa Oeste.

O desenvolvimento da atividade turística tem aumentado nos últimos anos, proporcionando transformações espaciais significativas para aqueles municípios que estão se envolvendo com este setor. Em tais circunstâncias de desenvolvimento, em que o Estado hoje está se eximindo cada vez mais da responsabilidade com os setores básicos para a população, além da atividade econômica, tenta-se aqui entender através desta política pública os novos papéis do Estado no processo de construção urbano e regional.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar a construção regional promovida por políticas públicas, desde os governos militares, através da Itaipu Binacional, Avenida Beira-Rio e Projeto Costa Oeste. Por se tratar de empreendimentos de diferentes épocas, contextualiza-se cada uma delas no seu tempo, apesar de localizados na mesma região: oeste do Estado do Paraná. (Ver Figura n.º I).

Partindo deste objetivo, o presente trabalho procurará, no primeiro capítulo, discorrer sobre a Itaipu Binacional, contextualizando a Itaipu desde o início da sua construção: as políticas públicas da época, o momento econômico que passava o país e as circunstâncias regionais provocadas pelo alagamento da represa de Itaipu. Buscar-se-á, ainda, analisar os reflexos da construção no município que, particularmente, sofreu os maiores impactos da construção de Itaipu: Foz do Iguaçu. O segundo capítulo tratará da Avenida Beira-Rio e os vários aspectos que envolvem esta avenida. E, o terceiro e último capítulo analisará o Projeto Costa Oeste.

Desta forma, tem-se três empreendimentos construídos em tempos diferentes, geridos por diferentes níveis de Estado, mas que carregam no seu bojo dois pontos em comum: estão inseridos numa mesma região e permeados pelo turismo.<sup>3</sup>

Várias foram as contribuições para o desenvolvimento deste trabalho: dissertações sobre a Itaipu; informações prestadas pela própria Itaipu, através de seus Relatórios; os Planos Diretores da cidade de Foz do Iguaçu, assim como as produções científicas de vários autores que trabalham com políticas públicas, especialmente aqueles que estão interpretando o papel do Estado na construção de novos espaços regionais.

Para a concretização do estudo da Avenida Beira-Rio fez-se necessário visitar algumas favelas, entrevistando-se as principais lideranças. A participação em assembléias esclareceu bastante a situação em que se encontravam os favelados diante da iminência de serem removidos devido aos primeiros trabalhos de construção da Avenida Beira-Rio.

Realizou-se levantamento junto a órgãos públicos como a Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Comunicação Social, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, IBAMA, CODEFI (Companhia de

---

<sup>3</sup> A Itaipu foi construída com o objetivo principal de produzir energia, no entanto, as constantes visitas à hidrelétrica colocam a Itaipu como o segundo ponto mais visitado depois das Cataratas.

Figura n.º I – Localização da Área em estudo



Desenvolvimento de Foz do Iguaçu). O contato com esses órgãos públicos foi de grande utilidade, pois possibilitou a percepção da posição do poder público. Através de entrevistas, estes órgãos também prestaram informações e forneceram materiais para esta pesquisa, tais como figuras, cópias dos Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI, fotografias etc.

Fez-se levantamento junto aos Sindicatos: Construção Civil, Urbanitários, Transporte Coletivo, Eletrecitários e Comerciários. Por ser forte e politizado o sindicalismo da cidade, os dados obtidos confrontaram-se com os dos órgãos públicos.

Buscou-se junto ao 34º Batalhão de Infantaria Motorizada - BIM o cadastro de cada favelado atingido pela Beira-Rio, como também levantamentos cartográficos da cidade realizados pelo exército; no entanto, só foi possível o acesso ao diagnóstico das favelas, pois a cartografia foi julgada “confidencial e estratégica”.

Nos principais escritórios de Arquitetura envolvidos no Planejamento e Desenvolvimento da cidade buscou-se a história dos planos diretores, bem como o desenho da cidade, que foram fornecidos por estes técnicos urbanistas.

Na imprensa local, foram levantadas todas as reportagens e matérias, possíveis, alusivas à Beira-Rio. Os arquivos da FOZTUR (órgão oficial do Turismo) também se prestariam ao mesmo propósito, mas os responsáveis não foram solicitados para informar sobre o Projeto Costa Oeste.

Por estar na fase “embrionária” (1997), o Costa Oeste não dispõe de documentos necessários para um entendimento das mudanças ocorridas. O que existe é uma intenção do governo do Estado em aproveitar o “potencial” dessa região para ser explorado pelo turismo. Assim sendo, as informações obtidas para o desenvolvimento do terceiro capítulo partiram de um aparente projeto denominado de Plano Preliminar do Costa Oeste ou Concepções do Projeto Costa Oeste.

As constantes notícias em jornais, principalmente durante a realização dos Jogos Mundiais da Natureza, deram subsídios como fonte de pesquisa. Percebeu-se, neste momento, a receptividade dos municípios em encarar a atividade turística como economicamente viável. Como a discussão teórica do turismo na Geografia é recente, buscou-se alguns trabalhos que melhor se adequassem aos objetivos propostos.

A partir dos objetivos e das operacionalidades, procurar-se-á fazer algumas considerações finais sobre a região do Lago de Itaipu, que vem sendo transformada por políticas públicas desde os governos militares.

## Capítulo I

### A Hidrelétrica de Itaipu: uma represa que (des)configura uma região

A região, aqui analisada, passou por algumas alterações provocadas por circunstâncias históricas e políticas, revistas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e atualmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que já elaboraram, para o Estado do Paraná, várias propostas de regiões assim como também as diferentes divisões.

A Mesorregião Oeste do Paraná, aqui denominada de região oeste do Estado do Paraná, segundo a Resolução n.º 51 de 31/07/89, da Presidência do IBGE, é entendida como uma área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização espacial definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial.<sup>4</sup>

Esta Mesorregião é subdividida em três Microrregiões: Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu. Os municípios contemplados no presente trabalho estão inseridos nas Microrregiões de Toledo e Foz do Iguaçu. De acordo com a Resolução, acima citada, essas microrregiões são definidas como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Estas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca.<sup>5</sup>

Apesar de ser “um conceito muito complexo”<sup>6</sup>, Oliveira (1985) mostra que a região pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas e históricas. Mas que a mais enraizada das tradições conceituais de região é, sem nenhuma dúvida, a geográfica, no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômica-histórica baseada num certo espaço característico.

---

<sup>4</sup> Bragueto & Carvalho (1990/91)

<sup>5</sup> Idem

<sup>6</sup> Ver Corrêa (1991).

Assim, considerando a imprecisão e a discordância do uso do termo região<sup>7</sup>, buscar-se-á aqui adequar este termo como forma de identificar o agrupamento de municípios que serão analisados no decorrer deste estudo, que tem como ponto de partida a construção da Itaipu Binacional.

Por ser responsável pelas mudanças ocorridas tanto no meio urbano quanto no meio rural num espaço regional, quer seja durante ou depois da construção, a Itaipu Binacional passou a balizar uma nova concepção de território.

A construção da hidrelétrica de Itaipu (ver foto 1) foi um grande marco na história do oeste do Paraná, engajada em outros grandes projetos do Estado que, no afã do rápido crescimento, priorizou investimentos públicos e o “seu impacto no desenvolvimento urbano e regional tem sido fortemente marcado pela ênfase em *fontes de receita*, mais do que no estudo dos *usos* ou da *destinação* final do capital social.” Schimidt (1983, p.154).

Circunstâncias históricas, políticas, ideológicas e sobretudo econômicas marcaram o momento de execução de grandes obras no Brasil. Crescimento econômico e autoridade centralizada combinado com concepções estruturais de crescimento polarizado, foram a tônica de um período em que a Itaipu Binacional esteve inserida. Não obstante, o processo de modernização<sup>8</sup> que o Brasil vivenciou na década de 70 fez parte do conjunto de fatores que marcaram a história do país.

O crescimento demográfico e a expansão sócio-econômica do Brasil, a partir da década de 60, acarretaram um incremento na demanda de energia. A eclosão da chamada crise do petróleo (73/74), crise decorrente da alta de preços do produto no mercado mundial, combinada com a tendência de escassez crescente do produto diante da perspectiva de

---

<sup>7</sup> Ver Dolfuss (1978, p.99), que considera este conceito de região como impreciso: “É uma porção organizada de acordo com um sistema e que se insere num conjunto mais vasto.” Para Duarte (1989, p.99) “... o ‘método regional’ e o conceito de ‘região’, repensando o tema, sempre atual na Geografia, apesar da fragilidade epistemológica com que é tratado.” Para Corrêa (1991, p.23) “... todos os conceitos de região podem ser utilizados pelos geógrafos.” Ressalta que é preciso explicitar o que está se querendo. Souza (1992, p.397) proclamando a falência da região, coloca que “no Brasil, ao que tudo leva a crer, excetuando-se aquelas regiões de caráter eminentemente físico-natural, é impossível face as características da nossa história e deste período, definir a região como objeto da Geografia brasileira.” Moreira (1997, p.2) diz que “... se precisa é mudar o modo de entender a região, uma vez que a forma como a geografia arruma a organização da vida social dos homens hoje é a da rede.”

<sup>8</sup> “A modernização que os governos militares empenharam-se em alcançar baseava-se na industrialização através da implantação no país das multinacionais, daí a necessidade de criação de grandes complexos energéticos geradores de energia elétrica. Esta modernização reduzia-se ainda na incitação ou aquisição dos avanços tecnológicos e científicos dos países centrais.” Brenneisen (1994, p.36).

Foto n.º 1 – A Itaipu em construção



Fonte: Itaipu: Uma das Sete Maravilhas do Mundo  
Revista da Itaipu Binacional

esgotamento das reservas de petróleo, caracterizou esse período como de reorientação de toda a política energética do Brasil, que passou a entrosar-se mais intensamente no trinômio: econômico, energético e social - período que culminou com a criação da Comissão Nacional de Energia.

As políticas governamentais<sup>9</sup>, para atender tal demanda, foram traduzidas através de várias diretrizes, como por exemplo: maiores investimentos para pesquisa e exploração de petróleo; investimento em transporte coletivo, incentivo à industrialização dos carros movidos a álcool; produção termonuclear; aproveitamento do xisto e outras fontes não convencionais (energia solar, eólica e outros).

Foi nesse quadro de traços característicos do cenário energético nacional que o governo brasileiro, no período de 1967/73<sup>10</sup>, decidiu construir a central hidrelétrica de Itaipu, de forma associada com o Paraguai.

Além desses aspectos, a concepção de construir a Itaipu foi marcada por outros fatores de significativas considerações, reproduzindo o cenário, não só econômico, no qual o país estava inserido, mas também político, social e cultural. Razões geopolíticas<sup>11</sup> também influenciaram na construção, considerando as diferenças políticas existentes na época entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai.

Com capacidade instalada de 12.600 MW, “passa a ser a maior hidrelétrica do mundo - Itaipu Binacional”<sup>12</sup>, de suma importância no panorama da energia elétrica nas

<sup>9</sup> Segundo Martins (1985), são as autoridades governamentais que delimitam o campo de ação para atividades estatais e privadas, no plano empresarial. Para ele, “(...) consiste em atribuir ao Estado as áreas clássicas de infra-estrutura econômica e serviços públicos (energia, transportes e comunicações), a de desenvolvimento social (educação, saúde e previdência) e os setores já transformados por lei em monopólio do Estado (extração e refino do petróleo).” (1985, p.64). Complementa Martins que, para o setor privado, atribui-se toda a indústria de transformação, a indústria de construção, a agricultura, a pecuária, o comércio, os seguros e o sistema financeiro.

<sup>10</sup> Inserido no regime militar, este período ficou marcado pelo “surto do crescimento econômico”. Castro & Souza (1985).

<sup>11</sup> Segundo Costa (1992, p.185), geopolítica “é a manipulação de alguns conhecimentos ditos ‘geográficos’ para a formulação de esquemas que interessem às *políticas de poder*.” Para Costa (1992, p.15), “a geografia política (ou geopolítica), enquanto *ideologia de Estado*, não deve ser interpretada como sendo um conhecimento gerado exclusivamente *pelo Estado*, pois ele poderá estar sendo formulado em múltiplos espaços de pesquisa, aí incluídas as Universidades.” Já Miyamoto (1995, p.22), demonstra que “Cada autor conceitua a geopolítica de forma distinta, mas todos parecem concordar em um ponto: ela apresenta-se de forma dinâmica.”

<sup>12</sup> “A título de comparação, a potência instalada, das maiores barragens do mundo, é a seguinte: Grand Coulee (USA): 9.711 MW; Krasnosyarsk (Rússia): 6.096 MW; Churchill Falls (Canadá): 5.200 MW; Urubupungá (Brasil): 4.600 MW; Assuã (Egito): 2.100 MW.” Caubet (1991, p.16).

regiões sul, sudeste e centro-oeste do país, responsável por 34% do mercado de energia. No total, a geradora oferece energia correspondente a 27% do mercado brasileiro, são dados fornecidos por Relatórios da Itaipu. Ver Figura II da área do projeto.

Diante da quantidade de energia a produzir, a repercussão da mega-usina<sup>13</sup> trouxe inúmeras possibilidades de readaptações urbanas e rurais, movimentando pessoas de um lado a outro de várias partes do país.

*Diante do elevado contingente de desempregados e subempregados existentes em nosso país, a abertura de novas obras provoca o imediato deslocamento de grandes massas humanas para os locais de sua implantação, pela expectativa de emprego que induzem. A geração de postos de trabalho nas obras civis, embora geralmente em número elevado, é ainda assim insuficiente para absorver essa força de trabalho que se desloca em seu rastro. Piquet (1990, p.74).*

Antes do início da construção da usina, um relatório<sup>14</sup> divulgado pela Itaipu apontava que a construção do projeto proporcionaria trabalho para muitos dos habitantes locais. Atrairia também milhares de pessoas para a área, e esse fluxo migratório teria um impacto econômico benéfico sobre as cidades e povoados próximos. Na mesma linha otimista, apontava que, considerando o enorme benefício, em potencial energético a ser derivado deste projeto, seria provável que a soma global de todo o impacto negativo sobre o meio ambiente viesse a ser relativamente inexpressiva. Acrescentava ainda que, após a conclusão do projeto, o turismo na área deveria aumentar, também com impacto econômico benéfico.

Também à fase precedente à formação do Reservatório, correspondem medidas relacionadas com a relocação de populações e com obras necessárias para manter os sistemas viários, o fornecimento de energia elétrica e os meios de comunicação entre as comunidades e as propriedades que seriam isoladas pelo reservatório.

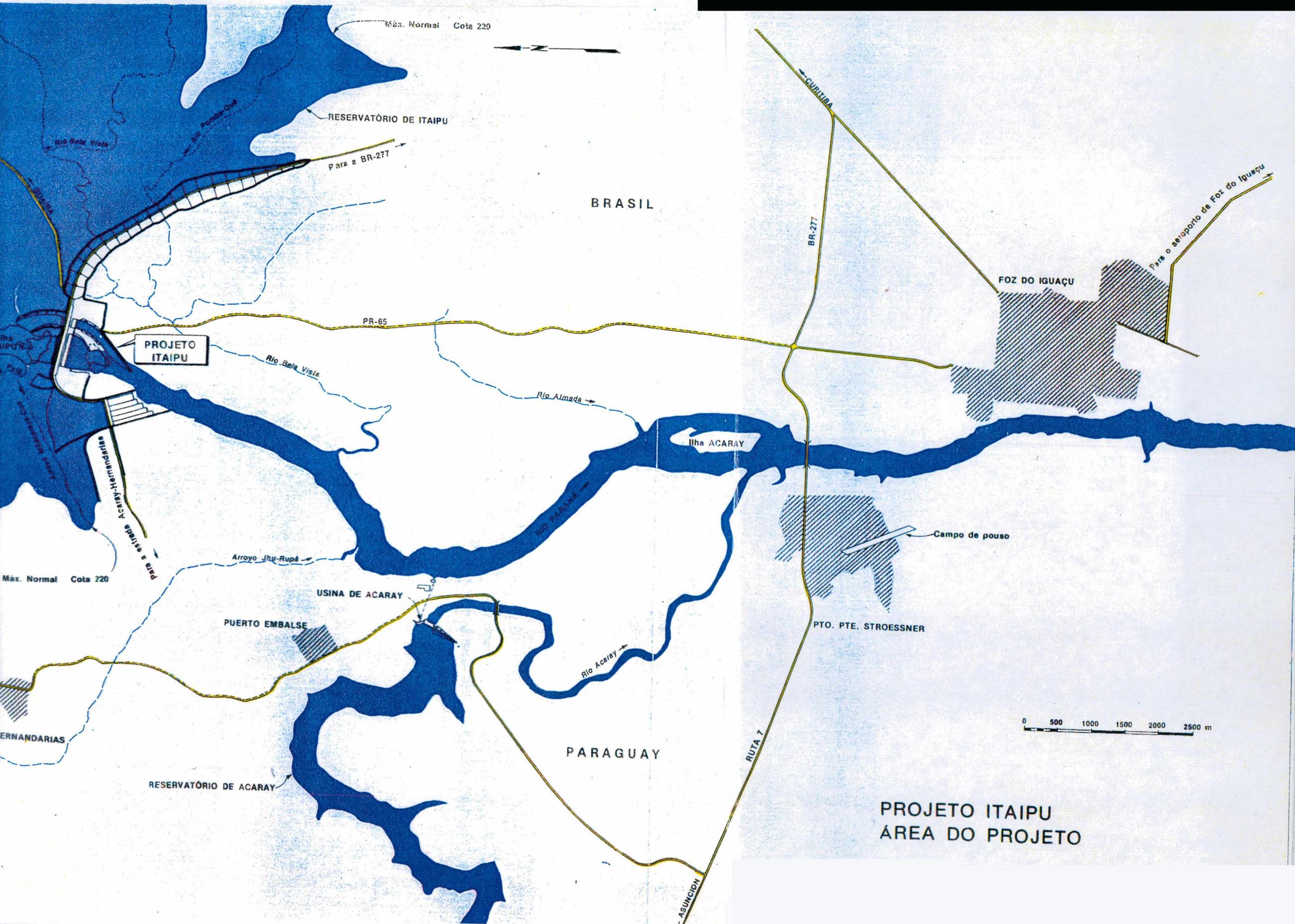
Esses trabalhos foram realizados com maior intensidade entre 1975 e 1981. Os procedimentos de inventários, avaliações, apoio jurídico de regularizações fundiárias, as negociações, o acompanhamento da progressiva saída dos desapropriados, foram tratados

---

<sup>13</sup> Utilizado por Paviani (1994), o termo se refere ao tamanho do empreendimento.

<sup>14</sup> Relatório Especial N°4

Figura n.º II – Área do Projeto



com requintes de detalhes por Germani (1982). Segundo dados desta autora foram desapropriadas, no Brasil, 6.900 propriedades rurais e 1.600 urbanas envolvendo em torno de 40.000 pessoas. “A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu é, portanto, uma das faces da modernização tecnológica, representada pela exigência de expansão do capital financeiro industrial, que gera desapropriações e contribui para o agravamento das condições de vida dos produtores rurais. Essas desapropriações foram, pois, o fato novo, gerador e desencadeador dos movimentos sociais na região.” Brenneisen (1994, p.40).

Ao ser formado, em 1982, o Lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu criou uma série de alternativas econômicas que aos poucos começam a ser exploradas pelos municípios ribeirinhos. Várias praias artificiais foram criadas ao longo das margens do lago. As de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Santa Helena estão bem estruturadas, proporcionando opção de lazer, principalmente para as populações locais. (Ver fotos 2 e 3 que demonstram duas destas praias).

Santa Terezinha de Itaipu tem, pelo censo de 1991, 15 mil habitantes, dos quais 20% estão na zona rural. Região estritamente agrícola, ali se produz trigo, soja, milho, arroz, feijão e fumo. Mas a Usina de Itaipu deu nova perspectiva para o futuro de Santa Terezinha com a construção do Terminal Turístico Alvorada de Itaipu, que hoje atrai milhares de visitantes todos os anos.<sup>15</sup>

Um dos moradores mais antigos do município, Alcides da Silva Neves, 67 anos, diz que o desenvolvimento de Santa Terezinha de Itaipu só aconteceu após iniciadas as obras da usina. “Se não fosse Itaipu, essa região do lago ainda estaria no meio do mato”, diz o pioneiro.<sup>16</sup>

O turismo passou a ser uma importante fonte de renda para os municípios. “Toda a infra-estrutura turística começou a ser montada a partir de 1982 pelos municípios, com apoio técnico e financeiro de Itaipu, que dava início assim ao ‘Plano Diretor da Área do Reservatório’, que estabelecia diretrizes para o desenvolvimento da região, orientava e previa a fiscalização para o correto uso da faixa de proteção dos 1.350 km de extensão do

---

<sup>15</sup> Canal de Aproximação, fevereiro de 1994.

<sup>16</sup> Idem, fev. de 1994.

reservatório.”<sup>17</sup> Com esta extensão, considera-se as baías, enseadas e reentrâncias. O lago artificial é um dos maiores do mundo, três vezes a baía de Guanabara, com 29 milhões de metros cúbicos e 200 quilômetros de extensão em linha reta.

### Foto n.º 2 – Praia Artificial de Foz do Iguaçu



Foto: Calendário Itaipu - 1998

### Foto n.º 3 Praia Artificial de Santa Terezinha de Itaipu



Foto: Ney de Souza

<sup>17</sup> Mega News - Informativo da Itaipu Binacional, Janeiro de 1995.

A formação do lago não mudou apenas o aspecto geográfico da região. A agricultura, base da economia regional, começou a ceder lugar à atividade turística. A região oeste do Paraná perdeu 14% do território de oito municípios localizados à margem esquerda do Rio Paraná. Os oito municípios deixaram de produzir juntos mais de 100 mil toneladas de soja; 31 mil toneladas de milho e 1500 toneladas de feijão, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Indústria e Comércio de Foz do Iguaçu. Já para Itaipu, a perda dessas produções foi considerada desprezível por relatório já citado, afirmando que a inundações das terras da área do reservatório não representaria uma grande perda econômica. Não haveria interrupção de operações agrícolas significantes, conforme Relatório Especial N.º 4.

Discordando deste Relatório, o último Plano Diretor afirma que:

*A nível regional, a formação do lago implicou em indenização de terras produtivas de colonos que há muito tempo tinham se radicado na região. Estes, por sua vez, viram-se obrigados a migrar para novas terras ou simplesmente abandonar o meio rural, ingressando em novas atividades produtivas nas cidades, com todo o impacto que isto proporcionou, tanto para o migrante como para a organização produtiva que existia até então. Interromperam-se importantes estradas de ligação regional e de certas áreas rurais remanescentes com os centros de captação dos produtos agrícolas, o que implicou na alteração do fluxo de mercadorias, gerando novos pólos e afetando outros. PDDI-FI (1992, vol. II, p.21).*

Outro aspecto relevante no conjunto das transformações provocadas, foi o fator demográfico. Como exemplo a “pacata” cidade de Foz do Iguaçu, de 34.000 pessoas no início da década de 70, deu lugar, dez anos depois, a um contingente populacional de aproximadamente 134.000 habitantes.

*A construção da hidrelétrica movimentou um contingente de mão-de-obra e agregados que chegou a ser maior que a população original de 1970; demandou a especialização de serviços indiretos que, associados à exploração do turismo, foram os principais fatores do crescimento populacional e de atividades econômicas que ali se deu a partir da década de 70. Estes fatos motivaram a ampliação do quadro urbano, o que solicitou esforços extraordinários do Poder Municipal para atender a demanda crescente no campo da infra-estrutura e social. PDDI-FI (1992, vol. II, p.21).*

Por não haver uma política urbana que absorvesse a demanda por equipamentos coletivos, esse processo gerou deficiências que até hoje o poder público não consegue controlar.

Os fatores da aceleração do crescimento urbano, a partir da década de 70, foram apontados da seguinte maneira pelo PDDI-FI (vol.II, 1992, p.58):

a) as mudanças ocorridas na estrutura produtiva paranaense nesse período, com a introdução da mecanização no campo, provocariam uma redução efetiva no contingente da população rural e, conseqüentemente, um aumento considerável de movimentos populacionais internos e para outros Estados;

b) o processo acelerado de crescimento econômico na região em que se consolidava uma base econômica com funções urbanas diversificadas, voltadas em grande parte para o turismo, intensificaria a migração, agora com origem e destino urbano, obtendo seu auge durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu, atraindo basicamente contingentes do Paraná, de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul;

c) o aumento da população em idade ativa na composição de migrantes.

Não somente Foz do Iguaçu sofreu influência da Itaipu, mas também os municípios que estavam na área de abrangência do lago. (V. Figura III).

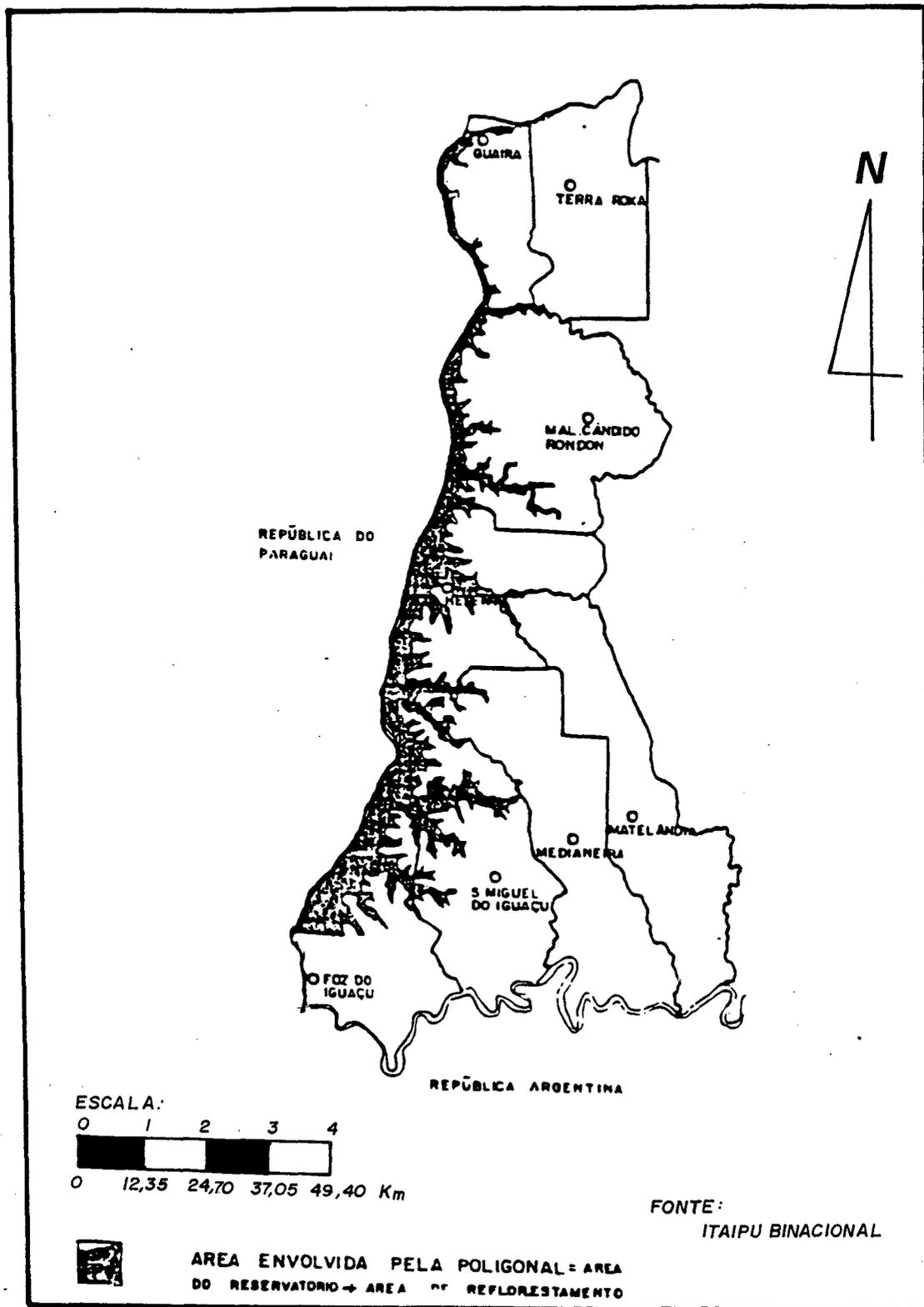
Vários foram os impactos sociais, econômicos<sup>18</sup>, ambientais<sup>19</sup> e territoriais que a Itaipu Binacional provocou. Com o represamento, em 1982, a área inundada pela usina resultou em 1350 km<sup>2</sup> de lago, dos quais 770 km<sup>2</sup> estão no lado brasileiro. Muitas terras foram solapadas, como mostra a tabela 2. Para Germani: “A área de 111.332 ha, comprometida com a represa de Itaipu, quer com a formação do lago, quer com o reflorestamento marginal a este, é habitada por 42.444 pessoas que serão expulsas de suas terras e deverão procurar outro lugar para morar.” (1982, p.42).

---

<sup>18</sup>Ver IPARDES - Estudos dos Efeitos Econômicos e Sociais da Hidrelétrica de Itaipu sobre a Região Oeste do Paraná (1977).

<sup>19</sup>Ver IPARDES - Impacto Ambiental de Itaipu (1981) e IPARDES - Alterações Ecológicas de Itaipu (1977).

Figura n.º III – Municípios Lindeiros comprometidos durante a formação do Lago de Itaipu



**TABELA I - ÁREA TOTAL E COMPROMETIDA DOS MUNICÍPIOS AFETADOS PELA REPRESA DE ITAIPU (ha)**

Municípios	Área Total	Área Comprometida	Ha - %
Guaira	53 666	5 530	10,30
Terra Roxa	82 925	183	0,22
Mal. C. Rondon	141 010	25 075	17,78
Santa Helena	81 916	25 992	31,73
Matelândia	108 697	492	0,45
Medianeira	122 772	4 237	3,45
São Miguel do Iguaçu	122 188	26 253	21,49
Foz do Iguaçu	88 046	23 570	26,77
Total	801 220	111 332	13,90

Fonte: reelaborado a partir de Germani, 1982: p.41.

A partir da formação do lago novos municípios foram sendo criados, como é o caso de Missal (1983), São José das Palmeiras (1985), Diamante do Oeste (1989), Pato Bragado (1990), Itaipulândia (1992), Entre Rios do Oeste (1993), e Mercedes (1993), configurando com os listados na tabela I, os municípios lindeiros do Lago de Itaipu.

Esses impactos, deflagrados em meados da década de 70, construíram um novo modo de assimilar o uso e a ocupação de um solo reconstruído e, para o meio rural, que mais perdeu terras com a inundação do lago<sup>20</sup>, sobrou a persistência dos agricultores que conseguiram, e alguns ainda conseguem, resistir a uma política agrícola incapaz de permitir a permanência no campo (ver tabela II). Outras razões adversas e que estão se tornando comum na região oeste do Estado do Paraná são apontadas no Jornal O Presente (Abril/97):

*Os pioneiros, que nas décadas de 60 e 70 abriram clareiras na mata e colonizaram a região oeste do Paraná, nos últimos anos, estão fazendo o caminho inverso ao daquela época. Muitos deles estão vendendo as propriedades a preços, em alguns casos, muito abaixo do mercado, para irem viver na cidade*

*Os motivos que levam os agricultores a esse extremo, variam desde o temor de assaltos, principalmente às margens do Lago de Itaipu, até a*

<sup>20</sup> "Nas primeiras horas da manhã do dia 13 de outubro de 1982 foram baixadas as comportas das estruturas do Canal de desvio, fechando o curso do Rio Paraná. Para chegar da cota 100 m à 205,81m ao nível do mar, levou-se menos de duas semanas, estabilizando neste nível até junho de 1984, quando foi completado o enchimento, atingindo a cota operacional de 219,60m do nível do mar. Ocorria, assim, a fase de impactos efetivos". Relatório - Itaipu Binacional.

*decepção com a atividade que, segundo eles, “está esquecida e abandonada pelos governantes”. Outro fator que também pesa na hora da decisão da troca de atividade ou venda da propriedade, são as dívidas bancárias, originadas por um sistema que, de acordo com os agricultores, objetiva apenas o lucro das instituições financeiras, deixando de lado a verdadeira vocação produtiva da região, que, no final, sempre acaba pagando as contas do país.*

**TABELA II - Número de Propriedades e Áreas Invasadas pelo Lago de Itaipu**

	N.º Propriedades	Área (ha.)
RURALS	6.913	100.607,7325
URBANAS	1.606	484,7890
T O T A I S	8.519	101.092,5215

Fonte: Itaipu Binacional.

Ao meio urbano, aqui considerado pelo perímetro urbano de cada município, cabe uma leitura de destaque neste estudo, por entender ser mais relevante no conjunto das transformações decorrentes também de outros projetos e empreendimentos conduzidos pelo Estado, a qual será abordado oportunamente.

### **1.1 -Contextualizações Histórico-Econômicas**

A inserção histórica da construção de Itaipu é um elemento importante de análise, principalmente porque marca um ciclo importante do capitalismo não só brasileiro, como também mundial. Através de políticas de desenvolvimento o Brasil direcionou seu parque industrial para um padrão semelhante aos dos países industrializados.<sup>21</sup>

Através do II PND, o Brasil caminharia para o desenvolvimento. Para tal, a implantação de segmentos produtores de insumos básicos e de uma indústria de bens de capital de porte considerável, fazia parte de uma fase recente do processo de industrialização.<sup>22</sup> Para superar, conjuntamente, a crise e o subdesenvolvimento, o II PND escolhia superar a atrofia destes setores (insumos básicos e bens de capital).<sup>23</sup>

<sup>21</sup> “O governo empossado em 1974 anunciou, através do Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que o ‘Brasil se empenhará (...) em ‘coibir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento’”. Castro & Souza (1985, p.30).

<sup>22</sup> Schimidt (1983).

<sup>23</sup> Castro & Souza (1985)

Sob a égide do poder público, tendo em vista que a iniciativa privada se mostrava incapaz de assumir tais empreendimentos, impunha-se, através de um investimento estatal, “uma redefinição de infra-estrutura dirigida à construção de estradas de penetração e à instalação de uma extensa rede de comunicação e de energia capaz de dar suporte a esses projetos.”<sup>24</sup>

Imprescindível às circunstâncias, o Estado adquiriu papel de suma importância enquanto promotor de intervenção do processo industrial. Como afirma Castro & Silva, “o plano (II PND) deixa claro que a consecução destas mudanças requer a ativa presença do Estado.” (1985, p.31, parêntesis acrescentado). No entanto, “(...) a ação do Estado entre meados dos anos 60 e fins da década de 70 tenha sido para integrar a estrutura industrial e consolidar o processo de industrialização, as políticas implementadas apresentaram deficiências e lacunas em termos de política industrial que contribuíram para criar uma mentalidade protecionista, agravar o atraso tecnológico e manter a indústria com baixos níveis de eficiência e pouco competitiva.” Suzigan (1988, p.5).

Apesar disto, os gigantescos investimentos, a cargo do sistema Petrobrás, da Siderbrás, da Embratel, da Eletrobrás e de outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa. E isto num duplo sentido: por sua função estratégica e pelo fato de que, de suas encomendas derivavam numerosos projetos levados a efeito pelo setor privado.<sup>25</sup>

A consolidação de uma economia moderna, mediante a implantação de novos setores, a criação e adaptação de tecnologias, como parte integrante do II PND, encaixa-se no propósito de suprir uma demanda emergente de energia, diante da crise de energia que afeta os fundamentos da sociedade industrial moderna.<sup>26</sup> A hidrelétrica de Itaipu, engajada nesses projetos promotores de mudança, contribui na sustentação de uma estratégia de âmbito nacional.

Analisar o papel representado pela Itaipu, enquanto projeto de investimento sobre os padrões de ocupação do território nacional, requer recuperar essa política industrial do período do autoritarismo militar. A binacionalidade, firmada em dois tratados: 26 de abril

---

<sup>24</sup> Piquet (1990, p.73)

<sup>25</sup> Castro & Souza (1985)

<sup>26</sup> Idem

de 1973 e 4 de dezembro de 1975, “(...) constitui, sem dúvida, uma demonstração inequívoca de maturidade política das elites dirigentes das duas nações.”<sup>27</sup>

Assim, as elites defenderam, entre outros investimentos, como prioridade a construção da Itaipu, conforme demonstra Castro & Souza, (1985, p.43):

### Prioridades de Governo

Segundo empresários	Segundo Ministros
Itaipu	Prospeção de Petróleo
Ferrovia do Aço	Expansão da siderurgia
Expansão da Siderurgia	Transportes Urbanos
Prospeção de Petróleo	Saneamento Básico
Programa Nuclear	Ferrovia do Aço
Saneamento Básico	Telecomunicações
Transportes Urbanos	III pólo Petroquímico
III Pólo Petroquímico	Programa Rodoviário
Programa Rodoviário	Programa Nuclear
Telecomunicações	Itaipu

Outros trabalhos sobre Itaipu<sup>28</sup>, apesar das suas particularidades, apontam para os prejuízos sociais provocados por políticas públicas defendidas pelas elites. Para Jong, “tem-se escrito bastante sobre o assunto em foco, de diversos pontos de vista, principalmente com respeito às frustrações e expectativas sociais não cumpridas por estes portentosos empreendimentos que caracterizam nossa época.” (1994, p.174).

As circunstâncias da construção da Itaipu favoreceram outras regiões em detrimento desta onde está localizada a hidrelétrica, considerando principalmente os impactos

<sup>27</sup> A Energia Elétrica no Brasil (1977, p.202).

<sup>28</sup> Ver por exemplo Germani (1982); Ipardes(1977); Zaar (1996) ; Brenneisen (1994) e Quandt (1987).

negativos, pois os positivos<sup>29</sup> estão localizados principalmente fora da região em estudo<sup>30</sup>, como demonstra o relatório: “Muito pelo contrário, pelo fato da predominância de interesses nacionais no empreendimento, na ausência de uma política regional, em princípio, a região deverá acolher apenas os efeitos negativos. Isto, porque cada vez que a forma de integração espacial se acentua, os efeitos totais - positivos e negativos se propagam de forma desigual (...).” Ipardes (1977, p.18). De maneira que, se os objetivos da construção da Itaipu estão em níveis supra-estaduais e supra-regionais, os problemas decorrentes dos efeitos da construção passaram a ser vivenciados e assumidos pelas populações locais. Essa preocupação já era levantada no final da década de 70, conforme demonstra um jornal de Foz do Iguaçu:

*Quando o cronograma das obras de Itaipu atingir seu perigeu cairá o número de trabalhadores de forma considerável. E é indispensável que isso ocorra com um mínimo de traumatismos. Existem estudos a respeito mas parecem tímidos já que em nada inovam. Há necessidade de medidas de fôlego como a idéia de fazer Foz do Iguaçu uma área de livre comércio, conforme pronunciamento do deputado Tércio Albuquerque.*

*Essa seria uma das válvulas para que Foz do Iguaçu e a região sob sua influência não sofressem um brusco esvaziamento quando a usina entrasse em operação. É indispensável que haja uma estrutura não apenas de serviços - o turismo, o comércio, os transportes - para sustentar a dinâmica da região.*

*Acontece que a explosão urbana de Foz do Iguaçu exigirá fontes de trabalho diversificadas e que sustentem o crescimento da cidade.*

*Precisamos raciocinar em bloco. Evitar que o engenheiro civil ou hidráulico tenham apenas os seus pontos de vista assentados em obras desse porte. O engenheiro florestal tem aí o seu papel, como especialmente o homem da engenharia humana, o sociólogo, o especialista em serviços sociais. Precisamos romper com essa visão unilateral de que a prioridade maior é a usina e a geração de força. É indispensável a perspectiva mais*

<sup>29</sup>Segundo o Relatório da Itaipu o Papel da Itaipu no Desenvolvimento será dividido em dois estágios. 1º Já em curso, e a estender-se durante toda a fase da implantação do projeto, como detonador de efeitos multiplicadores:

- na área do fortalecimento da empresa privada nacional;
- no campo da tecnologia e da engenharia de projetos;
- na área da produção industrial, inclusive de bens de capital;
- no domínio dos transportes;
- no tocante à criação de polos regionais de produção agro-pecuária;
- no concernente à oferta de empregos.

2º Estágio: estender-se-á por vários decênios, a partir de meados da década de 80, na fase da exploração comercial do empreendimento, como fonte proporcionadora de energia elétrica, a preços competitivos, para atender à demanda energética de uma sociedade que encontrar-se-á em plena expansão sócio-econômica.

<sup>30</sup> Aos municípios que estão em volta do Lago de Itaipu na margem esquerda do Rio Paraná.

*ampla do aproveitamento dos recursos naturais e sobretudo das implicações humanas. Dai a relevância das reivindicações dos lavradores, bem como da pertinência das questões suscitadas relativamente aos efeitos de Itaipu no plano físico-territorial e social. Jornal Nosso Tempo, 07 a 15 de Agosto de 1979.*

Mudanças no cenário político, econômico e social brasileiro, guiadas pela força da ditadura militar para impor uma política de mercado internacional, colocaram o setor produtivo brasileiro numa linha de incentivo para culturas de exportação, de crédito e de preços mínimos, decisiva na utilização, pelos médios e grandes proprietários, de insumos e novas técnicas agrícolas.<sup>31</sup>

Para Brenneisen (1994), a adoção de uma política de modernização vem, pois, ao encontro dos interesses dominantes do capital nacional e internacional interessados na ampliação do mercado interno para seus produtos - capitais urbanos interessados em diversificar seus investimentos e segmentos da oligarquia rural preocupados com o fortalecimento de seus investimentos.

Portanto, como parte da política imposta durante o governo militar, a modernização industrial atingiu tanto o espaço urbano quanto o rural. Esta política de modernização não contemplou a grande massa de produtores rurais no país. “Uma característica da modernização da agricultura brasileira é o fato de ela se ter difundido sob a forma de pacotes tecnológicos dos quais fazem parte as máquinas e os insumos de origem industrial utilizados e consumidos no decorrer do processo produtivo.”<sup>32</sup> “(...) fica evidente que somente alguns produtores, com relação aos quais houvesse um particular interesse, por parte das forças sócio-políticas controladoras do movimento geral da agricultura no País, seriam envolvidos num primeiro momento do surto modernizador.”<sup>33</sup>

Não somente o “surto modernizador” marcou o período da ditadura militar, mas também as desavenças políticas com o Paraguai e Argentina, pois estes colocavam em dúvida o profícuo empreendimento defendido pelas forças militares brasileiras. A Argentina

---

<sup>31</sup> Brenneisen (1994).

<sup>32</sup> Brasil Uma visão Geográfica dos anos 80 (1988, p.103).

<sup>33</sup> Idem, p.103

argumentava que a usina de Itaipu inviabilizaria a usina de Corpus, situada a jusante, em território argentino. Da mesma maneira, Corpus traria problemas a Itaipu que teria suas turbinas afogadas. Para este país, a usina importava em um atentado à sua soberania. Insistiam numa divisão eqüitativa do aproveitamento das águas do rio Paraná. Ao Paraguai pesava o regime de força militar vigente ao qual foi submetido e a uma crescente oposição interna e externa a Itaipu. O noticiário<sup>34</sup> da época publicava o seguinte:

*A binacional Itaipu, que está sendo construída pelo Brasil e Paraguai, além de estar expulsando índios e camponeses da região e inundando o Salto Sete Quedas, também está criando para os argentinos e paraguaios problemas bem sérios.*

*Para a Argentina, a barragem significa a ameaça sempre presente de Buenos Aires ser totalmente destruída pelas águas, caso haja um estouro das comportas. E quem conhece a responsabilidade com que estas grandes obras são construídas em terras brasileiras sabe dos riscos que o povo argentino está correndo.*

*Pelo acordo firmado entre as autoridades brasileiras e paraguaias, no final da construção da hidrelétrica nossos vizinhos terão contraído uma dívida para conosco equivalente a cinco anos de seu Produto Interno Bruto.*

Paviani remete a esse período dizendo que “uma outra face dos esforços extrativos visando recordes na balança comercial (para o pagamento do serviço da dívida) se encontra no circuito industrial, que demanda cada vez maior suprimento de energia. Esta pressão do crescimento industrial ensejou a implantação de mega-usinas em vários pontos do território nacional.” (1994, p.70).

Em virtude da necessidade emergente da produção energética, o Brasil acelerou as construções de vários complexos hidrelétricos, com as construções de várias barragens pela Eletrobrás e as empresas a ela relacionadas como a Chesf, Eletrosul e a Itaipu Binacional. Jong (1994, p.2), observa esse momento dizendo que:

*Tempo houve em que foram defendidos apaixonadamente porque eram vistos como formas de produção mais eficiente de energia elétrica: eles*

---

<sup>34</sup> Jornal Nosso Tempo (21 a 27 de julho de 1980)

*aproveitam um recurso natural renovável, evitam a contaminação atmosférica produzida pela queima de combustíveis fósseis e apresentam baixo custo de energia, ressaltado o problema do investimento inicial. Mais tarde percebeu-se que havia custos sociais e ambientais não-previstos, o que ensejava uma certa margem de dúvida quanto aos benefícios antes esperados.*

Estes custos são os impactos provocados por tais empreendimentos, desprezando com isso o destino dos ribeirinhos e a sua sobrevivência; o desmantelamento das unidades agrícolas com seus respectivos circuitos econômicos; a transformação urbana que cria novas demandas por serviços e equipamentos coletivos, além dos “custos ambientais”.<sup>35</sup>

Tais circunstâncias causadas pela Itaipu foram previstas no PDDI - FI, 1974<sup>36</sup>. Considerava este Plano que haveria necessidade de programação de mecanismos disciplinadores do desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu, tendo em vista, principalmente, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu; a conveniência de elaboração de um Plano Diretor, visando à implantação, na área da cidade, da infra-estrutura e das instalações compatíveis com o apoio do projeto Itaipu; e, a necessidade do equacionamento dos principais problemas da área, alinhando diretrizes nos campos físico-territorial, econômico, social e institucional-administrativo. Deste modo, os objetivos norteadores deste Plano foram assim formulados:

- 1- planejar o crescimento de Foz do Iguaçu - acelerado pela conjuntura - de forma ordenada e harmoniosa; e adequar os serviços de infra-estrutura urbana e equipamento comunitário para suportar o súbito aumento da demanda a partir da solicitação criada por Itaipu;
- 2- promover uma base econômica durável para o núcleo urbano que se origina na implantação do projeto de Itaipu;

<sup>35</sup>V. Impacto Ambiental de Itaipu -IPARDES, Nov./81 e Muller (1988).

<sup>36</sup> resultado de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre a Itaipu Binacional, o governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná, é decorrência das seguintes considerações: 1- a necessidade de programação dos mecanismos disciplinadores do desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu, tendo em vista, principalmente, a construção da Hidrelétrica de Itaipu; 2- a conveniência de elaboração de um Plano Diretor, visando à implantação, na área da cidade, da infra-estrutura e das instalações compatíveis com o apoio do projeto Itaipu; 3- a necessidades do equacionamento dos principais problemas da área, alinhando diretrizes nos campos físico-territorial, econômico, social e institucional-administrativo.

- 3- minimizar o impacto da construção da Hidrelétrica da Itaipu sobre a estrutura urbana da cidade de Foz do Iguaçu, integrando a população da cidade com aquela, direta ou indiretamente ligada à obra;
- 4- dotar o Poder Público de instrumental hábil para fazer face ao desafio do crescimento explosivo, o qual fatalmente gerará pressões de toda a ordem.

Não cumpridos estes objetivos, pode-se discutir a adoção do plano diretor típico como instrumento de planejamento já que pressupõe “um conteúdo ideológico não-explicito, cujo objetivo é conhecer o objeto e ordenar a cidade sem, contudo, resolver os problemas essenciais. Ignorar o social e o econômico, atendo-se ao físico e deixando-lhe a tarefa de resolver os conflitos, é uma constante dos planos diretores. Ao ignorar o social e o econômico, ignoram a maioria dos conflitos urbanos. Ao ignorá-los, não se obrigam, portanto, a resolvê-los.”<sup>37</sup>

Apesar deste desencanto, confirmado por Rezende (1982), com a experiência de planejamento urbano, “(...)os planos diretores ganham importância estratégica na concretização dos princípios e objetivos da reforma urbana. Em 1º lugar, em razão do disposto na Constituição (artigo 182), que vinculou a adoção dos novos mecanismos de regulação do uso do solo ao disposto no plano. Em segundo, porque o Movimento Nacional pela Reforma Urbana passa a considerar os planos diretores importante instrumento de implantação de novos padrões de gestão da cidade.” Ribeiro & Santos Jr. (1986, p.53-54).

O Plano Diretor que deu as diretrizes da construção da hidrelétrica de Itaipu começou em abril de 1961 quando “o Presidente Jânio Quadros recomendou ao Ministro das Minas e Energia que fizesse um estudo sobre a possibilidade do aproveitamento do potencial de Sete Quedas, observando, inclusive, o trabalho até então realizado naquela localidade para a produção de energia. Um ano mais tarde, foram contratados, para esse fim, os serviços técnicos do engenheiro Marcondes Ferraz, como foi amplamente divulgado pela imprensa.”<sup>38</sup>

Contrapondo aos projetos de mega-usinas, buscou-se atenuar os impactos através de pequenas usinas de interesse regional. Assim, para Ferraz<sup>39</sup>, seria possível construir

<sup>37</sup> Rezende (1982, p.32)

<sup>38</sup> Jornal de Itaipu, fevereiro de 1996.

<sup>39</sup> Otávio Marcondes Ferraz, realizador da Usina de Paulo Afonso, ex-presidente da Eletrobrás, ex-Ministro da Viação e Obras Públicas e ex-Ministro Interino de Minas e Energia - Governo Castelo Branco, segundo “Comentários sobre a Solução Itaipu.” - Relatório, Rio de Janeiro, 26/04/76. mimeo.

pequenas barragens por um custo menor, menos impactos e mais produção energética. Encarregado pelo Ministro das Minas e Energia, Ferraz, em 1962, elaborou um relatório preliminar. A nível ambiental, Ferraz argumentava que os impactos seriam menores, inclusive a própria Sete Quedas<sup>40</sup> seria preservada, pois seriam construídas acima de Sete Quedas. A opção previa produzir 10.000Mw de energia elétrica, exclusivamente brasileira.

No entanto, o estudo de Ferraz ocasionou uma reação do governo paraguaio, que “sustentava o domínio de seu país sobre o conjunto de Sete Quedas, o qual ficaria estabelecido pelos trabalhos de demarcação de fronteiras que eram realizados por uma comissão mista. A essa controvérsia sucederam-se, naquela região, algumas ações inamistosas. As relações entre os dois países não eram as melhores.”<sup>41</sup>

Definido que não seria o projeto mais viável para a construção da Itaipu, iniciou-se um processo de negociações face à conjuntura política entre os países da fronteira, como também os interesses de aproveitamento do mesmo rio, o Paraná. Como demonstra Caubet (1991, p.15): “A construção da barragem de Itaipu, sobre o médio Paraná, ilustrou bem a complexidade dos problemas que é preciso resolver para conciliar os interesses de vários Estados ribeirinhos, quando esses privilegiam utilizações diferentes das águas.”

Irritados com a possibilidade de serem excluídos, nossos vizinhos paraguaios reagiram:

*O Paraguai se insurgiu contra a pretensão brasileira. Com razão, porque, conforme o Tratado de Limites assinado pelos dois governos em 1872, quando no ar ainda havia cheiro de pólvora da Guerra da Triplice Aliança, o rio Paraná pertence “em condomínio” aos dois países, no trecho em que divide as duas fronteiras. Qualquer utilização do rio, portanto, também teria que ser feita em condomínio ou, no mínimo, com a aprovação das duas partes. Foz do Iguaçu - Retratos, (1997, p.28).*

As controvérsias com a Argentina também exigiram entendimentos, uma vez que Buenos Aires temia que a construção e a operação da Itaipu prejudicasse a sua navegação. “A decisão brasileira de iniciar os trabalhos da maior barragem do mundo foi

<sup>40</sup> Conjunto de cascatas, situadas próximas a Guaíra, e que servia de cartão postal para a cidade em virtude da beleza dessas águas.

<sup>41</sup> Jornal de Itaipu, fevereiro de 1996.

tomada no início dos anos 1960. Mas foi só em 1979 que um acordo tripartite, celebrado pela Argentina, Brasil e Paraguai, sela o entendimento dos países ribeirinhos.” Caubet (1991, p.15).

Em 22 de junho de 1966 foi celebrada a Ata do Iguazu entre o Brasil e o Paraguai<sup>42</sup>. Este foi o início de um complexo de decisões que culminaram na implantação da Central Hidrelétrica de Itaipu.

Segundo Relatórios da Itaipu, em 12 de fevereiro de 1967, os dois governos criaram a Comissão Técnica Brasileiro-Paraguai para a implementação do disposto na Ata do Iguazu. O trabalho da Comissão arrastou-se até abril de 1970, quando o processo evoluiu para a celebração de ‘Convênio de Cooperação’ entre a Comissão Técnica, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e a Administração Nacional de Eletricidade (Ande), do Paraguai. Em 30 de maio foi aberta concorrência internacional com prazo até 7 de agosto para que empresas de consultoria e engenharia apresentassem propostas para a realização dos estudos conclusivos sobre o aproveitamento energético do rio Paraná.

Em 26 de Abril de 1973 era assinado em Brasília o Tratado de Itaipu. “O Tratado de Itaipu é um documento bastante amplo, que também dispõe sobre a criação, em igualdade de direitos e obrigações, de uma entidade binacional denominada Itaipu, com a finalidade de realizar o aproveitamento hidrelétrico, outorgando-lhe, ademais, a concessão desse aproveitamento durante a sua vigência (50 anos).”<sup>43</sup>

No entanto, por se sentir prejudicado com algumas cláusulas desse Tratado, o governo paraguaio solicitou uma revisão para melhor adequar-se aos novos tempos. Passados 20 anos da assinatura do Tratado, paraguaios e brasileiros reuniram-se na empresa para a comemoração. “Na ocasião o diretor geral do lado paraguaio, Miguel Luciano Jiménez, insistia na revisão do Tratado. Por sua vez, o diretor geral do lado brasileiro, Francisco

---

<sup>42</sup>Os chanceleres do Brasil e do Paraguai reuniram-se, nesta data, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguazu. “Assinaram a ‘Ata do Iguazu’, comprometendo-se a promover a correta demarcação da fronteira em Guaira e proclamando a ‘disposição de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular os recursos hidráulicos pertencentes em condomínios aos dois países, do Salto de Sete Quedas’. Também estabeleceram que ‘a energia eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto de Sete Quedas até a foz do rio Iguazu, seria dividida em partes iguais pelos dois países.” Foz do Iguazu - Retratos (1997, p.28).

<sup>43</sup> Jornal de Itaipu, fevereiro de 1996.

Gomide, admitiu uma revisão para fins de reajuste à nova realidade de duas décadas após a assinatura.”<sup>44</sup>

Há algum tempo o Paraguai vem pedindo a revisão do anexo A do Tratado de Itaipu. Segundo o diretor geral do lado paraguaio, a opinião pública e o Congresso Nacional do Paraguai rechaçam o disposto no referido artigo. “Ele defende uma revisão imediata e elege isso como prioridade para que possam definir o rumo pelo qual devem seguir.”<sup>45</sup> Pelo artigo A do Tratado, o Paraguai só tem direito a um cargo, o de diretor geral paraguaio, demais diretores não. Há outros artigos que os representantes paraguaios querem rever. “O Paraguai pretende vender energia para outros países da América Latina, mas o Tratado prevê que o seu excedente poderá ser vendido somente ao Brasil.”<sup>46</sup>

Na oportunidade, o presidente paraguaio afirmou a importância da Itaipu não somente como produtora de energia, mas também como um “preponderante fator de desenvolvimento.”

Também em 1993, o candidato à presidência da República do Paraguai pelo Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), Domingo Laino, faz a mesma reclamação:

*Nós acreditamos que o Tratado de Itaipu foi assinado há 20 anos, dentro da ótica de dois governos autoritários, e como é uma empresa produtora de energia elétrica, naturalmente necessita de uma revisão para se ajustar às novas condições imperantes. Nós cremos que é importante revisar o Tratado e também democratizar a Itaipu. A Itaipu é criticada por ser uma entidade muito fechada - uma espécie de supra-nação. Falta impor mais controle - porque há graves denúncias sobre a utilização dos multi-milionários recursos da Itaipu.*<sup>47</sup>

Passados 4 anos desde essas reivindicações de revisão do Tratado, até dezembro de 1997, não houve nenhuma alteração do mesmo. Portanto, nem o diretor geral da Itaipu, em 1993, Miguel Luciano Jiménez, nem o presidente do partido da oposição no

---

<sup>44</sup> Jornal de Foz, 29/04 a 4/5/93.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Jornal Gazeta do Iguazu, 20/02/93

Paraguai, Domingo Laino - candidato de novo ao pleito presidencial paraguaio- foram atendidos.

Dowbor (1994b, p.67), quando se refere às infra-estruturas, nas quais as decisões são predominantemente públicas, mas com influência determinante das empreiteiras, acumulando gastos gigantescos como a própria dívida externa, afirma que “(...) para desenvolver um programa atômico sem nenhum sentido, uma rodovia Transamazônica entre nada e o nada, uma ferrovia do aço que, segundo a imprensa tem mais túneis e pontes do que trechos normais, e uma central hidrelétrica que arcou com todos os sobrecustos de querer ser a maior do mundo. (...) só na central foram 18 bilhões, dinheiro suficiente para comprar bons estabelecimentos agrícolas para todos os sem-terra do País.” Este autor reforça a tese de Ferraz a respeito das várias alternativas de se construir hidrelétricas de porte médio, acompanhando assim o aumento da demanda de energia gradual.

Discordando um pouco dos números, mas com a mesma veemência de denúncias, Schilling & Canese (1991, p.8) defendiam

*(...) a apuração do caso mais flagrante de corrupção em escala monumental: a construção da hidrelétrica de Itaipu. A Câmara dos Deputados já aprovou a constituição de uma CPI para averiguar as causas da brutal disparidade entre o orçamento inicial da represa e o seu custo final: US\$2,033 bilhões e mais de US\$20 bilhões. Mesmo descontando a inflação internacional e a desvalorização do dólar no período, a fraude será possivelmente a maior da história do capitalismo.*

Para o General José Costa Cavalcanti,<sup>48</sup> “(...)os investimentos deverão ser pautados em consonância com os recursos assegurados e de acordo com as prioridades fixadas, procurando-se reduzir cada vez mais os dispêndios de custeio, obras de infraestrutura e outros itens, objetivando concentrar maior parcela dos recursos nas instalações de energia propriamente ditas.”<sup>49</sup>

<sup>48</sup> Ex-Ministro do Interior no Governo do Presidente Médici, ex-Ministro das Minas e Energia, no período de 15 de março de 1967 a 30 de janeiro de 1969, foi nomeado Diretor Geral da Itaipu Binacional em 17 de maio de 1974 e ficou neste cargo até maio de 1985.

<sup>49</sup> Palavras pronunciadas ao assumir a presidência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, no dia 29 de setembro de 1980, acumulando com o cargo da Itaipu.

Para Schilling & Canese o “manto protetor dos regimes militares então vigentes no Brasil e no Paraguai, fez crescer, é obvio, desmedidamente, a corrupção que tradicionalmente se verifica na construção de obras públicas em nossos países.” (1991, p.8). Acrescente-se a isto o fato de que a corrupção e a impunidade, tão características do ambiente fechado das ditaduras, impuseram severos estragos à consecução de diversas metas.<sup>50</sup> O autoritarismo, também presente no regime militar brasileiro, mutilou a participação política e social da sociedade em grandes decisões de interesse do país, como foi a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Assim como a hidrelétrica era comandada por militar, a cidade de Foz do Iguaçu ficou, entre agosto de 1974 e março de 1984, sob o governo do Eng.º Clóvis Cunha Viana.

O Coronel Viana foi indicado pelo então Diretor-Geral de Itaipu, General Costa Cavalcanti, para ser Prefeito de Foz do Iguaçu. Na época, os prefeitos das capitais e cidades de fronteira eram nomeados. O nome dele foi submetido ao então Governador Emílio Gomes e ao Presidente da República, General Ernesto Geisel, recebendo a aprovação.

Quando o coronel Vianna assumiu, Foz tinha apenas 30 mil habitantes, era carente de infra-estrutura e vivia basicamente do pouco que rendia um turismo ainda incipiente. Ao deixar o cargo, Foz estava cinco vezes maior, com avenidas asfaltadas, hotéis de luxo e os problemas já de uma cidade grande, como as favelas e o desemprego. A cidade também já havia se firmado como pólo turístico internacional. A explosão populacional provocada pela construção da usina foi também o que colocou Foz como a 5ª maior cidade do Estado. “A história de Foz se confunde com a história de Itaipu”, conta hoje o coronel, que mora em Curitiba.<sup>51</sup>

A partir da gestão do Coronel Vianna mais quatro prefeitos civis passaram pela administração municipal de Foz do Iguaçu, até 1991, quando foi inaugurada a última turbina da Itaipu.

Indignados com a conjuntura social brasileira, manifestantes aguardaram com faixas e palavras de ordem a chegada do presidente Fernando Collor de Mello na inauguração

---

<sup>50</sup> Castro & Souza (1985).

<sup>51</sup> Jornal de Itaipu, Junho de 1997.

da 18ª turbina/gerador da Itaipu, no dia 6 de maio de 1991, (ver fotos 4 e 5). Estava concluída a maior hidrelétrica do mundo.

**Foto n.º 4 – Manifestantes aguardando a chegada do Presidente Fernando Collor para a inauguração da 18ª turbina / maio de 1991**



Foto: Edson Belo Clemente de Souza

**Foto n.º 5 Idem**



Foto: Edson Belo Clemente de Souza

## 1.2 - A Rápida Urbanização de Foz do Iguaçu com a Construção da Itaipu

Para demonstrar o impacto produzido pela Itaipu remeter-se-á a Foz do Iguaçu. Além da Hidrelétrica ter sido construída no município, as características do mesmo permitem vislumbrar um conjunto de aspectos importantes no entendimento dos processos urbanos e regionais. Para o último Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Foz do Iguaçu “o desenvolvimento econômico do município está intimamente ligado às suas relações com a estrutura econômica nacional. Porém, numa instância imediata, onde as relações de troca e de influência são maiores, o desempenho da economia local passa a ter uma estrita relação com o comportamento da região onde o mesmo está inserido.”<sup>52</sup>

A localização de Foz do Iguaçu destaca o significado de particularizar este município no cenário da região oeste do Estado. Situa-se no extremo oeste do Estado do Paraná, na fronteira com as Repúblicas do Paraguai e da Argentina (V. Figura IV). As suas “fronteiras naturais”<sup>53</sup> com estes países são o Rio Paraná, a oeste, e o Rio Iguaçu, ao sul.

Além da localização geográfica, tem importância a história do processo de formação do município iniciada na década de 30 e marcada pela chegada dos primeiros agricultores do Rio Grande do Sul, começando um ciclo de ocupação com a instalação da agricultura na região do extremo-oeste paranaense com conseqüente expansão da “Fronteira Agrícola”.<sup>54</sup> No início, a estrutura fundiária era baseada na pequena propriedade que, muitas vezes, era apenas de subsistência.

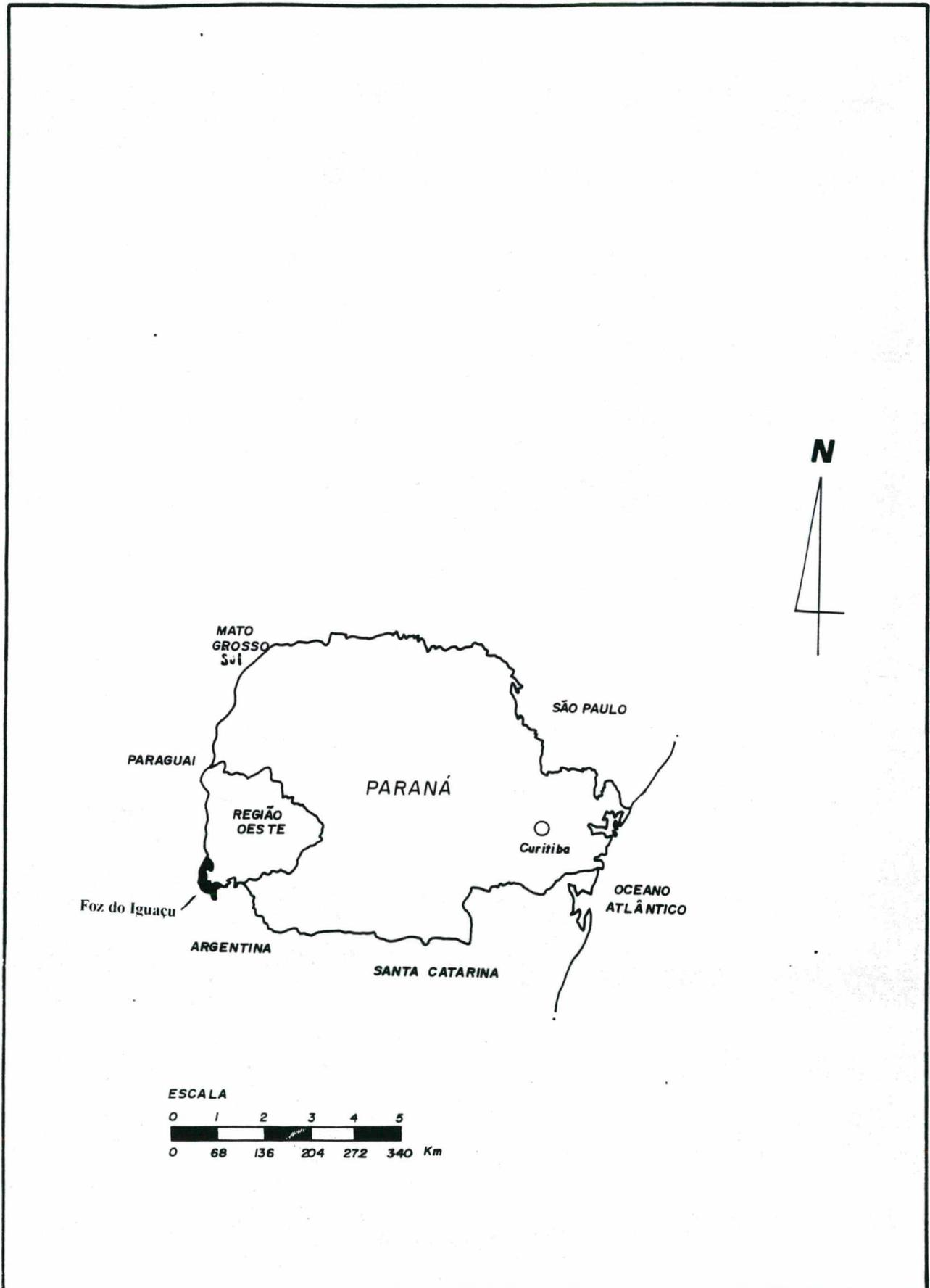
---

<sup>52</sup> PDDI-FI (1992).

<sup>53</sup> “Para os demarcadores a ‘fronteira natural’ é aquela onde a linha divisória acompanha os acidentes naturais, isto é, não existe a presença de marcos assinalados e colocados pelos homens. Eles não estão preocupados com a função do limite, isto é, com seu conteúdo, mas apenas com a forma. Daí que muitas vezes invoquem a ‘natureza’ com o objetivo apenas pragmático de facilitarem seu trabalho, o que pode vir a chocar-se com as posições doutrinárias dos delimitadores. (...), em especial os geógrafos só consideram ‘natural’ aquela fronteira que se apóia em obstáculos naturais que representam verdadeiras barreiras ao contato entre dois grupos, tal como ocorre com pântanos, densas florestas, montanhas e desertos. Tome-se o exemplo de um rio. Para o demarcador, ele pode ser considerado um bom limite natural. Para o delimitador, entretanto, nem sempre, já que se o rio servir de eixo civilizatório, como o Nilo, ele agirá como elemento de integração e não de separação.” Martin (1994, p.49).

<sup>54</sup> Fronteira Agrícola ou Frente Pioneira, entendido como “incorporação de novas regiões pela economia de mercado.” Martins (1967, p.45). Para Graziano da Silva (1982, p.118): “no plano político, a fronteira tem sido a ‘válvula de escape’ das tensões sociais no campo. Os projetos de colonização no Brasil sempre foram pensados politicamente como alternativas a uma alteração na estrutura da propriedade da terra.”

Figura n.º IV – Localização de Foz do Iguaçu



A implantação do sistema viário, ainda que precário, permitiu a dinamização da agricultura, favorecendo a comercialização do excedente agrícola e incentivando o aumento da produção da monocultura<sup>55</sup> com vista à exportação. Como reflexos desses fatos associados, têm-se um aumento na demanda por bens manufaturados com conseqüente crescimento no número de estabelecimentos comerciais.

A criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939) potencializou um aumento na importância do turismo para a economia local. A inauguração da Ponte Internacional da Amizade (1965), que intensificou o comércio de Foz do Iguaçu com a cidade paraguaia de Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este), a conclusão da rodovia Br-277 (1969), a integração do Município ao Sistema Estadual de Telecomunicações, e a construção do Aeroporto Internacional, intensificaram o desenvolvimento da região.

Apesar da vocação turística, despertada na década de 30, foi somente mais tarde que o município consolidou o turismo como importante meio de arrecadação. “É na década de 60 que começam a ser superados os problemas estruturais de falta de comunicação e transporte, pouco ou nenhum apoio ao turista, isolamento econômico e cultural em relação ao resto do Estado, situação que mantinha Foz do Iguaçu mais voltada para a Argentina e o Paraguai do que para o Brasil.”<sup>56</sup>

O final desse período caracteriza-se também pela consolidação da economia do setor terciário que, no Município, passou a ter uma participação cada vez maior na geração de renda e na absorção de mão-de-obra. Nesse período, a base econômica municipal possuía funções urbanas diversificadas e direcionadas ao atendimento dos fluxos turísticos.

A nova dinâmica que Foz do Iguaçu conheceu foi com a Itaipu. Doravante um empreendimento que marcou a história mais recente do Município, dividindo-se em dois períodos: antes e depois da obra, “pois a partir de 1974, definiu-se uma nova fase de desenvolvimento do Município que está intimamente ligada à implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A construção da Hidrelétrica causou fortes impactos em toda a região

---

<sup>55</sup> “Com a intensificação das atividades agrárias, incentivadas pelo Governo Federal, pelos preços internacionais, a natureza é destruída, para transformar-se em chão, em solo fértil para o plantio da soja. Um produto agrícola, que transformou-se em valor de troca, isto é em mercadoria, em favor da reprodução ampliada de alguns, e que leva consigo ao mesmo tempo parte do trabalho e da natureza dos expropriados.” Zaar (1996, p.86).

<sup>56</sup> Foz do Iguaçu - Retratos (1997).

do extremo-oeste do Paraná, principalmente em Foz do Iguaçu, em virtude do canteiro de obras estar situado no Município”.<sup>57</sup>

Nessa fase, a construção da Hidrelétrica tornou-se um fator importante de atração de correntes migratórias trazendo, além de contingentes populacionais de outras partes do Estado, principalmente, trabalhadores e seus familiares de várias partes do país.

A construção da Hidrelétrica de Itaipu empregou um grande contingente de mão-de-obra que, no ápice de sua construção, 1978, atingiu cerca de 40.000 trabalhadores.

Foz do Iguaçu, segundo dados do IBGE, contava, em 1970, com 33.970 habitantes e passou a ter em 1980, 136.320 habitantes. Se comparada à população de 1960 (28.080 habitantes), registra-se um crescimento de 385% no total da população do Município em apenas 20 anos.

Todo esse crescimento populacional trouxe grandes transformações no quadro urbano do Município, acarretando uma elevação na demanda por serviços públicos e privados, quer tenha esta origem nas necessidades para a construção da obra em si, quer tenha relação com a satisfação das necessidades dos trabalhadores e suas famílias, atraídos pela oferta de empregos.

Devido ao grande porte da Hidrelétrica, todo o volume de materiais de construção e serviços empregados na obra precisaram ser supridos por diversas fontes, principalmente desde as da região de São Paulo até as de Foz do Iguaçu. Vislumbrando esse mercado novas empresas se formaram e, em conjunto com empresas locais, passaram a ter em Itaipu seu principal cliente.

Ainda nessa fase de crescimento do Município, ligada à construção da Hidrelétrica da Itaipu, principalmente a partir da década de 80, estabeleceu-se uma relação comercial mais estreita com o Paraguai, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

Conseqüentemente a esse período de crescimento, verificou-se uma ampliação na importância do “turismo de compras” e do comércio atacadista exportador para a região fronteiriça. Notou-se uma significativa elevação na demanda de produtos eletro-eletrônicos, por parte dos compristas brasileiros. Isso determinou o direcionamento de maiores investimentos dos comerciantes instalados no Paraguai, principalmente de origem árabe e asiática, na estrutura comercial de Ciudad del Este. Do lado brasileiro, observou-se um

---

<sup>57</sup> PDDI-FI (1992).

aumento no número de turistas que chegavam a Foz do Iguaçu com o objetivo de fazer compras no Paraguai. Esse turismo, o qual se convencionou chamar de “turismo de compras”, passou a assumir um papel preponderante na economia da cidade, pois movimentou e fez crescer o número de hotéis, restaurantes, lanchonetes, agências de turismo e outras empresas prestadoras de serviços, bem como absorveu grande parte dos trabalhadores do município.

Outro aspecto merecedor de análise é a importância do setor exportador para a economia local. Como o país vizinho, Paraguai, não produz bens de consumo (duráveis e não duráveis) em quantidade e qualidade suficientes para atender sua demanda, o comércio exportador de Foz do Iguaçu se beneficiou desse mercado vendendo àquele país diversos produtos, principalmente alimentícios, de vestuário, eletrodomésticos e para a construção civil. Evidentemente isso determinou um aumento na oferta de empregos e na renda local.

O término da construção da Hidrelétrica de Itaipu marcou o final de um período de crescimento para a região, principalmente para Foz do Iguaçu. Se de um lado as conseqüências foram positivas com o fortalecimento do setor de comércio, serviços e da construção civil, por outro lado, devido à incapacidade do município de atender uma demanda básica crescente, provocou carências sociais (saúde, educação, saneamento básico, habitação, etc.), ver tabela III, que o poder público local ainda não conseguiu satisfazer.

**TABELA III - Déficit de Infra-estrutura de Foz do Iguaçu**

<b>Principais Problemas</b>	<b>Déficit</b>
Água Tratada	4% da população
Coleta de Esgoto	82% da população
Pavimentação/Galerias pluviais	50% dos bairros
Área de Reserva Técnica	75% invadidas
Salas de Aula	150 unidades
Habitação Popular	20 mil unidades .

Fonte: SMCS/DPII - 1994.

Grande parte da população, após o final da construção da hidrelétrica, não retornou para o local de origem, permanecendo, portanto, na cidade de Foz do Iguaçu. Estes passaram a desenvolver funções relacionadas, cada vez mais, ao “turismo de compras”, ao comércio atacadista exportador e a outras atividades ligadas ao setor terciário. Para Itaipu, no

início da construção, não era esta a situação prevista: “Uma vez que o período de construção será de 7 a 8 anos, a conclusão do projeto e a conseqüente migração dos operários, para fora da área, poderia ter um impacto econômico negativo sobre a área em questão”.<sup>58</sup>

A partir de janeiro de 1995, com o início da formação do Mercosul, celebrou-se, a nível governamental, um novo período econômico, que prometeu acelerar o desenvolvimento das partes envolvidas. Considerando o aspecto fronteiriço de Foz do Iguaçu, o “empresariado local”<sup>59</sup> criou uma perspectiva otimista em relação ao Mercosul. Talvez seja cedo para se avaliar os primeiros efeitos desta política econômica, mas sabe-se de antemão que nem todos se beneficiarão. Utilizando-se as palavras de Kowarick (1985, p.56) que proclama que “aquilo que é bom para o sistema nem sempre o é para parcelas significativas de grupos que nele vivem e trabalham”. No capítulo II serão abordadas questões sobre o Mercosul, especialmente no que se refere à área urbana de Foz do Iguaçu.

A caracterização do urbano, através de um enfoque emanado de interpretação marxista, explica a cidade pelas necessidades capitalistas de acumulação e concentração espacial da força de trabalho. Para Harvey (1980), por exemplo, tratar-se-ia de uma forma particular do processo social, que se desenvolve num meio construído pelo homem, subordinado ao modo de produção capitalista.

No estudo do urbano, contextualizar historicamente o crescimento populacional passa a ser importante na análise, uma vez que o Estado não absorve uma demanda por equipamentos de consumo coletivo, acelerando os distúrbios sociais.

Entre 1940 - 1980 triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira se aproxima dos 75%. (Santos, 1996: p. 135).

Para Santos (1996), a diferença entre as taxas de urbanização das várias regiões está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho se deu, ou seja, em outras palavras, pela maneira diferente como foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho.

---

<sup>58</sup> Relatório Especial Nº 4

<sup>59</sup> O Senador José Fogaça (PMDB-RS), foi um dos interlocutores de divulgação dos benefícios do Mercosul. Em outubro de 1991 palestrou em Foz do Iguaçu, acompanhado por empresários chineses, defendendo as aberturas do novo bloco econômico.

Ainda segundo Santos (1996), é a partir dos anos 60, e sobretudo na década de 70, que as mudanças não são apenas quantitativas, mas, também, qualitativas. A urbanização ganha um novo conteúdo e uma nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o País conhece e que explicam a nova situação.

O processo de urbanização de Foz do Iguaçu é parecido com o de outros municípios brasileiros, inseridos no desenvolvimento econômico e político do país, principalmente a partir da década de 70<sup>60</sup>, acrescentando um ingrediente - a Itaipu.

De acordo com a tabela IV, nota-se uma inversão da população urbana em relação à rural, a partir de 1970. Considerando que a construção da Itaipu acelerou o crescimento populacional urbano de Foz do Iguaçu na década de 70 e 80, outros municípios brasileiros também aumentaram o contingente populacional urbano em relação ao rural, mas ligados, principalmente, à política de modernização da agricultura que expulsou o trabalhador do campo para a cidade como já demonstrado pelo PDDI-FI (1992), apontado anteriormente.

**TABELA IV - Evolução entre a População Urbana e Rural de Foz do Iguaçu - 1950-1996**

<i>Ano</i>	<i>Total</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>
1950	16.420	3.400	13.020
1960	28.080	3.830	24.250
1970	33.966	20.147	13.819
1980	136.321	101.330	34.991
1991	190.115	186.486	3.629
1992(1)	195.571	-	-
1996(2)	219.014	-	-

Fonte: Censos Demográficos do IBGE SMCP/DPP

(1) Estimativa para setembro de 1992 (IBGE)

(2) Estimativa para setembro de 1996 (DPPI/SMCP)

Em apenas seis anos (1974-1980) houve um crescimento de 250% no número de habitantes do Município. A Itaipu promoveu 40.000 empregos diretos e um número elevado de empregos indiretos. No entanto, no período, foram ofertados apenas 1.300

<sup>60</sup> "A interpretação demográfica do processo de urbanização postula que a urbanização é um processo de concentração populacional. Os estágios e processos de desenvolvimento dos aglomerados se explicariam pelos movimentos da expansão populacional e correções posteriores, introduzidos por uma busca 'inata do equilíbrio.'" (Ipardes - Redefinição do Conceito de Urbano e Rural, 1983).

moradias e a Itaipu Binacional apenas ofereceu infra-estrutura e serviços aos bairros habitados por seus barrageiros, provocando déficits, especialmente nos bairros periféricos que se avolumaram na cidade.

Na década de 60 a população de Foz aumentava a uma taxa anual de crescimento geométrico de 1,87%; já durante a década de 70 - em virtude do elevado processo migratório, tendo como causa, principalmente, a construção da Itaipu - a população do município crescia a uma taxa de 14,91%. Fato surpreendente se comparado ao crescimento anual do conjunto da população paranaense no mesmo período (0,97%), conforme demonstra a tabela V:

**TABELA .V - Evolução da população em Foz do Iguaçu, Extremo-Oeste e Paraná**

	Foz do Iguaçu		Extremo Oeste		Paraná	
	População	Tx.(*)	População	Tx.(*)	População	Tx.(*)
1970	33.966	1,87	752.432	-	6.929.868	4,94
Urbana	20.147	0,87	85.843	-	2.504.378	6,55
Rural	13.819	3,57	666.589	-	4.425.490	4,14
1980	136.321	14,91	960.709	2,12	7.629.392	0,97
Urbana	101.330	17,53	484.504		4.472.561	5,97
Rural	34.991	9,74	476.205		3.156.831	-3,21
1991	190.115	3,81	1.013.535	0,06	8.442.507	0,90
Urbana	186.441	5,69	-		6.139.100	2,92
Rural	3.753	-18,37	-		2.249.407	-3,03

Fonte: Censos Demográficos do IBGE - 1970, 1980, dados preliminares de 1991

(\*) Taxa de crescimento na década precedente

Em 1980, 74,33% dos habitantes do município residiam na área urbana. Segundo dados de 1991 do IBGE, nota-se que o município é hoje eminentemente urbano, pois 98% da sua população está concentrada na cidade.

A pesquisa Sócio-Econômica de 1991, realizada pela Prefeitura através da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento - SMCP, mostrou a disparidade de

ocupação nas Zonas Homogêneas<sup>61</sup>, constatando o reflexo da política urbana em segregar espaços. Não tão homogêneas, essas zonas reproduzem a valorização de algumas áreas em detrimento de outras.

É preciso que se destaque também a população flutuante, característica peculiar numa cidade que apresenta vários atrativos. São, segundo a Foz do Iguaçu Turismo S/A - FOZTUR, 1995, 12.300 pessoas/dia que passam pela cidade. Este aspecto a distingue de outras cidades que convivem com o afluxo de visitantes, como, por exemplo, de cidades balneárias, cuja população flutuante caracteriza-se por uma marcante sazonalidade. Nessas, a população flutuante exige uma prestação de serviços e uma oferta de infra-estrutura urbana - mesmo que permaneçam ociosas durante um grande período do ano - e estabelece vínculos com a cidade, seja na condição de proprietários de imóveis urbanos, seja na identidade que cria com a cidade que usufrui. No caso de Foz do Iguaçu, sua população visitante não estabelece vínculos de propriedade nem tampouco de identidade.

Desse contingente de população flutuante, a grande maioria não permanece na cidade por mais de um dia. Desembarca pela manhã, atravessa em direção a ponte da Amizade (ver foto n.º 6) para as compras,<sup>62</sup> e retorna à cidade para embarcar à noite, de volta, muitas vezes, a longínquos Estados do país. O bate-volta<sup>63</sup> como é chamado. Este tipo de afluxo acarreta demandas que exigem respostas imediatas, a despeito da constante tentativa de isenção do poder municipal com relação a esse problema. Demandas diferenciadas dos moradores, o que passa a constituir conflitos. Exemplos de descontentamento da população local com os compristas estão nos locais próximos a Ponte da Amizade. A grande concentração de camelôs provoca a necessidade de banheiros, de limpeza de ruas, de serviço médico e de mais espaços arejados. Apesar dessa situação, o poder público não tomou ainda nenhuma providência.

---

<sup>61</sup> “Para efeito de estudo da distribuição espacial da população, a cidade foi dividida em 16 zonas homogêneas, em que cada uma é a expressão de uma forma particular de apropriação e reconstrução do espaço urbano. Essa apropriação se dá, logicamente, diferenciada em função das características de renda das famílias e da situação estratégica e histórica desses espaços. Observa-se que existe uma correlação entre o poder aquisitivo e a disponibilidade de equipamentos de infra-estrutura e serviços que também se distribuem diferencialmente segundo as zonas homogêneas”, seg. o PDDI-PMFI, 1992.

<sup>62</sup> Por se tratar de uma zona franca, os preços em Ciudad del Este no Paraguai são mais acessíveis.

<sup>63</sup> O “bate-volta” é formado por compristas ou sacoleiros. Foi solicitado à Foztur a utilização do dinheiro arrecadado pela cobrança da taxa de entrada do turista na cidade, iniciada em 1991, mas não houve retorno por parte deste órgão.

Foto n.º 6 – Sacoleiros na Ponte da Amizade durante manifestação/ set. 97



Foto: Robson Meireles - Jornal A Gazeta do Iguçu

Assim, o poder municipal vê-se na obrigação de investir recursos a uma população que oferece um baixo retorno financeiro e nenhuma compensação em termos de apoio político-eleitoral. A grande dificuldade do poder público está em compatibilizar o atendimento às “demandas estruturais”<sup>64</sup> dos residentes com pressões por atenção imediata dos visitantes, sem desgastar a sua base de sustentação eleitoral.

Exemplo marcante do impacto dessa população flutuante, usuária da infraestrutura urbana, é o envelhecimento rápido do sistema viário e sua inadequação ao fluxo crescente de veículos particulares e coletivos dos “compristas”. Cabe ao poder público não apenas a manutenção mais intensa desse sistema, mas igualmente a adequação do mesmo, agora submetido a interesses que não os dos moradores.

A estrutura disponível no terminal rodoviário também é um exemplo da inversão de recursos para visitantes: o crescente afluxo de passageiros que não se instalam na rede hoteleira exige a diversificação e a qualificação da oferta de serviços coletivos de apoio internos ao terminal, para cumprir, minimamente, as funções de hospedaria de passagem.

O reflexo desse movimento contínuo na comunidade local pode ser avaliado na gravidade dos indicadores sociais, tais como, prostituição infantil, uso e tráfico de drogas. Problemas comuns em áreas de fronteira, por ser um espaço de fuga fácil, de escape de uma ação policial impossibilitada de agir em território vizinho. No caso de Foz do Iguaçu, este aspecto se agrava devido ao seu rápido crescimento demográfico, fundamentado em acontecimentos, mais uma vez externos à sua autonomia. No aspecto econômico, Foz adquiriu uma singularidade a mais devido à sua posição de fronteira, bem como à sua atividade econômica predominante.

O eixo mais dinâmico da economia de Foz do Iguaçu está no setor terciário. Não havendo investimentos em outros setores da economia e considerando a posição comercial privilegiada - fronteira com o Paraguai e Argentina, bem como a potencialidade do turismo:

*Foz do Iguaçu apresenta diversos fatores que definem a sua vocação como turística. Primeiro, a sua posição privilegiada, na fronteira com dois países, Argentina e Paraguai, facilitando as atividades comerciais e os encontros internacionais, além das atrações que cada país apresenta pela diversificação*

<sup>64</sup> Habitação, luz, água tratada e entre outros equipamentos não são acessíveis para toda a população.

*da cultura e costumes. Segundo, as atrações naturais: Parque Nacional do Iguaçu, onde estão as Cataratas do Iguaçu, o Poço Preto e o Salto do Macuco, além do Museu do Parque; e o Marco das Três Fronteiras, encontro dos Rios Iguaçu e Paraná, que faz a divisa natural entre os três países e de onde se podem ver os marcos com as cores oficiais de cada um deles. Terceiro, a Hidrelétrica de Itaipu Binacional, com o Ecomuseu, o Centro de Recepção de Visitantes, o Lago de Itaipu, pontos turísticos já consagrados. PDDI-FI (1992, vol.II, p.116).*

Justificando essas peculiaridades econômicas com esse setor mais desenvolvido, concluiu-se que o processo de geração de valor dá-se, quase na sua totalidade, no meio urbano, vinculado principalmente às atividades comerciais (atacadistas e varejistas) e turísticas (hotéis, restaurantes, agências de viagem e outras). “O seu papel tem sido o de um pólo especial, com a atividade econômica centrada no turismo, associado a uma importante atividade comercial e de serviços que pouco se presta à região do lado brasileiro e concentrando-se no mercado paraguaio. Portanto, Foz do Iguaçu já algum tempo vem cumprindo o papel de um entreposto comercial.” PDDI-FI (1992, V. III, p.3).

O setor primário sofreu uma grande transformação principalmente com a queda da produção agrícola.<sup>65</sup> No final da década de 70, a Itaipu Binacional iniciou um processo de desapropriação das terras que estavam na área ocupada hoje pelo Lago de Itaipu. Segundo Germani (1982)<sup>66</sup>, a produção dos pequenos produtores contribuiu, de forma considerável, no bojo da economia de Foz do Iguaçu. No entanto, Zaar demonstra, analisando o Município de Marechal Cândido Rondon que, “(...) a formação do lago de Itaipu pouco

---

<sup>65</sup> A década de 70 foi de intensa proletarização no meio rural paranaense tanto de pequenos produtores e/ou de seus familiares, como dos produtores associados, que perderam seus meios de subsistência imediatos ao serem transformados em bóias-frias ou trabalhadores urbanos. “Além dos efeitos gerados pela modernização da agricultura, outra política que atrelou os interesses de parcelas de produtores rurais às exigências da expansão do capital financeiro-industrial, foi a construção, planejada em série, de hidrelétricas. Constituído-se em campo de investimento do capital financeiro-industrial, nacional e internacional e servindo aos propósitos mais amplos da política econômica do país, estas hidrelétricas geraram vastas desapropriações em que milhares de lavradores, principalmente os pequenos, viram-se expulsos de suas terras, muitos sem conseguir manter-se como produtores diretos no Paraná. Deste modo e além disto, conduzindo ao desemprego os trabalhadores rurais das regiões desapropriadas, as usinas hidrelétricas produziram o agravamento intenso e rápido das condições de vida de parcela da população rural do Estado”. (Ferreira, 1986-p.15)

<sup>66</sup> “Uma área de 111.332 hectares, comprometidos com a represa de Itaipu, quer com a formação do lago, quer com o reflorestamento marginal a leste, era habitada por 42.444 pessoas que foram expulsas de suas terras e procuraram outro lugar para morar. Esta população foi significativa, não só pelo seu grande número, mas também pela sua qualidade, pois representou um forte contingente de força de trabalho, ocupada principalmente na agricultura”. Ainda sobre este assunto ler Souza (1992) que faz um estudo sobre os impactos sociais e ambientais da construção da Itaipu.

influiu na redução da área de plantio de feijão, pois quando da sua formação, a área de plantio deste produto já se encontrava bastante reduzida.” (1996, p.108). Para a autora, o que ocorre com o feijão é uma amostra de como alguns produtores agrícolas, em virtude das políticas agrícolas, ficaram marginalizados quando da introdução de novas tecnologias que beneficiaram principalmente produtos que se destinavam à exportação ou como matéria-prima para as indústrias.

A participação do setor secundário também é bastante tímida, considerando que a arrecadação de 4,78% do ICMS gerado no município em 1994 provém deste setor. A Construção Civil participa com o maior número de empresas deste setor, 185 do total de 545. Em 1994, as atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços participaram com 83,31% do ICMS arrecadado no município. São dados extraídos no Anuário Estatístico - Perfil 95.

**TABELA VI - Perfil da População Economicamente Ativa de Foz do Iguaçu - 1994**

População Economicamente Ativa	70 mil
Economia Informal	17 mil
Setor Público (incluindo Itaipu)	12 mil
Setor Privado	34 mil
Desempregado	7 mil

Fonte: Pesquisa Sócio-Econômica - Secretaria Municipal de Comunicação Social - SMCS/PMFI

Segundo a tabela VI, a população em idade ativa gira em torno de 140 mil pessoas para uma população total estimada pelo IBGE em aproximadamente 200 mil. No entanto, apenas 70 mil fazem parte do contexto econômico do município. Tanto a economia informal como o setor privado absorvem 51 mil trabalhadores que centralizam sua atuação na prestação de serviços. Há um discurso dominante no poder público local que a chamada “Globalização Econômica”, no caso Foz do Iguaçu, inserido no Mercosul, está provocando um fechamento das exportadoras situadas na Vila Portes (Vila comercial da cidade, localizada próxima à Ponte da Amizade). Com isso o índice de desempregos no município tende a aumentar.

Atribuiu-se ao período da implantação do Plano Real e do início da abertura do mercado do Mercosul, 1994 - 1995, o fechamento das lojas da Vila Portes, como será abordado adiante.

**TABELA VII - Evolução de Exportadores e Empresas do Setor Terciário de Foz do Iguaçu**

Ano	Qtde. Exportadores	Qtde. empregados export.	N.º empresas
1980	22	440	360
1985	59	1200	850
1990	193	3800	2700
1995	349	7000	7000

Fonte: Pesquisa Sócio-Econômica - Secretaria Municipal de Comunicação Social - SMCS/DPII-PMFI

O Setor Terciário está diretamente ligado ao Setor de Exportações e de Turismo de Compras. Na tabela VII percebe-se o crescimento das exportadoras, enquanto entreposto, Foz do Iguaçu dispõe de aproximadamente 350 exportadores empregando 7.000 trabalhadores. Vendem ao Paraguai autopeças, confecções, hortigranjeiros e produtos em supermercados. A possibilidade de crise da exportação afetará o setor terciário como um todo, podendo, evidentemente, agravar ainda mais os problemas sociais do município, pois não são otimistas as perspectivas de seu futuro imediato. Com a globalização da economia, os comerciantes paraguaios passam a ter como opção a negociação direta com as grandes empresas importadoras brasileiras, deixando de se servir exclusivamente da intermediação de Foz do Iguaçu. Concomitantemente, a defasagem cambial provocada pelo Plano Real vem desfavorecendo as exportações brasileiras. Como resultado já se verifica o fechamento de inúmeras empresas exportadoras em Foz do Iguaçu; algumas transferem-se para Assunção, no Paraguai, estabelecendo-se no comércio importador de produtos brasileiros. Segundo o IPARDES<sup>67</sup>, com o Mercosul prevê-se um desaquecimento entre 50 e 70% do comércio local, trazendo como reflexo o acirramento do caos social e o crescimento da violência urbana.

<sup>67</sup> IPARDES. Aglomeração Urbana na Fronteira de Três Países. Maio/1996.

**TABELA VIII - Acréscimo no número de habitantes em função dos períodos ou fases econômicas em Foz do Iguaçu.**

	Períodos Econômicos	Acréscimo de habitantes
1970-1980	Construção da Itaipu	102 mil habitantes
1980-1995	Exp. e Turismo de Compras	74 mil habitantes

Fonte: Pesquisa Sócio-Econômica -SMCS/DPII-PMFI

Essas fases da economia de Foz do Iguaçu provocaram um acréscimo de população na ordem de 175 mil habitantes, conforme tabela VIII em pouco menos de 25 anos. Foz do Iguaçu, segundo a Secretaria Municipal de Comunicação Social - SMCS, conseguiu absorver a maior parte da mão-de-obra legada pela Hidrelétrica de Itaipu. Este contingente foi absorvido, em parte, pela fase chamada pelo poder público de Exportação e Turismo de Compras.

Foz do Iguaçu, por seus aspectos particulares, conta com elementos que lhe garantem privilégios econômicos frente a outros municípios do Paraná. A presença no município de parte do Parque Nacional do Iguaçu e de parte da represa de Itaipu garantem um acréscimo de receita decorrente de legislações de compensações financeiras. Na transferência estadual do ICMS, a existência de áreas de preservação ambiental garante um adicional significativo na partilha de recursos. Além disso, a área de alagamento para fins de geração energia elétrica por Itaipu é responsável por outra fonte de compensação financeira oriundo da lei dos *royalties* - um benefício que se repete nos outros municípios atingidos pelo Lago de Itaipu referente à distribuição dos *royalties*.

Outro aspecto importante a ser observado em Foz do Iguaçu, como reflexo da construção da Itaipu, é o setor imobiliário. Embora carente em infra-estrutura, a valorização imobiliária teve um grande salto com a construção da Itaipu.<sup>68</sup>

A estrutura urbana de Foz do Iguaçu está calcada nos poucos eixos viários que interligam eficientemente o centro urbano com setores específicos que nasceram por causa de atividades também específicas, a saber: o turismo, ao longo da Rodovia das Cataratas; o

<sup>68</sup> A moeda corrente da época -1976, o cruzeiro, foi substituído pelo dólar (em transações comerciais) "O mercado imobiliário endoidou", como diz o coronel Levy Rabello, diretor presidente da Companhia de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu - CODEFI: "Aqui, a terra nua, sem infra-estrutura nenhuma, vale mais que no Jardim Social, em Curitiba." Referência em Planejamento (1976:p.45).

comércio atacadista e de exportação, próximo a Ponte da Amizade; as casas das vilas A e B da Itaipu; e o próprio centro urbano, de onde irradia a vida da cidade.

Importa salientar que os lotes vagos, no centro e nos anéis intermediários da cidade, são totalmente equipados com infra-estrutura e equipamentos públicos de consumo coletivo: água, rede de esgotos, ruas pavimentadas, transportes, escolas, postos de saúde, etc. Essas terras bem equipadas, que representam cerca de 34% das áreas desocupadas em todo o perímetro urbano<sup>69</sup> são mantidas em estoque para o propósito de especulação. São de propriedade de pouquíssimas famílias e estão reservadas para uso das classes média e alta, evidentemente. Para Corrêa (1993, p.15) “a propriedade fundiária e seu controle pela classe dominante tem ainda a função de permitir o controle do espaço através da segregação residencial, cumprindo, portanto, um significativo papel na organização do espaço.”

As áreas periféricas são desprovidas da maioria dos serviços públicos acima nomeados e não dispõem de uma formação eficiente de centro de bairro que induza à polarização do comércio. Estes fatores se associam ao valor potencial desses terrenos que decrescem ainda mais, quanto menos serviços públicos dispuserem.

Diante dessas diferenças sociais de uso do solo, cabe ao setor imobiliário cumprir o seu papel que, nas palavras de Corrêa (1993), cria e reforça a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista.

Em Foz do Iguaçu, o custo do metro quadrado de terrenos situados nas áreas centrais da cidade apresenta valores diversificados para cada zona homogênea, influenciando o atendimento dos serviços de infra-estrutura social básica. V. tabela IX.

**TABELA IX - Custo do Solo na área urbana de Foz do Iguaçu, em dólares - 1991**

Zonas Homogêneas	Localidades Pesquisadas	Custo por metro quadrado (\$Us)	
		Mínimo	Máximo
ZH - 1	Centro	84,21	112,27
ZH - 2	Vila Yolanda, Adriana	18,71	23,39
ZH - 3	Porto Meira, Jardim das Flores	4,68	6,54

<sup>69</sup> Ao todo, são cerca de 54% de lotes vagos dentro do perímetro urbano, e destas, 37% são constituídas por propriedades acima de 50.000 m<sup>2</sup>, seg. dados fornecidos pela PMFI -1991.

ZH - 4	Adjacências do Centro, Vila Maracanã	28,07	37,42
ZH - 5	Mata Verde, Carimã	7,48	14,03
ZH - 6	Campos do Iguaçu, Libras, J. São Paulo	4,68	11,23
ZH - 7	Jardim Central, Parque Presidente	23,39	37,42
ZH - 8	Vila Portes, Jardim Jupira	56,14	84,21
ZH - 9	Rincão São Francisco (Parque Morumbi)	3,27	5,61
ZH - 10	Portal da Foz	3,55	5,61
ZH - 11	Três Lagoas e Santa Rita	3,27	4,68
ZH - 13	Porto Belo, São Sebastião	3,27	4,68
ZH - 12	AKLP, Jardim Paraná, Jardim Duarte	3,27	4,68

Fonte: Pesquisa Sócio-Econômica, junho 1991 - SMPD/PMFI

Outro fator contribui para o aumento dos valores da renda do solo e do custo das edificações: os preços são estabelecidos artificialmente por proprietários e incorporadores, baseados na expectativa de vendas a investidores, grande parte estrangeiros. Estes são representados pelos árabes, chineses e coreanos que ingressaram na região da zona frança da Ciudad del Este, onde mantêm o seu comércio. Por ser uma cidade que oferece mais estrutura urbana que Ciudad del Este, estes comerciantes preferem morar em Foz do Iguaçu. Mas há também outros interesses como aqueles que foram demonstrados pelo PDDI-FI:

*Há que se considerar, para uma explicação mais conclusiva para esta situação no tocante à condição de ocupação dos domicílios, a crescente aquisição de habitações pelos empresários asiáticos estabelecidos no Paraguai, que residem na cidade ou vêm no mercado imobiliário de Foz do Iguaçu uma excelente oportunidade de investimento. Pagando em dólares, a valores irrealistas, contribuem para a elevação dos custos no mercado em geral e incentivam todo um circuito de especulação imobiliária. (1992, vol.II, p.87).*

Mesmo construindo moradias para muitos de seus funcionários, com a criação das Vilas (A, B e C)<sup>70</sup>, não era possível para Itaipu suprir a demanda de habitação gerada com a sua construção. O inchamento urbano, e conseqüente necessidade de moradia dotada de infra-estrutura e serviços públicos, aliado aos altos valores pagos no aluguel de casas e apartamentos para uso residencial, pela própria Itaipu e por empreiteiras por ela contratadas,

<sup>70</sup> Vila A, ocupada por técnicos de nível médio - 2.097 casas; Vila B, para engenheiros, chefes de setor e diretores - 221 casas e; Vila C, por barrageiros da obra - 2.696 casas.

inflacionaram o mercado imobiliário a tal ponto, que o preço do metro quadrado em alguns pontos de Foz do Iguaçu pode ser comparado, atualmente, ao do metro quadrado na Avenida Paulista, em São Paulo.<sup>71</sup>

Atualmente, dezembro de 1997, os empresários iguaçuenses que vivem do turismo, aqueles do setor hoteleiro, das agências de viagens e do comércio estão insatisfeitos com o desenvolvimento da economia em Foz do Iguaçu. Desanimados com a conjuntura atual, muitos proprietários de hotéis pequenos, médios e grandes estão fechando suas portas por falta de movimento de turistas. Uma situação que vem desde o último plano econômico, pois, “conta-se que desde o início de vigência do Plano Real, pelo menos mil micro e pequenas empresas, além de centenas de exportadoras e pequenos hotéis fecharam suas portas em Foz do Iguaçu. Aquela que é a terceira porta de entrada para o Brasil (cerca de quatro milhões de turistas ao ano) atravessa momentos de delicada situação econômica, vendo agravarem-se problemas sociais de toda ordem.”<sup>72</sup>

Criticando e apontando a responsabilidade aos poderes locais e estaduais como negligentes ao estado de abandono em que se encontra o setor turístico na cidade, o empresário Erminio Gatti, dono de um dos maiores hotéis de Foz do Iguaçu, desabafa: “É necessário que alguém diga, que nas atuais condições é mais cômodo investir em qualquer outro lugar, que não seja Foz do Iguaçu. Eu sei disso, e sou um exemplo de quem trouxe investimentos para cá e hoje, diante de tudo o que está acontecendo, admito que poderia obter melhores resultados, caso dirigisse meus investimentos para outras praças, como o Nordeste, Pantanal e serras gaúchas, que vão de vento em popa. Isso sim é pôr dinheiro onde há retorno.”<sup>73</sup> Irritado com uma declaração do secretário estadual de Turismo, Osvaldo Magalhães, que afirmou: “quem for competente e conseguir se aliar aos grandes operadores, vai sobreviver”, Gatti respondeu: “Percebo, nas declarações do secretário Osvaldo Magalhães que ele sabe muito sobre globalização e nada sobre turismo, operadores e seus agentes. Vejo, acreditando que esta não é a visão do governador do Estado, que tais atitudes são como, um

---

<sup>71</sup> PDDI-FI (1992)

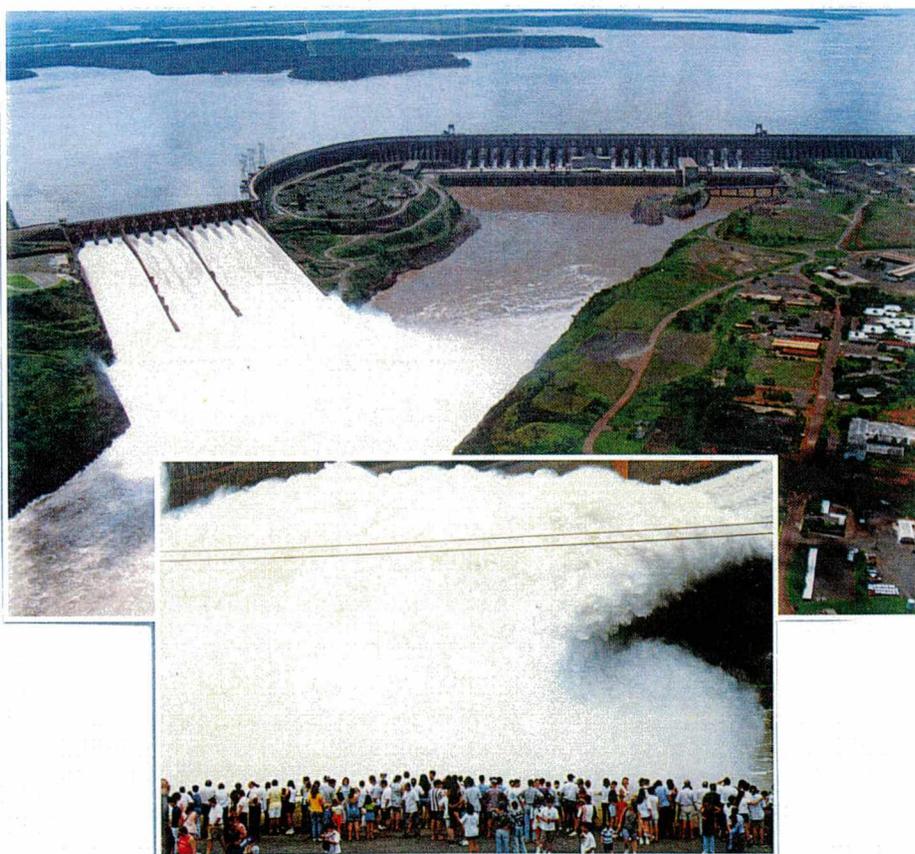
<sup>72</sup> Jornal O Estado do Paraná, 02/12/97

<sup>73</sup> Jornal Gazeta do Paraná, 06/11/97.

chute naquilo que esperávamos que um dia, pudesse ser uma parceria entre o Governo e a iniciativa privada.”<sup>74</sup>

Como referência do turismo, Foz do Iguaçu, tão decantada pelos atrativos naturais e também pelo *know how* em termos de infra-estrutura turística, está enfrentando uma crise que não parece ser recente, apesar das tentativas de se buscar mais opções de turismo através da Itaipu Binacional (ver foto n°7). O turismo de Foz do Iguaçu tem neste ano a

**Foto n.º 7 – Vista do Vertedouro por turistas**



**Foto: Ney de Souza**

**Fonte: Revista O Mundo Mágico do Iguaçu/Foztur**

<sup>74</sup> Idem.

oportunidade de ouro de sair da letargia em que se encontra, e que não é de agora. Foz do Iguaçu reivindicou e conseguiu, no governo do prefeito Álvaro Neumann (1989-1992), o privilégio de sediar o congresso da Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV), em 93.<sup>75</sup>

Tendo em vista as análises realizadas, constata-se que a construção de Itaipu redundou em muitas mudanças na configuração regional. Não só para Foz do Iguaçu que foi sede da edificação da obra e que, por conta disso, apresentou um rearranjo espacial significativo na cidade. Isto é demonstrado, por exemplo, através das vilas dos trabalhadores, especialmente construídas para eles, como também é demonstrado na maior porção do seu território que é limitada ao norte pelo lago e a leste pelos municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu.

Foz do Iguaçu teve 26,77% de sua área inundada pelo lago, sendo que 14,6% de seu território, ao norte do Município, ficou isolado pela água. A produção agrícola sofreu uma queda de 33% que é significativa, mesmo considerando que suas principais atividades já eram o turismo e o comércio.<sup>76</sup> Esta porção do território, cerca de 57,20 km<sup>2</sup>, está encravada a oeste do município de São Miguel do Iguaçu e é banhada pelo Lago em quase todo o seu perímetro sul, oeste e norte (Ver Figura V).

Portanto, o território de Foz de Iguaçu é composto de duas partes que ficaram descontínuas com a formação do Lago de Itaipu em 1982. Disputadas hoje por Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, as terras que ficaram ao norte de Foz de Iguaçu, pertencem de fato e de direito a este município. No entanto, a distância de 50 quilômetros deste e a proximidade com São Miguel do Iguaçu (20 quilômetros), está dividindo a opinião dos moradores desta localidade.

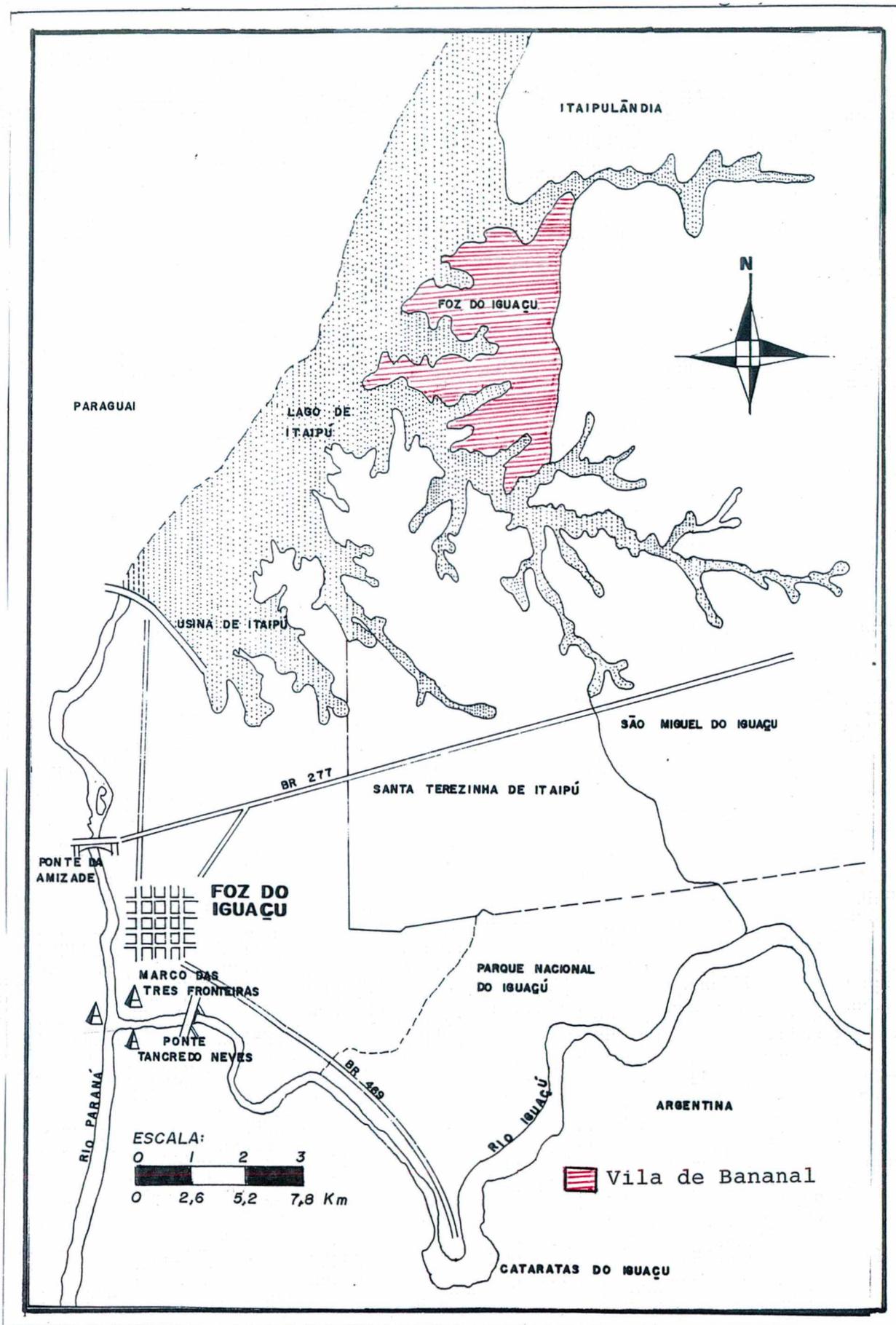
*A vila é formada por uma área de cinco mil hectares e propicia ao cultivo da banana. A cultura está sendo implementada na região desde 1983 depois da formação do lago da Hidrelétrica de Itaipu, que mudou as características do clima nas proximidades e permite o cultivo das bananeiras produzindo*

---

<sup>75</sup> Revista Oeste. Ano VIII, nº 81, pág.49.

<sup>76</sup> PDDI-FI (1992)

Figura n.º V – Localização da Vila Bananal em Foz do Iguaçu



*11.250 toneladas de banana por ano, a maior produção da fruta no Paraná. O negócio está tão bom, que os vinte produtores integrados à cultura já pensam em ampliar a área plantada de olho nas possibilidades abertas pelo Mercosul. Eles estudam até a viabilidade de implantação de uma fábrica de balas de banana, destinada a industrializar o descarte da produção - bananas com tamanho abaixo do padrão exigido pelo mercado.<sup>77</sup>*

Habitada por 150 moradores, a Vila Bananal, como é chamada, está atraindo agora, por suas disputas, investimentos como a Companhia de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu (Codefi) que está executando terraplanagem e calçamento em mais de dez quilômetros de estradas na localidade, sendo responsável por 65% dos R\$1,23 milhões em *royalties* pagos por mês pela Itaipu Binacional a Foz.<sup>78</sup>

A vila é também reivindicada por Santa Terezinha de Itaipu, pois este município entende que, se construir uma ponte sobre o braço do lago, estará mais perto da vila que os outros dois municípios.

Não se deflagrou ainda um conflito formal entre os três municípios interessados. No entanto, comenta-se que um plebiscito dará ganho a Foz do Iguaçu por ter o maior colégio eleitoral. Se se considerar o início da ocupação dessa faixa territorial, deverá permanecer sob o domínio de Foz do Iguaçu.

Outras terras desapareceram com a formação do Lago de Itaipu, além das de Foz do Iguaçu, provocando uma nova feição de territórios municipais.

A partir dessa nova “paisagem” configurada pela Itaipu Binacional e diante das transformações ocorridas nos últimos 25 anos na sociedade brasileira, a atual conjuntura social, política e econômica permite rever vários aspectos que permeiam esta Hidrelétrica. O próprio momento histórico do capitalismo e o papel do Estado enquanto interventor no processo de construção urbano e regional, abre novas possibilidades de análise, diferentes daquelas que deram origem à construção da maior hidrelétrica do mundo.

Pelas suas características, a Usina de Itaipu tornou-se um dos mais importantes atrativos turísticos da cidade. “Só nas últimas duas décadas, mais de 9 milhões de turistas de 164 nacionalidades já visitaram a maior hidrelétrica em operação no mundo. Passeios são

<sup>77</sup> Jornal Folha do Paraná, 08/08/97.

<sup>78</sup> Jornal Gazeta do Paraná, 03/09/97.

oferecidos gratuitamente pela Itaipu a centenas de pessoas que diariamente querem desvendar todos os detalhes de uma das sete maravilhas da engenharia moderna.”<sup>79</sup> Investindo em mais atrações turísticas dentro do próprio canteiro de obras, a Itaipu pretende superar os 10 milhões de visitantes no ano de 1998. Portanto, a construção da maior hidrelétrica do mundo ajudou a promover turisticamente Foz do Iguaçu.

Conhecida como cidade turística, Foz do Iguaçu destaca-se no cenário nacional e internacional. Aproveitando esta vocação, a Itaipu Binacional está proporcionando uma nova estrutura de atendimento ao turista. Além da construção de um lago para competições de canoagem, dentro do antigo canteiro de obras, pretende-se construir também um parque temático e começar a cobrar pelo passeio à represa.

A propaganda da maior hidrelétrica do mundo tem despertado o interesse de muitos visitantes, mas o número maior tem sido dos países que formam o Mercosul, em especial o Paraguai pela proximidade geográfica e pela importância da parceria com o Brasil, segundo informações prestadas pelo setor de Relações Públicas da Itaipu.

Sobre energia uma nova preocupação surge. Diante de uma demanda energética, a Itaipu não satisfaz mais, pois novos blecautes podem ocorrer este ano nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, se não houver investimentos no setor energético brasileiro. O alerta foi feito pelo diretor geral brasileiro da Itaipu Binacional, Euclides Scalco, durante uma palestra a empresários da Associação Comercial do Paraná.<sup>80</sup> Euclides Scalco disse que os baixos investimentos no setor elétrico nos últimos anos estão fazendo o sistema operar num limite considerado perigoso. “Temos que agir rápido porque o Estado não tem tido capacidade para injetar recursos e a iniciativa privada tem uma participação muito reduzida na geração de eletricidade.”<sup>81</sup>

Para aliviar a carga das 18 turbinas em operação, “a Itaipu Binacional lançará hoje o edital de pré-qualificação da concorrência internacional para a instalação de duas novas turbinas na hidrelétrica. Cada unidade terá capacidade de gerar 700 megawatts de energia, o que vai representar um aumento entre 11% e 22% na capacidade anual. Com as duas novas

---

<sup>79</sup>Revista Gente & Natureza, Set./97

<sup>80</sup>Jornal O Estado do Paraná, 30/10/97, p.7

<sup>81</sup>Idem. p.7

unidades, a hidrelétrica terá potência de 14 mil megawatts.<sup>82</sup> A um custo estimado em torno de US\$200 milhões, a instalação das duas novas turbinas deverá gerar, segundo a mesma reportagem, 2.000 empregos diretos e indiretos.

Aliado ao setor turístico, a Itaipu Binacional possibilita, com esta expansão da sua capacidade de energia, uma nova forma de interpretar investimentos do Estado na produção energética, considerando os efeitos das políticas públicas.

A Itaipu Binacional tem um grande significado na construção de Foz do Iguaçu. Foi através deste empreendimento do Estado que os efeitos negativos e positivos se mesclaram, produzindo uma nova maneira de concepção de cidade. Em pouco mais de trinta anos a cidade é a 5ª maior do Estado do Paraná.<sup>83</sup> Pode-se considerar também que a fronteira com o Paraguai e Argentina singulariza ainda mais esta cidade, juntamente com as cidades destes países, cria-se um espaço único de convivência de nações diferentes e o Mercosul poderá aglutinar mais ainda este espaço.

Já o Parque Nacional do Iguaçu com as Cataratas do Iguaçu, principal atrativo natural de Foz do Iguaçu, propiciam uma bela paisagem, admirada por todos os turistas que a visitam. (ver fotos nº8 e nº9).

O conjunto destes aspectos: Itaipu, região de fronteira, Parque Nacional do Iguaçu e Cataratas do Iguaçu, formam uma cidade eminentemente turística (V. Figura VI). Foz do Iguaçu é um dos destinos turísticos brasileiros mais procurados por visitantes estrangeiros. Segundo estatísticas da Embratur, a cidade é a terceira mais visitada do País (empatada com Florianópolis), atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. “A Itaipu Binacional já contribui significativamente com o turismo na região de fronteira, tendo recebido, até hoje, mais de cinco milhões de visitantes. Mas a Usina pode ser uma atração ainda mais importante se forem adotadas as medidas que fazem parte de uma proposta para o desenvolvimento Turístico Integrado de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, um estudo feito por técnicos da empresa que estima uma renda adicional proporcionada pelo turismo equivalente a US\$137 milhões.”<sup>84</sup>

<sup>82</sup> Jornal Folha do Paraná, 02/12/97.

<sup>83</sup> O Paraná possui 399 municípios. Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, é nesta ordem que Foz do Iguaçu está em 5º lugar, segundo dados preliminares de 1996 da Divisão de Pesquisas do Paraná - IBGE.

<sup>84</sup> Canal de Aproximação - Itaipu Binacional, Janeiro de 1993.

No entanto, a crise que assola o país do real, que expõe o Estado diante de suas políticas públicas, inserida num sistema de desigualdades, compromete a prosperidade do potencial turístico da grande Foz do Iguaçu e região.

**Foto n.º 8 – Vista geral das Cataratas do Iguaçu**



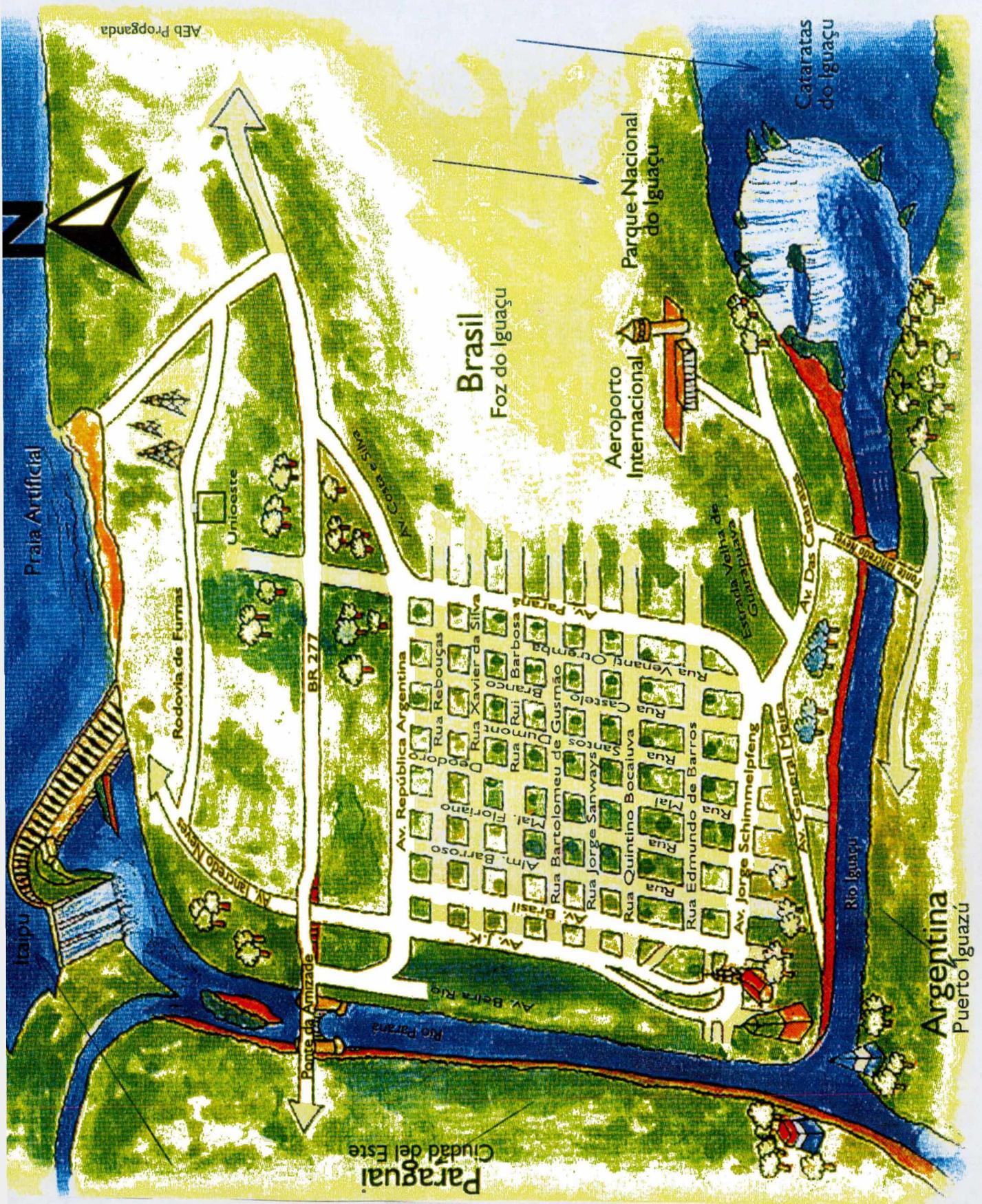
**Foto: Ney de Souza**

**Foto n.º 9 - Vista aérea do fundo do Parque Nacional**



**Foto: Ney de Souza**

Figura n.º VI – Localização dos principais atrativos turísticos de Foz do Iguaçu



Fonte: Prospecto das Relações Públicas - Itaipu Binacional

Um outro aspecto que vale ser citado é o fato de Foz do Iguaçu ter sido repetidamente contemplada como um objeto de planejamento através de planos e programas do governo do Estado e da União. Uma característica que parece ser comum a outras cidades de fronteira. São exemplos, no caso de Foz do Iguaçu, o programa para o Desenvolvimento do Oeste do Paraná, implantado pelo Governo Federal como suporte à construção de Itaipu, os inúmeros planos setoriais, sobretudo na área de turismo, como é o caso da Avenida Beira-Rio em Foz do Iguaçu que será abordada no cap. II e, mais recentemente, a inclusão da chamada Costa Oeste, assunto que será tratado no capítulo III.

## Capítulo II

### **O Significado da Avenida Beira-Rio no Processo da Urbanização de Foz do Iguaçu a partir da Década de 70.**

Dados do próprio IBGE apontam que, quando iniciou a construção de Itaipu, Foz do Iguaçu tinha um pouco mais de 30.000 habitantes e que, na conclusão da obra, havia em torno de 200.000 habitantes. São números que o poder público não pode desprezar, levando em consideração que os efeitos desse rápido crescimento populacional exigiu uma adaptação de obras ligadas à infra-estrutura.

Dentro desta perspectiva de contribuir para que o trânsito fosse aliviado, iniciou-se a construção de uma avenida central percorrendo a porção oeste da cidade, desde a Ponte da Amizade (ligação com o Paraguai), até a Ponte da Fraternidade (ligação com a Argentina). Evidentemente que não será negligenciada a idealização que deu origem à primeira concepção dessa avenida, como também deverá ser salientado o contexto da conjuntura atual no qual está inserido esse empreendimento.

Pretende-se com o estudo da Beira-Rio (ver ilustrações da avenida em fotos n.º10, n.º11, n.º12 e n.º13), obra que está tomando dimensões que extrapolam<sup>85</sup> a área do limite de Foz do Iguaçu, além de sistematizar a política urbana do município, contribuir, de alguma forma, à pesquisa dos problemas urbanos que estão na ordem do dia dos estudos sobre a urbanização. Anunciada pela administração Dobrandino Gustavo da Silva, (1993-1996), como uma das obras mais importantes do sistema viário da cidade, iniciou-se, em setembro de 1994, os primeiros trabalhos da construção da Beira-Rio.

---

<sup>85</sup> Se a intenção de descongestionar o tráfego da área central de Foz do Iguaçu for atendida, significa que tanto os usuários paraguaios como argentinos em Foz do Iguaçu serão beneficiados. Outras interpretações, neste sentido, poderão ser observadas no decorrer deste trabalho.

A construção da Avenida Beira-Rio não foi concebida apenas para melhorar as condições para o turismo, mas também para desafogar o trânsito da área central da cidade, limitar o seu crescimento a oeste e, conseqüentemente, remover as favelas que estão localizadas na área central da cidade. São as justificativas elencadas pelo poder público local.

Leite, que observa as diversas práticas de apropriação do espaço pela sociedade, afirma que a “... delimitação, ocupação, construção, transformação, expulsão etc - obedecem a mecanismos de mercado, decisões políticas ou procedimentos informais de controle social, relacionados com o surgimento e a incorporação às práticas de vida cotidianas, de novas dimensões culturais, econômicas, históricas e naturais.” (1992, p.348). Para esta mesma autora, a paisagem, assim como a região, “são os signos e os símbolos dessas práticas e das relações de poder, que mediatizadas pelo Estado, atravessam a sociedade em determinado momento. São produtos históricos que, nesse sentido, manifestam a história do desenvolvimento da sociedade e respondem à concepção teórica do espaço, em cada período.”(1992, p.1).

O Estado, representado também pelo poder público local, diz que “A Avenida Beira-Rio é uma obra muito esperada pela população de Foz do Iguaçu”.

Reforçando o que diz o poder público com as justificativas elencadas para a construção da Avenida e ao mesmo tempo contradizendo as “expectativas da população”, o ofício nº.036/94 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA diz que esta avenida será um delimitador da área urbanizada e a área a ser protegida, eliminando com isso a possibilidade da proliferação de novas favelas, liberando o trecho para a área de preservação ambiental. Mostra-se como uma estratégia para eliminar as favelas do centro da cidade.

No dia 16 de abril de 1994, o então Governador Mário Pereira (PMDB) e o Prefeito Dobrandino Gustavo da Silva (PMDB) assinaram o protocolo de intenções para a construção da Avenida Beira-Rio. Nesta parceria, o Estado do Paraná arcará com 70% dos recursos e o município com 30%. Na oportunidade, o Prefeito salientou que o projeto é

Foto n.º 10 – Vista aérea da Avenida Beira-Rio em construção

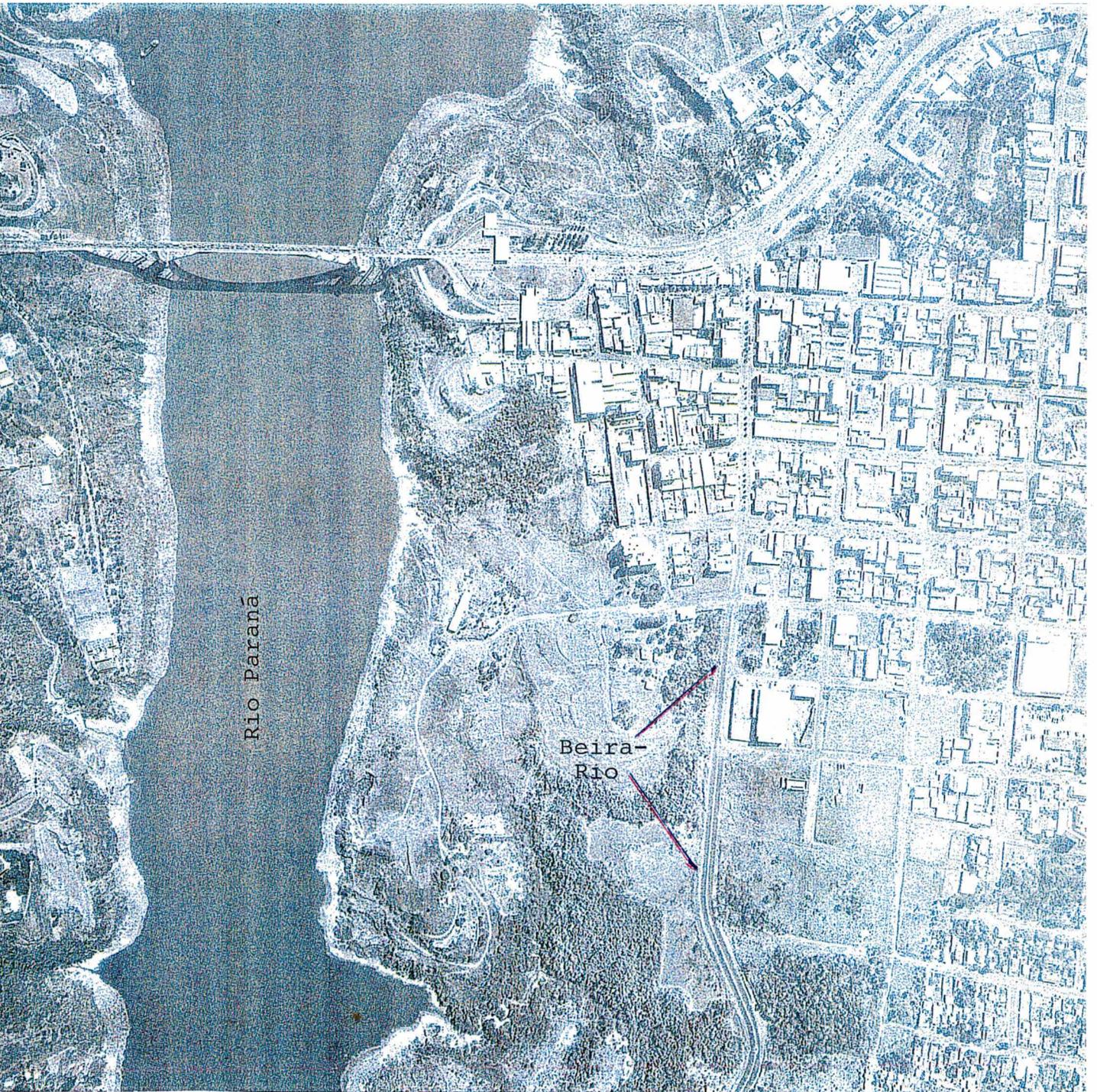


Foto n.º 11 – Vista aérea da Avenida Beira-Rio em construção (cont.)



Foto n.º12 – Vista aérea da Avenida Beira-Rio em construção (cont.)

N



Esc.: 1:10.000

Foto n.º 13 – Vista aérea da Avenida Beira-Rio em construção (cont.)



fundamental, pois vai melhorar o sistema viário, incrementar o turismo e reduzir o índice de criminalidade no centro da cidade.

Às empresas Redram e Ivaí Engenharia, vencedoras da concorrência pública, são as responsáveis pela execução e pavimentação da Avenida Beira-Rio<sup>86</sup>, orçada num valor global total de R\$10.359.906,96. Mas a primeira etapa da obra está sendo executada pela Empreiteira Vermelho Construções, subcontratada pela Redram.

Numa distância de aproximadamente 7,6 km em duas pistas de 18 metros de largura, a obra contorna as margens do Rio Paraná, “ligando” o Brasil ao Paraguai e Argentina, conforme demonstra a Figura VII.

O projeto inclui um mirante para a observação do rio e uma ampla área urbanizada, conforme foi defendido pelo então Secretário de Viação, Obras e Urbanismo Sr. Carlos Budel, o qual contempla uma característica proposta no início de sua idealização.

O enfoque maior dado para a Avenida Beira-Rio, nesta pesquisa, será visualizar a ação do Estado em oposição a uma parcela da população que não está sendo beneficiada pela construção dessa avenida. Decorrente de uma demanda social que é a moradia, o confronto se estabelece uma vez que o poder público local não está disposto a suprir esta demanda. Portanto, a análise procura revelar vários aspectos da avenida começando pelo processo de remoção das comunidades faveladas, permitindo a construção da Beira-Rio. A organização em um movimento faz crescer a resistência dos favelados à construção da avenida, uma vez que o Estado não tem uma política definida de transferi-los para locais apropriados.

---

<sup>86</sup> Cf. “Ata de Abertura de Envelopes, Documentação e Proposta ao Edital de Concorrência Pública” N.001/94-14/07/94.



Ao se remeter aos objetivos norteadores do primeiro Plano Diretor da cidade, ver cap.I, p.25, observa-se que a cidade não conseguiu, efetivamente, atenuar os efeitos decorrentes da construção da hidrelétrica de Itaipu. O poder público não absorveu uma demanda por serviços básicos, considerando, por exemplo, o déficit habitacional existente na cidade.

Os primeiros trabalhos de abertura para a construção da Avenida Beira-Rio, começaram nas proximidades da Ponte da Amizade em sentido à jusante do Rio Paraná. (Ver foto n.º14). Efetiva-se um projeto que o primeiro plano diretor de Foz do Iguaçu já tinha como meta dentro das diretrizes de desenvolvimento do turismo.

No Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Foz do Iguaçu - PDDI-FI de 1974, a Avenida Beira Rio já era idealizada com o intuito exclusivo de fomentar a atividade turística de Foz do Iguaçu. Reportando-se ao eixo turístico Cataratas do Iguaçu e Lago de Itaipu, a revista Referência em Planejamento completa dizendo que: “Na área urbana, o eixo se caracteriza por uma via Beira-Rio, a qual atravessa o parque que acompanha as barrancas do rio Paraná, aproveitando as áreas pouco propícias à urbanização e integrando-as no sistema urbano. O uso diversificado desta área complementa as atividades de lazer urbano e regional.” (1976: p.50).

Para o PDDI-FI de 1992 reforça-se o mesmo sentido de idealizá-la, ou seja, torná-la uma área especial do turismo (assim como outras) que seria “eixo da Avenida projetada Beira-Rio e adjacências, no trecho entre a Ponte da Amizade e a Vila Festugato, ao longo da margem esquerda do Rio Paraná”. A implantação da Av. Beira-Rio, segundo este Plano, seria efetivada até o ano 2000.

Do início da década de 70 até o início da década de 90, a área urbana de Foz do Iguaçu sofreu mudanças a partir de novos arranjos espaciais. Não só com as obras públicas e privadas, como o remodelamento das ruas e avenidas, construção de residências e prédios, mas também com a ocupação clandestina e o recrudescimento do comércio local e fronteiriço que

**Foto n.º 14 – Início da construção da Avenida Beira-Rio**

/set.94



te: Jornal Folha de Londrina

Foto: Ney de So

contribuíram para que a Avenida Beira-Rio assimilasse uma nova concepção. A Avenida Beira-Rio constituiu-se num traçado de suma importância pelos vários aspectos que, no decorrer da sua construção, foram agregando-se a ela. Por se tratar de uma avenida central, a Beira-Rio deverá tocar nas principais favelas da cidade; o processo de remoção dos favelados tem criado um momento de tensão entre o poder público e as comunidades faveladas atingidas. Estas organizam-se e impõem suas reivindicações através de um movimento, resistindo às pressões que não são mais apenas do poder municipal, mas também da sociedade que vê necessário “limpar” a área central da cidade da “marginalidade”. Os ambientalistas, aqui representados pelos estudantes, oferecem também uma certa resistência por perceberem os impactos ambientais provocados pela obra.

Os proprietários fundiários aliam-se ao setor imobiliário para especular as terras que estão em volta. Os hoteleiros e agenciadores de viagens, assim como o grande comércio, interessam-se também pela avenida, pois poderá significar uma nova área de acumulação do capital.

O envolvimento do poder público em negócios ilícitos será demonstrado no último item deste capítulo, como forma até de registrar o envolvimento dos governantes em desvio de dinheiro público.

Assim, favelas, remoção, impactos ambientais, movimentos sociais, agentes modeladores e foco de corrupção serão abordados neste capítulo, buscando compreender a construção de um novo espaço, através dos diferentes interesses e suas respectivas correlações de forças, efetivados por um empreendimento público.

## 2.1) Favelas

Foz do Iguaçu - Pr. tem apresentado um crescimento populacional “exagerado”<sup>87</sup> nos últimos anos, principalmente a partir da década de 70. A cidade não absorveu a demanda por novos serviços, comércio e equipamentos coletivos, provocando entre outros déficits, um desordenamento das ocupações em áreas que o poder público não admite mais hoje.

Remetendo-se à lógica do capitalismo em relação aos usos de espaços fundiários, observa-se em Foz do Iguaçu a existência de terrenos vazios, usados como reserva de valor e que estão sendo invadidos por sem-tetos. Gradativamente, a faixa situada na margem esquerda do rio Paraná foi sendo ocupada, a partir da década de 70, concentrando as maiores favelas da cidade, existentes hoje.

“Incomodados” com a favela, parcela da população reclama. Uma outra parcela, os fundiários, exige do poder público sua remoção e conseqüente uso desses terrenos.

**TABELA X - Comparativo Entre aumento da População, Construção de Moradias Populares e...**

Período	Aumento da População	Construção moradia popular
1970-1980	102 mil	1.300 casas
1980-1990	54 mil	866 casas
1990-1995	20 mil	785 casas

### ...Favelas

Ano	Favelas	Famílias	Pessoas
1990	23	2.965	13.000
1995	43	4.421	33.000

Fonte: Pesquisa Sócio-Econômica - SMCS/DPII - PMFI

<sup>87</sup> O uso deste termo se refere à variação do crescimento populacional em (%) no período de 1970 a 1995. Seg. dados fornecidos pela SMCS/PMFI, em 25 anos o Município de Foz do Iguaçu cresceu 560%, ao contrário da maioria das cidades vizinhas que apresentaram significativo recuo populacional. Empregos disponíveis na Construção da Usina de Itaipu, e posteriormente, o desenvolvimento do comércio em Ciudad del Este, modificou o processo migratório da região Oeste do Paraná, sendo que Foz do Iguaçu transformou-se no centro de recepção da migração na região.

A tabela X demonstra que, apesar da explosão demográfica decorrente dos dois períodos econômicos<sup>88</sup> das últimas três décadas, as iniciativas do setor habitacional têm sido deficitárias. No período da construção da Itaipu, somaram-se mais 102 mil habitantes à cidade e construiu-se apenas 1.3 mil casas. Para o período da Exportação e Turismo de Compras teve 74 mil novos habitantes para 1651 casas. Para as duas últimas administrações, a migração e o conseqüente aumento do número de famílias faveladas faz crescer anualmente o déficit habitacional. Mas, para Engels a crise da habitação é outra:

*Donde provém a crise da habitação? Como nasceu? É um produto da forma social burguesa: uma sociedade não pode existir sem problema da habitação quando a grande massa dos trabalhadores não dispõe senão do seu salário, isto é, da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução; quando os melhoramentos mecânicos deixam massas de operários sem trabalho; quando violentas e cíclicas crises industriais determinam, por um lado, a existência de um grande exército de reserva de desempregados, e por outro lado, atira periodicamente para a rua grande massa de trabalhadores; quando estes se amontoam nas grandes cidades, e isto num ritmo mais rápido que a construção de habitações (...). (1975, p.82).*

Esta leitura de sociedade, de Engels, refuta as medidas paliativas de transformações, por ser inerente ao capitalismo “(...) a crise da habitação não é um acaso, mas uma instituição necessária; não pode ser eliminada com as repercussões sobre a saúde, etc, mas sim quando toda a ordem social que a originou for transformada pela raiz.” (1975, p.82).

Aliado ao poder público, a que aqui refere-se ao executivo municipal, o Exército, com todo o seu aparato de força - câes, metralhadoras e fuzis, intimidou os favelados para conseguir cadastrar todas favelas da cidade. Este foi o primeiro passo dado para “eliminar” as favelas.

---

<sup>88</sup> Refere-se à construção da Itaipu (1970-80) e turismo de compras (1980-1995). Denominação de administrações municipais de Foz do Iguaçu

O levantamento de todas as favelas existentes em Foz do Iguaçu, feito em novembro de 1994, informou o número de favelas, cidade de procedência, profissão, ocupação atual, o tempo de residência no município e no local, e o rendimento da família. (Ver anexo I). Logo após este cadastramento dos favelados iniciou-se a construção da Avenida Beira-Rio.

A finalidade do levantamento não foi totalmente revelada, mas deduz-se que serviu também para prever o número de moradias necessárias para a alocação dos favelados a serem removidos.

Constatou-se com esta pesquisa um total de 4.421 famílias, conforme tabela XI:

**TABELA XI - Número de Famílias Residentes em Aglomerados Subnormais -**

**1994**

	Número de Famílias
Vila Primavera	332
Campos do Iguaçu	39
Jardim Alice II	68
Jardim São Paulo	314
Vila Borges	113
Favela Gávea/São Januário	36
Copacabana	18
Curva Triângulo/Portal	79
Favela área Sta. Casa	20
Favela Beverly	64
Favela São Miguel/Santa. Rita	80
Favela Café Presidente	13
Vila Independente	264
Vila das Batalhas	177
Favela Monsenhor Guilherme	245
Favela da Marinha	139
Três Lagoas/Avenida 3	120
Favela Santo Antônio	76
Três Lagoas/Caixa d'água	93
Santa Rita/Três Lagoas	19
Loteamento Witt	09
Porto Dourado	04
Portal/ Associação	18
Vila Braz	157

Final Av. Paraná/Petrópolis	11
Jardim Paraná	62
Vila São Sebastião	19
Jardim Jupira	278
Jardim Cristina	167
Jardim América	60
Vila Almirante	51
Vila Bancária	77
Vila União	190
Jardim Eliza II	20
Favela Vinicius de Moraes	59
Favela Jardim das Flores II	82
Favela do Lixão	16
Favela Jardim das Flores I	15
Sohab	132
Ouro Verde	397
Vila Morenitas	288
<b>Total</b>	<b>4.421</b>

Fonte: 34o. Batalhão de Infantaria Motorizada / SMDS

A existência desse contingente de pessoas, habitando em condições impróprias, revela a dificuldade de assentamento da população de baixa renda, muitos dos quais migrantes ou mesmo excluídos do mercado de trabalho.

Alguns cadastros revelaram que os moradores mais antigos da Favela Monsenhor Guilherme, uma grande favela no centro da cidade e que deverá dar lugar para a Beira-Rio, foram pequenos produtores de terra no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que chegaram em Foz do Iguaçu no início da década de 70. Ressalte-se que, por não se ter acesso a todos os cadastros, não foi possível diagnosticar a profissão de todos os favelados, mas pôde-se detectar trabalhadores de diversas áreas, como por exemplo: pedreiros, ambulantes, balconistas, motoristas, faxineiras, vigias, e muitos ligados à economia informal e/ou desempregados.

As condições precárias das favelas acarretam uma deseconomia para o setor público, principalmente na área da saúde (dado que a falta de saneamento básico e de água

tratada ocasiona grande parte das doenças que levam essas pessoas a procurarem os serviços de saúde municipal) e na área de educação (já que a instabilidade de morar em áreas invadidas ocasiona mudanças contínuas, e assim as crianças matriculadas no início do ano acabam desistindo no decorrer do ano letivo).

Nos últimos anos, em Foz do Iguaçu, muito pouco se fez para diminuir o déficit de moradias populares, conforme já demonstrado na tabela IX. A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu necessita tomar medidas em caráter de urgência, no sentido de ampliar a oferta de moradias e de atender, prioritariamente, essa população de baixa renda, estabelecendo uma política habitacional efetiva para o município.

Foi a partir dos anos 70 que começou a formação de favelas<sup>89</sup> em Foz do Iguaçu. Inicialmente mostrava-se como uma solução para uma população que precisava reduzir suas despesas com aluguel e transporte, por outro lado, a favela tornou-se um problema na medida em que, com a expansão da cidade, a área que ocupa começou a se valorizar - ou são as vias expressas e prédios públicos que reclamam o espaço ocupado pelos barracos - e é preciso removê-los. Ou a lógica da especulação imobiliária que leva o investidor privado a tomar a iniciativa da operação "limpeza"- e como a fonte última do direito é a propriedade, o favelado junta as suas coisas e vai se instalar em outro lugar, até que o crescimento da cidade que ele ajuda a construir o expulsa novamente. De maneira geral é isso que ocorre. Para Corrêa, esta disposição espacial está ligada à complexidade dos agentes sociais que

*(...) inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do*

---

<sup>89</sup> "O Boletim Oficial da Secretaria de Serviços Sociais do Brasil descreve uma favela como um grupo de moradias com alta densidade de ocupação desordenadamente com materiais inadequados, sem zoneamento, sem serviços públicos e em terrenos usados ilegalmente sem o consentimento do proprietário." (Perlman, 1977: p.440).

*conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. É preciso considerar entretanto que, a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado. A desigualdade sócio-espacial também não desaparece: o equilíbrio social e da organização espacial não passa de um discurso tecnocrático, impregnado de ideologia.* (1993, p.11).

Demonstrando preocupação com a situação da terra urbana, o plano diretor reitera a problemática: desta situação decorre o caráter crônico de reprodução de periferias, isto é, ao mesmo tempo que o alto preço da terra obriga a população de baixo poder aquisitivo a se localizar em áreas cada vez mais distantes, o Poder Público vê multiplicados os custos de implantação de serviços. Como agravante do processo de ocupação da terra, destaca-se o fato, característico na economia brasileira, de utilização da propriedade fundiária, em especial da urbana, como reserva de valor.<sup>90</sup>

Não será aqui discutido se é maior a reserva de valor no urbano ou no rural, mas sabe-se que existem favelados de Foz do Iguaçu que vieram do campo.

Os favelados<sup>91</sup> que estão ao longo do traçado da Beira-Rio estão sendo retirados e realocados em diversos pontos da cidade. O processo desta remoção tem sido conflitante, gerando revelações da esfera do poder público que antes do início da construção da Avenida estavam ofuscados, como será demonstrado no item seguinte: as remoções.

A remoção dos favelados da Beira-Rio em Foz do Iguaçu, traz à tona uma discussão que já vem sendo travada por teóricos sociais há pelo menos três décadas, desde que se intensificou a favelização nos grandes centros brasileiros como as do Rio de Janeiro e São Paulo. Este embate, entre a política do Estado e as populações desfavorecidas, como aquelas

---

<sup>90</sup> PDDI-FI (1992).

<sup>91</sup> Segundo Corrêa (1993), os favelados fazem parte dos agentes sociais, denominados de grupos sociais excluídos, além dos proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, e o Estado.

que estão “marginalizadas”<sup>92</sup> pelo sistema urbano capitalista, propicia rever o papel do Estado, uma vez que este tem contribuído no recrudescimento da “espoliação urbana”.<sup>93</sup>

A construção da Avenida Beira-Rio tem causado muita polêmica, principalmente pelos atingidos diretamente, como é o caso das comunidades faveladas que estão localizadas ao longo do traçado.

No total serão 12 favelas que estarão no espaço contíguo à Beira-Rio. No entanto, não serão removidas todas essas comunidades. Pela tabela XII, identifica-se: o número que a localiza (ver Figura VIII), o tipo de área (a quem pertence o terreno), número de famílias e o contingente habitacional.

**TABELA. XII - Quantificações de Favelas atingidas pela Beira Rio**

Favela	N.º	Tipo de Área	N.º Habitantes
Monsenhor Guilherme	15	da Marinha	1.400
F. da Marinha	16	da Marinha	480
Vila Bancária	17	Particular	380
Vila Almirante	18	Particular	200
Sohab	25	Verde	1.800
Vinicius de Moraes	26	Particular	180

<sup>92</sup> Cf. Perlman (1977), p.235) “Os moradores da favela não são econômica e politicamente marginais, mas são explorados e reprimidos; não são social e culturalmente marginais, mas são estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado.” Singer (1990, p.57), a marginalidade é, em geral conceituada como não integração na economia capitalista e não participação em organismos sociais e no usufruto de certos serviços urbanos. Ver ainda Kowarick (1985), Bresciani (1994) e Milleo(1994).

<sup>93</sup> Cf. Kowarick (1979, p.35), “espoliação urbana é a somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo - que devem ser focalizados conjuntamente com o problema da moradia e da produção e acesso à terra urbana - que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho”.

Vila Morenitas	27	Particular	1.200
Ouro Verde	28	Verde e res. técnica	1.120
Jardim das Flores	29	Verde e res. técnica	1.500
Jardim Cristina	31	Particular	160
Jardim América	32	Particular	280

Fonte: 34o. BIM - Batalhão de Infantaria Motorizada  
Organizado: pelo autor

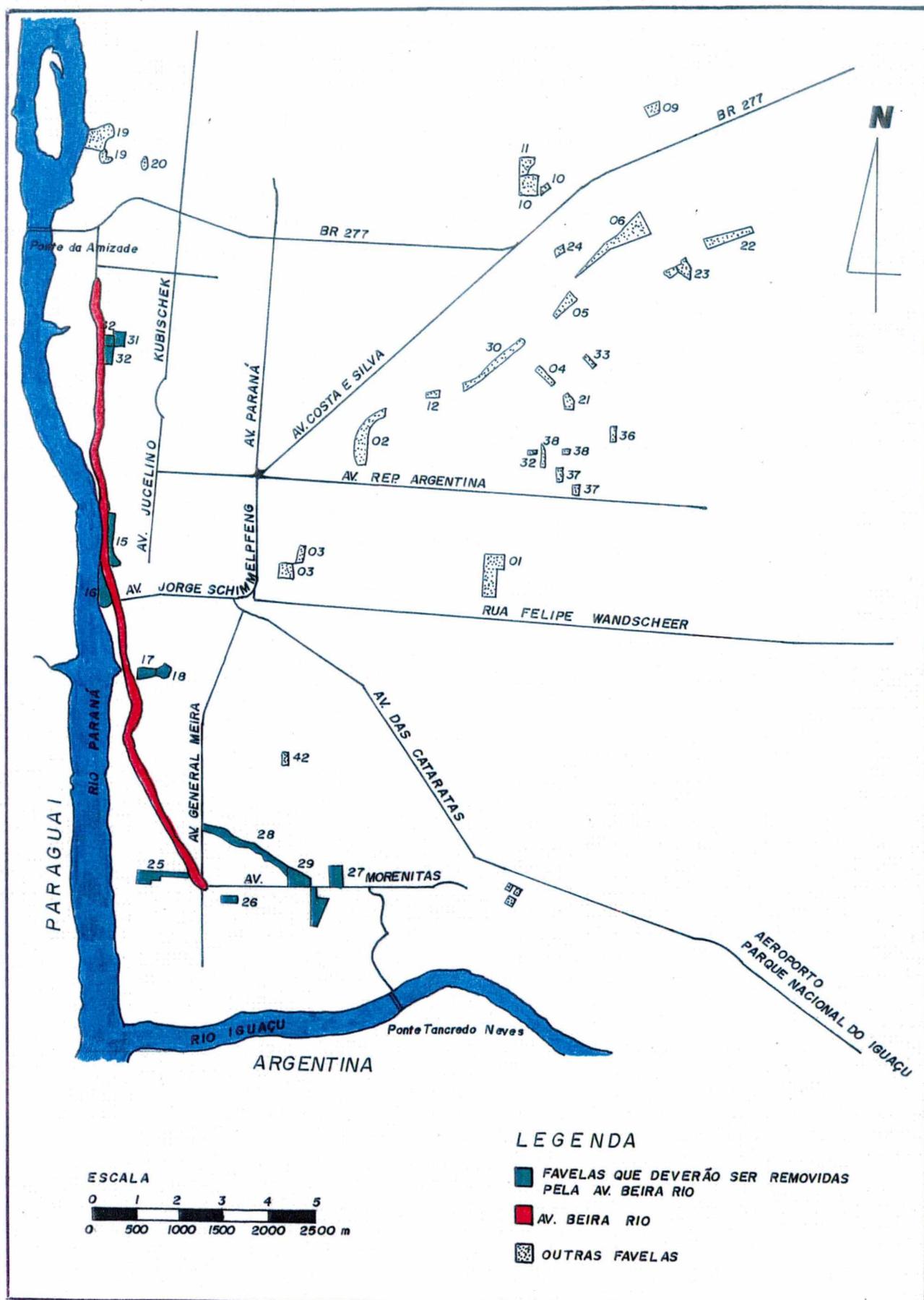
## 2.2) Remoção

Serão removidas todas as famílias que estão na margem inferior ou que estão no meio do traçado. Todas elas são faveladas totalizando 224 famílias ou 860 pessoas. O tempo de residência nesses locais varia de 1 a 30 anos, segundo dados fornecidos pelo exército. Alguns já foram removidos e outros estão na iminência da remoção. O Prefeito da cidade já garantiu aos moradores que fará um levantamento rigoroso de todas as famílias que serão desalojadas e removidas para outras áreas da cidade. “A COHAFOZ - Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu, está agilizando a implantação de novos lotes urbanizados, e ao contrário do que muita gente pensa, os moradores vão ter melhores condições de vida” - completou.

Monsenhor Guilherme, Favela da Marinha, Vila Bancária, Vila Almirante e Jardim Cristina são as favelas que serão abordadas pela remoção na primeira fase da construção da Beira-Rio. São 679 famílias ou 2620 moradores. Destes, portanto, pelos dados fornecidos, aproximadamente 35% terão de deixar o local. Os moradores dessas favelas, temerosos do transtorno de suas mudanças, começam a se organizar.

Em Maio de 1994, os moradores das comunidades que serão atingidas de imediato pela Avenida Beira-Rio encaminharam ao Prefeito, numa assembléia com 500 moradores, as seguintes propostas: a primeira sugeria a construção de casas populares à beira do rio, em loteamentos na margem superior da avenida. A segunda, a criação de um bairro-vila em lugar não muito distante do centro, onde seriam construídas casas de dois e três quartos de,

Figura n.º VIII – Localização das Favelas em Foz do Iguaçu



no mínimo, 70 metros quadrados. A terceira, de construção de blocos de apartamentos ao longo da avenida projetada, conforme o modelo de “verticalização das favelas” adotado pela prefeitura de São Paulo (Projeto Singapura). Para as três propostas, os moradores pediam a infra-estrutura que as atuais favelas não têm: água, luz, transporte, esgoto, asfalto, igreja, creche, escola, posto de saúde e salão comunitário. Também sugeriam que os moradores fossem transferidos gradativamente, à medida que as obras fossem avançando. Nenhuma proposta foi aceita e sem contra-propostas.

Favelas como a do Monsenhor Guilherme e da Marinha, localizadas próximo ao centro, ocuparam a área pacificamente, desde o início (década de 70), e que nunca foi reclamada pela Marinha. Localizam-se às margens do Rio Paraná, o que faz muitos de seus moradores beneficiarem-se também da pesca.

Analisando a favela como meio de sobrevivência, Corrêa (1993, 30), discorre da seguinte maneira:

*É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade.*

A relação desses favelados com a cidade é feita em função da proximidade com o centro. Estrategicamente bem localizados, os moradores usufruem dos equipamentos coletivos sem despender gastos com o transporte e aproveitando melhor o tempo de deslocamento. Remetendo-se a Perlman (1977, p.236): “A localização das favelas põe seus moradores próximos dos melhores mercados de trabalho e lhes oferece múltiplas oportunidades para biscates quando estão desempregados ou apertados por dinheiro. Também os coloca no próprio centro de enorme variedade de serviços e benefícios urbanos: clínicas médicas gratuitas, serviços sociais, mesmo escolas, às vezes”.

Para enfatizar essa realidade de assentamentos que aparece na paisagem urbana de inúmeras cidades brasileiras, Paviani (1994, p.29) aborda as forças que impulsionam, historicamente, ajustes e acomodações urbanas. “As políticas de assentamentos populacionais quando implementadas com as assim denominadas ‘erradicações de invasões’, alocam novos territórios à cidade, provocando modificações quantitativas e qualitativas nos fixos e fluxos urbanos.”

Inicialmente, duas áreas estavam previstas pela prefeitura para realocar todos os favelados atingidos pela Beira-Rio. Uma fica nas imediações da Vila “C” - vila dos ex-barrageiros da Itaipu, distante aproximadamente 15 quilômetros da favela Monsenhor Guilherme; a outra área fica em Três Lagoas, um “bairro pobre”<sup>94</sup> da periferia da cidade, distante aproximadamente 12 quilômetros do centro.

Santos responsabiliza o poder público pela escassez de terrenos, estimulando os especuladores, assim como “(...)incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer.” (1993: p.111).

Percebendo o crescimento da comunidade favelada no sentido de organização e resistência da remoção, o poder público local, por intermédio do secretário da habitação, resolveu distribuir os favelados em vários locais para desmobilizar a sua organização. Outra estratégia foi a de contemplar as lideranças com as melhores casas. Note-se que “(...) o reassentamento de favelados se faz por ações de cooptação de lideranças comunitárias e por aliciamento político de contingentes consideráveis de desfavorecidos, isto é, dos pobres ‘erradicados’ das favelas.” (Paviani, 1994, p.29).

---

<sup>94</sup> Na visita ao bairro foi constatado que é pouco pavimentado, rede de água e esgoto ainda incipiente, não há rede bancária, o comércio é fraco, com apenas um supermercado, existe apenas um posto de saúde e duas escolas.

Para enfatizar a situação acima, Perlman (1977, p.236), faz o seguinte comentário, demonstrando o significado da localização de uma comunidade favela:

*A possibilidade de serem expulsos de seus lares e comunidades apavora a maioria dos residentes das favelas. Sua atitude pode ser compreendida apenas se atentarmos para o fato de que, diante das restrições econômicas dentro das quais se movem, a favela é a solução extremamente funcional para a maioria, se não para todos os seus problemas principais.*

À medida em que a obra ia avançando, os favelados, reunindo-se constantemente em assembléias, criaram o denominado Movimento dos Favelados da Beira-Rio. Este movimento, liderado por militantes políticos e mesmo de associações, avançou bastante dentro das possibilidades de que dispunha, vinculados à Central de Movimentos Populares, que além do apoio político e jurídico ofereceu-lhes a estrutura física já existente. O principal objetivo para que o movimento nascesse e se fortalecesse seria garantir um melhor nível de equipamentos, evitando com isso a degradação das condições de vida, apesar da precariedade das suas favelas, considerando, novamente, a importância da localização. Somente a presença do centro cria atividades e trabalho independentemente da demanda desse centro.<sup>95</sup>

As propostas do Movimento dos Favelados da Beira-Rio, não implementadas pela prefeitura, visavam manter as comunidades no centro da cidade, onde trabalha a maioria dos moradores da economia informal, desde vendedores ambulantes até catadores de papel.

Segundo o presidente do Movimento, Moisés Rodrigues, que também mora na favela Monsenhor Guilherme, a intenção da prefeitura passa ao largo de suas pretensões: “Eles querem transformar a beira do rio numa grande área turística e de lazer, onde instalariam-se bares, restaurantes e outras atrações. Enfim, vão beneficiar os empresários da cidade”.<sup>96</sup>

---

<sup>95</sup> Santos (1979).

<sup>96</sup> (Entrevista concedida em 16/02/96 para o autor).

Uma razão suficiente para a transferência, invocada pela prefeitura com “apoio” da população, principalmente àqueles que residem próximos das favelas, é a de que as favelas são focos de violência e marginalidade. Este argumento faz parte de “uma campanha de discriminação para nos desalojar. Não negamos que existem bandidos nas comunidades. Mas eles são menos perigosos do que os que moram no centro, de colarinho branco. A maioria são trabalhadores na economia informal, mas há também pedreiros, motoristas de táxi e de ônibus, todo tipo de trabalhador assalariado”, afirma Rodrigues.<sup>97</sup>

Nesta citação, Perlman (1977, p.236), descreve o drama de favelados:

*Depois da remoção, os favelados encontram-se literalmente expulsos da cidade - rejeitados e punidos por serem pobres e geograficamente isolados das inúmeras oportunidades que a vida urbana tem para oferecer, e que os haviam atraído inicialmente. Na cidade, tinham alcançado certo grau de integração, e aos poucos vinham transformando suas comunidades em bairros operários. A remoção da favela, motivada por interesses imobiliários e justificada pelos mitos da marginalidade, num sentido anulou-lhes a integração, reforçando muitos sintomas de colapso que, antes, lhes tinham sido erroneamente atribuídos.*

Mesmo se conformando em sair das favelas do centro para casas melhores<sup>98</sup>, porém distantes, eles prometem continuar a lutar por infra-estrutura urbana nas diversas regiões da cidade para onde forem destinados. Outro líder do movimento, Walter Negrão, diz: “não aceitamos sair no tapa. Queremos um padrão de vida decente”.

Conforme o movimento foi avançando, várias foram as manifestações feitas junto ao prédio da prefeitura e, das inúmeras audiências agendadas com o Prefeito, nenhuma

---

<sup>97</sup> Kowarick (1979, p.159), que estudou as favelas de São Paulo, ilustra várias funções da favela, dentre elas a de que: “Na favela, via de regra, refugia-se a mão-de-obra não especializada da construção civil e o vendedor ambulante. E morar na favela significa uma redução das despesas com moradia, para muitos, é um imperativo de sobrevivência.”

<sup>98</sup> É bom lembrar que, independente da ideologia da casa própria (propagada no Brasil, principalmente a partir da década de 60, com a criação do BNH e SFH), a esperança de sair da favela para a casa própria é a aspiração do favelado, principalmente àqueles que vivem em condições muito precárias, como as favelas de Foz do Iguaçu.

foi atendida. Após uma das manifestações, o presidente da Central dos Movimentos Populares (CMP) do Paraná, Anselmo Schwetner, foi preso por policiais civis quando voltava para casa. O motivo alegado para a prisão foi desacato à autoridade, mas, segundo Rodrigues, a prisão foi política e o Prefeito quis dar uma “prensa” no movimento. As palavras de Kowarick (1979, p.59) ilustram bem essa situação do Estado quando diz que o “controle e contenção dos movimentos reivindicativos passam a ser condição para a efetivação de um modelo excludente de repartição dos benefícios, que, por sinal, tem sido a tônica do processo de acumulação recente no Brasil”.

A situação do conflito agravou-se com a proposta da prefeitura de transferir favelados para o conjunto de madeira, numa área de várzea (mais distante da BR 277) em Três Lagoas, (ver fotos 15 e 16). “Eram 40 casas de 20 metros quadrados, sem divisórias nem matajuntas, construídas sobre um banhado”, conta M. Rodrigues. A idéia foi abandonada diante dos protestos e, segundo ele, o Prefeito teria admitido que essas casas seriam doadas a indigentes que chegassem a Foz do Iguaçu. Se são ou não indigentes, constatou-se, em visita, que as casas estão ocupadas.

Em março de 1995, os moradores aceitaram para as primeiras famílias a serem desalojadas, casas de alvenaria, de 32 metros quadrados em terrenos de 150 metros, que estão em fase de acabamento no topo (mais próximo da BR 277) de Três Lagoas, distante cerca de quatro quilômetros da Br-277 ou de 12 quilômetros do centro. (ver foto nº 17).

Em visita ao local em Três Lagoas, em Maio de 1995, observou-se algumas casas prontas e ocupadas por famílias que não procediam da Beira-Rio. Essas casas, como mostram as fotos 15 e 16, estão muito próximas às de madeira, rejeitadas pelos ribeirinhos da Beira-Rio. No dia de visita a esse local, estava chovendo e havia buracos na rua para a instalação dos tubos de saneamento. Um morador que acompanhou a visita, disse que realmente falta muita coisa para melhorar como, por exemplo, a distância às vendas e supermercados, o acesso à parada de ônibus é longe, não há creche e posto de saúde. Luz, água e esgoto estavam sendo providenciados.

A indignação e o ar de revolta que apresentam muitos moradores das favelas da Beira-Rio reside principalmente na falta de cumprimento de acordo por parte da prefeitura: “Ficou definido que as casas construídas em Três Lagoas seriam designadas para as famílias ribeirinhas e a transferência seria feita em no máximo 40 dias. Acontece que as casas foram sorteadas para outras famílias, deixando os moradores da Beira-Rio na mão”.<sup>99</sup>

**Foto n.º 15 – Casas de madeiras em Três Lagoas (Maio/95  
(rejeitadas pelos favelados da Beira-Rio)**



**Foto: Edson Belo Clemente de Souza**

---

<sup>99</sup> Relata M. Rodrigues. (A Gazeta do Iguaçu, 09/06/95).

Foto n.º 16 Casas de madeira em Três Lagoas. Maio/95  
(Rejeitadas pelos favelados da Beira-Rio)



Foto: Edson Belo Clemente de Souza

Foto n.º 17 – Casas de alvenaria em Três Lagoas. Maio/95



Foto: Edson Belo Clemente de Souza

Com data de 25 de setembro de 1995, o Presidente do Movimento dos Favelados da Beira-Rio enviou carta ao Governador do Estado, Sr. Jaime Lerner, dizendo que até hoje não receberam garantias oficiais de serem deslocados para casas dignas, e sim, promessas de implantar o reassentamento em locais impróprios como a várzea de Três Lagoas. Local este que não tem a mínima condição de moradia e ainda dista mais de dez quilômetros dos locais de seus trabalhos. Diz ainda na carta que “as moradias construídas com recursos da COHAPAR, foram utilizadas para fins políticos, com distribuição para ‘cabos eleitorais’, (...) e ainda denunciado na Assembléia Legislativa do Paraná, pelo Deputado Estadual Sérgio Spada, com sindicância aberta pela Secretaria de Estado da Habitação”. Pede, no final, que o Governador determine o cumprimento de acordo firmado entre as duas esferas do poder, e caso a prefeitura de Foz do Iguaçu não queira assumir a sua parte, que a COHAPAR construa as casas na mesma medida em que as obras de pavimentação forem avançando.

Na carta enviada ao governador, a Intersindical<sup>100</sup>, a CMP e uma comissão de moradores da Av. Beira-Rio anexaram o seguinte documento:

*A Intersindical de Foz do Iguaçu (que congrega os 19 sindicatos da cidade), em conjunto com a Central dos Movimentos Populares e o Mov. dos Favelados da Beira-Rio denunciam o descaso para com as famílias que moram no primeiro trecho que está sendo construído pela empreiteira Vermelho Construtora de Obras, pois sofrem a coação por explosões de dinamite, tentando fazer com isso que as 50 famílias desocupem a área.*

*As entidades denunciam a arbitrariedade cometida pela empreiteira, com auxílio da Polícia Militar, que ‘convidaram’ a população a saírem de suas casas às 8 horas de hoje, para que a empresa pudesse efetuar as explosões, a menos de 15 metros das residências e sem nenhuma ordem escrita ou*

---

<sup>100</sup> Denominação dada a união de vários sindicatos da cidade que fazem oposição à administração municipal, tanto no governo de 1993-96, quanto neste, como demonstra a matéria: “O conjunto de sindicatos que deflagrou a campanha ‘Basta de desgoverno’, pedindo o fim da administração Harry Daijó - HD na Prefeitura de Foz do Iguaçu, realiza hoje uma reunião para avaliar o número de participantes no abaixo-assinado que começou a rodar junto à população sexta-feira passada. Eles esperam o mínimo de 20 mil assinaturas. Com metade disso, já é possível propor a abertura, pela Câmara Municipal, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades na gestão HD.” Jornal A Gazeta do Iguaçu, 18/11/97.

*autorização legal, somente com contato verbal entre a empreiteira e a Polícia Militar. Nesta primeira explosão foram danificados três barracos, em que felizmente, ninguém saiu ferido.*

*A prefeitura executa a obra, em convênio com o governo do Estado do Paraná, sendo que há um compromisso de realocar a população ribeirinha em casas construídas especificamente para isso. O compromisso formal também foi assinado e enviado para o IBAMA, a fim de que houvesse a autorização da construção da obra, às margens do Rio Paraná, na fronteira com o Paraguai.*

*As entidades contataram o Ministério Público local e, ainda, oficializaram sua posição de não permitir mais explosões próximas das casas, sem ao menos terem moradias dignas, conforme acordo firmado entre os moradores ribeirinhos e a prefeitura/governo do Estado (Secretaria de Transportes - DNER).<sup>101</sup>*

Os moradores consideram pressão para o desalojamento incondicional as explosões realizadas em junho de 95 pela Empreiteira Vermelho, na pedreira do Buba, que fica no trajeto da Av. Beira-Rio a menos de 50 metros de uma favela. Também consideram como pressão a suspensão da coleta de lixo, em setembro de 94, na Favela Monsenhor Guilherme. Reclamam da suspensão, pela União Municipal das Associações de Moradores de Foz do Iguaçu - UMAMFI, das eleições para a Diretoria de associação de moradores da Favela do Monsenhor, estas teriam sido canceladas para diminuir a força da organização dos moradores.

Apesar de tantas reclamações das comunidades faveladas em relação à Beira-Rio, não foi possível encontrar alguém que seja contra a construção da Avenida, mas sim quanto ao processo de efetivação da obra, que tem provocado insatisfação nesses moradores, assim como a não garantia de transferência para outros locais dignos de moradia.

O artigo 182, fl. 76 da Lei Orgânica do Município (1990) que trata da Política Urbana diz o seguinte: “a política urbana, a ser formulada no âmbito do processo de planejamento municipal, terá por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes, em consonância com as políticas sociais e econômicas do Município.”

---

<sup>101</sup> Jornal Voz da Fronteira (22 a 28/06/95).

O processo da remoção dos favelados da Beira Rio tem demonstrado algumas contradições desta Política Urbana. Em entrevista ao Jornal Gazeta do Iguazu (05 de Maio de 1996) verifica-se que a opinião dos favelados é diversificada:

- "J. C. F. G., morador há 10 anos na Favela Monsenhor, diz que é contra a saída de sua família do barraco que fica às margens do Rio Paraná'. 'Moramos no centro. Quando mudarmos e não tivermos dinheiro para pegar ônibus é que vamos sentir na pele o quanto é ruim sair dessa favela. Prefiro morar em um barraco no Centro, do que ir para uma casa em um bairro longe do Centro.'"

- "B. S., moradora há oito anos, diz ser favorável à retirada das famílias. O sonho da casa própria, com escritura na mão, é o principal motivo por ela ser favorável à saída da favela. 'Quem reclama é porque prefere a insegurança de uma invasão, ao invés de ter sua casa própria,' diz. Benedita acredita que a única vantagem de morar na Monsenhor Guilherme é a proximidade do Centro.'"

- "A. M. L., morador há dois anos na favela, é favorável à transferência dos moradores para a Gleba Guarani. Morando em um barraco apertado com a esposa e um filho recém-nascido, ele diz que a mudança para uma casa de alvenaria é um dos seus sonhos. 'É longe do Centro, mas troco o barraco por uma moradia mais digna para minha família,' diz".

- "L. C. C., morador há cinco anos na favela, mostra contrariedade em deixar a favela e se transferir para a Gleba Guarani. Como todos os moradores, a proximidade do Centro é o motivo para querer permanecer na Monsenhor. 'Trabalho no Centro e é mais fácil a locomoção. Mudando para um bairro, aumenta nosso custo de vida, pois vamos ter que pagar ônibus para toda a família. Mas, se não tem jeito, a gente muda. Fazer o quê?' comenta."

- "L. A. A., residente há oito anos na favela, é contra a saída da favela e justifica: 'o último pessoal que morava por aqui foi levado para o Três Lagoas e as casas não estavam acabadas. A Prefeitura mostrou umas casas na Gleba Guarani, só que não sei o que vai acontecer. Li no jornal que os Sem-teto estão ameaçando invadir. Aqui, já estamos perto do serviço e todos já estão acostumados. Sair daqui não é justo', diz.."

Ao mesmo tempo em que demonstram insatisfações pela precariedade da favela, também é percebida a insegurança de morar em um lugar que dificulta o acesso ao trabalho e outros serviços, dificuldades que encontrarão com o novo local de moradia.

O secretário de Obras, Carlos Budel - pré-candidato à Prefeitura, anunciou na sexta-feira (03/05/96), que em 15 dias começaria a retirada das famílias. Ele informou à imprensa que a grande maioria dos favelados da Monsenhor e Marinha deverão ser deslocados para a Gleba Guarani. Inicialmente a Prefeitura pretende transferir 50 famílias.

Descartando conflito com os moradores na hora da transferência, Budel diz que “o argumento para tirar as famílias será o lógico. Todas as pessoas que saíram das outras áreas da Beira Rio foram para suas casas próprias, com documentação, saindo de uma área invadida para ir para uma área própria.”

A Gleba Guarani fica a 15 km do Centro, próximo ao Bairro Três Lagoas. Junto com as casas que estão sendo construídas para os moradores da Beira Rio estão acampadas cerca de 200 pessoas - os Sem-teto. Para estes, as casas que estão sendo construídas nesse local serão suas futuras moradias, uma vez que as condições desse acampamento de sem-tetos são bastante precárias (ver fotos 18 e 19). De maneira que, se o poder público cumprir a promessa de remover algumas famílias da Beira Rio para as casas da Gleba Guarani, poderá haver, como consequência, uma nova situação de impasse. Agora entre os sem-tetos e as famílias da Beira Rio.

Em tese se confirma a falta de seriedade das políticas públicas em atender a população desfavorecida de forma justa e adequada. Por não se tratar de um plano de remoção, agravado pela presença dos sem-teto, ou seja, mais excluídos que os favelados, o poder público terá agora que resolver uma situação mais grave. Ou será que não foi estratégico, e irresponsável ao mesmo tempo, fazer com que os dois grupos, sem-teto e favelados, disputassem um mesmo território, eximindo-se, o Estado, do seu papel de intervir no processo de produção sócio-espacial?

Foto n.º 18 – Acampamento dos sem-tetos na gleba Guarani. Out./96



Foto: Robson Meireles - Jornal A Gazeta do Iguauçu

Foto n.º 19 - Policiamento no acampamento dos sem-tetos na Gleba Guarani - out.96



Foto: Robson Meireles - Jornal A Gazeta do Iguauçu

### **2.3) Impactos Ambientais**

Outro fator relevante no contexto da Beira-Rio são os possíveis impactos ambientais<sup>102</sup> provocados pela construção da Avenida. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA-Pr., concedeu licença de operação (of. n.º 0024/DITEC/SUPES/Pr-06/01/95), vinculado ao cumprimento integral dos termos de compromissos assumidos pela prefeitura. (ver anexos n.º2 e n.º3).

O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, através da Licença Prévia n.º 846/94 - IAP concede autorização para o início da construção da Avenida Beira-Rio, salvaguardando algumas observações (Ver anexo n.º 5).

No entanto, por estar tangenciando o Rio Paraná, nas imediações da Foz do arroio Monjolo, a Avenida Beira-Rio infringe a Lei n.º 4771, de 15 de setembro de 1965 (Ver anexo n.º4) que Institui o Novo Código Florestal. Diz o art.2º: consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura.

Pelo mapa de Zoneamento e Uso do Solo do Município de Foz do Iguaçu, 1993, toda a mata que está nas margens do Rio Paraná, desde a ponte da Amizade até a ponte da Fraternidade, pertence à Zona Verde Residencial -ZVR. A Lei de Zoneamento de Uso e

---

<sup>102</sup> “A Resolução 001/86 - CONAMA considera impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultantes das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.” Manual de Avaliação de Impactos Ambientais - MAIA (1992, p.1).

Ocupação do Solo Urbano do último plano diretor, estabelece no Capítulo II Da Estruturação Urbana no Art. 25, que “são classificadas as zonas especiais e assim denominadas:

I- De proteção dos mananciais, fundos de vale e áreas verdes significativas:

- Zona Especial de Proteção (ZEP)

- Zona Verde Residencial (ZVR)” PDDI - FI (1992, p.12), (Ver Lei em anexos n.º6 e n.º7)

Em consonância com a Lei N.º 4771, o Capítulo V Da Proteção dos Fundos de Vale, no Parágrafo Segundo do Art. 56 diz o seguinte: ao longo das margens dos principais cursos d’ água do Município, observar-se-á as seguintes faixas de proteção, salvo maiores exigências da legislação superior (ver anexo nº 8).

a) 200,00 m (duzentos metros), para os rios Paraná e Iguaçu. (Ver anexo 8).

Não resguardada a margem de proteção de mata ciliar, portanto, contradizendo tanto o Código Florestal quanto a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município, o então chefe Regional do IBAMA em Foz do Iguaçu, Sr. Adilson Simão, garante que a Avenida Beira-Rio trará menos impactos ao meio ambiente que a ocupação dos favelados. Segundo o Sr. Simão, o Prefeito prometeu que vai melhorar a região ribeirinha do Rio Paraná. Em sobrevôo de helicóptero, o então Secretário do Meio Ambiente do Estado, Sr. Eduardo Requião, autorizou a realização da primeira etapa da obra, sem necessidade de Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.<sup>103</sup>

A União Municipal Estudantil de Foz do Iguaçu - UMEFI, em protesto aos encaminhamentos dados pelos órgãos ambientais do Estado e do município em relação à construção da Av. Beira-Rio, resolveu fazer um manifesto num trecho da obra, paralisando por alguns instantes os trabalhos da construtora (ver foto n.º 20). Encaminharam, também, denúncia à Procuradoria da República do Paraná sobre a forma como ocorreu a liberação da

---

<sup>103</sup> “...documento que será constituído pelo estudo de impacto ambiental, a ser exigido para fins de licenciamento das atividades modificadoras do meio ambiente.” MAIA (1992, p.6).

construção da Avenida Beira-Rio, em data de 10/04/95. “A UMEFI pretende encaminhar ainda esta semana uma denúncia semelhante à Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente. A entidade argumenta que a obra atende a interesses imobiliários, não teve planejamento e nem foi submetida à fiscalização dos recursos naturais.”<sup>104</sup>

**Foto n.º 20 – Manifesto dos estudantes na Avenida Beira-Rio/ abril 95**



Foto: Ney de Souza

<sup>104</sup> Jornal Folha de Londrina, 19/04/95.

## **2.4) Movimentos Sociais**

Movimento dos Favelados da Beira-Rio e Movimento Estudantil, são dois grupos sociais distintos agindo num mesmo espaço urbano. Movimentos ou grupos sociais? Neste estudo de caso a expressão movimentos deverá ser mais adequada. Não se pretende entrar em conceitos sobre Movimento Social - MS e Movimento Social Urbano - MSU, pois a discussão destes conceitos reflete perspectivas de vários autores, como Jean Lojkin e Manuel Castells. Considerar um movimento social/urbano como o último grau de luta de classes como sendo verdadeiro ou não foge do propósito desta discussão.

A Questão Urbana de M. Castells foi escrita em 1970-71 e O Estado Capitalista e a Questão Urbana de J. Lojkin, no final da década de 70. O conjunto dos seus trabalhos compõe parte substancial do marco referencial teórico utilizado para o desenvolvimento do processo de sistematização de movimentos urbanos, bem como a organização do Estado enquanto interventor nas relações sociais capitalistas.

Não obstante, sabe-se que a discussão hoje sobre o papel do Estado está tomando rumos diferentes. Antes, na década de 70-80, sobressaía o capitalismo de Estado e hoje, a partir dos anos 90 - em países latino-americanos, predomina uma economia de livre mercado, adotada pelos governos desses países, dentro de uma linha política neoliberal.

Com o livre mercado não se pode admitir o desmantelamento do Estado, pois as experiências neoliberais já têm demonstrado fracassos. E, como afirma Przeworski (1992, p.216) "...enquanto a questão sobre as regras e estruturas institucionais socialmente ótimas permanece aberta, seria equivocado responder que o Estado deveria ser proibido de qualquer intervenção discricionária, limitando-se seu papel à promoção da liberdade da empresa individual."

O que se pretende aqui é sistematizar uma problemática gerada por conflitos de interesses. De um lado o Estado administrando uma obra como a Beira-Rio e de outro os movimentos de resistência a esta construção, por entenderem que a avenida em si está provocando algum tipo de impacto, seja social ou mesmo ambiental. É necessário entender o

que é o movimento cidadão, quais são suas perspectivas, sua estrutura interna, suas contradições e suas possibilidades, sua relação com a cidade, com as classes e com o Estado.<sup>105</sup>

Castells remete enfaticamente as lutas urbanas às contradições mais abrangentes do sistema capitalista. Para ele somente a crise poderá levar uma parte da população a se confrontar com uma ordem social estabelecida e que poderá lograr ainda em um movimento político.

Há necessidade de se separar os movimentos. Um possui caráter classista, outro não necessariamente. O movimento dos estudantes, engajados, de certa forma, num movimento ecológico, e o Movimento dos Favelados da Beira-Rio, são de classes sociais distintas. No entanto, ambos são movimentos heterogêneos contestatórios.

Todo movimento social tem que ser contestatório, pois supõe confronto, não a mera cooperação e inscreve-se no coração das relações sociais - que passam necessariamente pelas relações de produção e é contra determinados aspectos ou manifestação dessas relações que ele protesta. Existem movimentos sociais contestadores não à ordem estabelecida, mas sim favoráveis à manutenção da ordem estabelecida. Exemplifica com a Klu-Klux-Klan (EUA), UDR (Brasil) e TFP (Brasil).<sup>106</sup> Castells (1980) discorda, pois só existe movimento social quando ele luta em nome da modernização e da integração contra a tradição.

Na gestão municipal de 1993-96, a prefeitura administrava 95 (noventa e cinco) associações de moradores em Foz do Iguaçu, conforme relação em anexo n.º9. Essas associações fazem(iam) parte da União Municipal das Associações de Moradores de Foz do Iguaçu - UMAMFI. As lideranças dessas associações, indicadas pelo prefeito, tinham atribuições de “administrar” seus bairros, levando ao poder público algumas reivindicações de seus moradores. Na medida do possível, a prefeitura prestava uma assistência.

---

<sup>105</sup> Castells (1980).

<sup>106</sup> Ammann (1991)

Como estratégia de muitas administrações populistas, essas associações organizadas pelo poder público visam estabelecer uma relação direta de interesses eleitorais ou “eleitoreiros” entre, principalmente, as lideranças dessas associações e alguns ocupantes do poder público, financiando pequenas obras, patrocinando partidas de futebol - peladas em finais de semana, organizando bazar das mães e outras formas assistencialistas. Portanto, se essas associações de moradores ou de bairros não contestam qualquer ordem estabelecida, apenas conseguem melhoramentos limitados e também não contestam a manutenção de uma dada ordem, diz-se então que a UMAMFI não pode ser considerada como movimento social e sim como uma extensão do aparelho estatal.

Esta prática de cooptação de associações de bairro ocorre desde o governo de Jânio Quadros o que, após a campanha vitoriosa para a prefeitura de São Paulo, de 1953, acaba por transformar vários comitês de apoio à sua candidatura em Sociedades Amigos de Bairros, que passam, em sua maioria, a manter com o poder público estreitas relações clientelísticas.<sup>107</sup>

Para o melhor ordenamento deste trabalho será dedicada mais atenção ao Movimento dos Favelados da Beira-Rio. Primeiro porque este movimento é muito mais autêntico que o dos estudantes, pois o grau de organização e consciência vai muito além da preservação ambiental; segundo, que a remoção envolve muito mais elementos de análise espacial, colocando em questionamento o que é prioritário para a população ou ainda, como afirma Castells, “a importância do consumo coletivo como elemento organizador da análise urbana.” (1973, p.35).

Como olhar uma cidade que vive de uma economia baseada predominantemente no turismo e que na sua história mais recente, a partir dos anos 70, teve um crescimento demográfico de 600% aproximadamente? As conseqüências de um desenvolvimento

---

<sup>107</sup> Almeida (1992).

desordenado provocaram um desequilíbrio social forçando uma parcela da população a viver em condições precárias. Como o Estado atendeu a uma demanda crescente de equipamentos básicos? Que interesses priorizaram as administrações desta cidade? Para autores como Lojkin (1981), “O Estado está a serviço do grande capital ou de grupos hegemônicos do capitalismo monopolista.” Pode-se dizer, ainda, que os governantes, enquanto gerenciadores do Estado, nada mais fazem do que permitir que a máquina do Estado esteja a serviço dos interesses de grupos dominantes.

Santos (1981, p.73), no estudo sobre o Rio de Janeiro, diz que “... o Estado não pode pensar em erradicar uma favela sem uma complicadíssima operação de planejamento que decida onde realocar os favelados...” O que está sendo feito, em Foz do Iguaçu, é uma remoção gradativa. À medida em que a obra avança são distribuídos espacialmente os moradores para vários bairros periféricos da cidade, sem haver um mínimo de infra-estrutura para realocá-los, sem ao menos permitir-lhes a escolha da nova moradia, desrespeitando o significado da vizinhança ou despojando o favelado do direito à cidade.

Para atenuar o impacto da construção, o poder público local construiu um discurso para a chegada da Beira-Rio. Com a ajuda da imprensa local e também da própria Secretaria da Comunicação Social pretendeu-se legitimar esta obra a partir da idéia de que ela responde ao interesse público geral, obscurecendo-se os interesses de classes subjacentes, principalmente aos favelados que estão ao longo da linha da Avenida. Gottdiener se remete ao papel das ideologias enquanto força de organização “...no ofuscamento e mascaramento dos processos reais que atuam na reestruturação do espaço de assentamento e os padrões de organização social responsáveis pela produção de espaço na sociedade moderna.” (1993, p.16-17). Em Foz do Iguaçu, a imprensa local tem reproduzido com bastante freqüência a necessidade da construção da Avenida Beira-Rio, mas em momento algum se propôs a debater com seriedade, junto à população, o verdadeiro valor da obra e as conseqüências sociais que a obra está provocando.

Desafogar o trânsito de uma das principais avenidas da cidade -JK; embelezamento turístico e deslocamento do comércio e serviços, como bares, restaurantes, agências de viagens, hotéis e lojas; facilidade de comunicação entre o Paraguai e a Argentina, são, a princípio, as justificativas do Estado para a construção desta avenida.

Gottdiener, em seu livro *“Produção Social do Espaço”*, procura entender a atuação do Estado através de sua política. Política esta que serve para subsidiar, às custas do dinheiro público, a produção de espaço do setor privado. Lefebvre (1991, p.288) também trata do papel do espaço na produção, porque, segundo ele, “o espaço tornou-se, para o Estado, um instrumento político de importância capital. O Estado usa o espaço de uma forma que assegura seu controle de lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade do todo e a segregação das partes. É, assim, um espaço controlado administrativamente e mesmo policiado.” Para Lefebvre o Estado não só intervém no espaço, como ajuda a produzi-lo.

Castells e Lefebvre diferem bastante na abordagem sobre Estado. Consumo coletivo é a teoria do Estado para Castells, baseia-se na importância funcional do consumo e de seu provimento através da intervenção do Estado. Intervenção que pode se dar através do planejamento urbano, acrescentando, porém, Harloe (1989, p.85): “O planejamento urbano consiste na intervenção do Estado no campo do consumo (reprodução da força de trabalho) com o objetivo de assegurar a dominação continuada do capital e, assim, a reprodução do capitalismo”.

Para Lefebvre, “é oportuno lembrar que o urbano não tem um inimigo pior do que o planejamento urbano e o ‘urbanismo’, que é o instrumento estratégico do capitalismo e do Estado para a manipulação da realidade urbana fragmentada e a produção do espaço controlado.” (1972, p.15). Castells (1980) destaca os conflitos resultantes dos choques de interesses entre a população, agentes capitalistas e a arbitragem do poder público.

O Estado é o principal agente modelador do solo urbano em Foz do Iguaçu. É um agente duplo, pois quando não intervém diretamente, construindo a Avenida Beira-Rio, age tacitamente, beneficiando interesses de grandes capitalistas, como é o caso do setor

imobiliário com a valorização fundiária do solo urbano ao longo da Avenida. Valladares (1983) cita a especulação imobiliária como um dos principais fatores que contribui para o processo de periferização .

No sentido de amenizar alguns problemas urbanos, inerentes à realidade capitalista brasileira, algumas cidades brasileiras estão desenvolvendo projetos sociais. São cidades de administrações populares que, de uma maneira ou de outra, têm trazido melhoria para a população mais carente. É o caso da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Planejamento, que está desenvolvendo diversos programas, a saber: “More Melhor”, que tem como objetivo ‘dar o reconhecimento da posse e propriedade da terra aos ocupantes em ‘áreas pertencentes à autarquia, com ocupação consolidada, utilizando-se como meio o instrumento da Regularização Fundiária’; para a regularização são necessários vários instrumentos, devido à peculiaridade de cada situação, além do fato de que existem áreas públicas municipais e áreas privadas que enfrentam problemas semelhantes, mas que exigem resoluções diferenciadas.

Outro programa é a “Construção por ajuda mútua” (mutirão). Este é um programa de participação popular através do qual as comunidades organizadas resolvem um problema social concreto de forma prática. A comunidade se organiza, e com financiamento oficial e apoio técnico da Prefeitura faz, ela mesma, as obras que considerar necessárias.

Segundo o assessor técnico do Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB, a “Administração Popular em Porto Alegre tem por princípio a não segregação físico/social de famílias que se encontram em áreas municipais ou particulares, por entender que as mesmas possuem toda uma relação sócio/econômica na região em que vivem e que ao serem reassentadas, estas relações são quebradas”. Reassentamentos só acontecem em casos de famílias estarem ocupando áreas de risco e de proteção permanente, em praças e projetos de vias estruturais contidos no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, completou o assessor.

Estudar e analisar a construção da Avenida Beira-Rio traz um novo entendimento da realidade social e política em que se vive, onde os protagonistas desta obra, destacando o Estado enquanto gerenciador e os movimentos populares como contrapeso deste empreendimento, permite elucidar de maneira eloqüente o papel do Estado na sociedade capitalista, a quem ele representa e o que significa uma resistência popular naquilo em que o Estado defende como interesse popular. Lembrando Lenine (1975, p.116): “De um modo geral e histórico, o exercício das funções do Estado está intimamente ligado à existência de conflitos sociais. Por sua vez esses conflitos estão intimamente ligados à existência de certa escassez de bens materiais, de recursos, de meios necessários para a satisfação das necessidades humanas.”

Outros agentes modeladores do espaço serão tratados a seguir, pois a relevância dos movimentos sociais no contexto da Avenida Beira-Rio permitiu tratá-los separadamente.

### **2.5) Agentes Modeladores do Espaço**

O município e o governo do Paraná estão imbuídos na construção da Avenida Beira-Rio, no momento em que o Estado está encolhendo a sua atuação na sociedade brasileira,<sup>108</sup> permitindo rever a atuação dos agentes modeladores que sempre estiveram presentes naquilo que o sistema capitalista lhes propicia.

Assim, nota-se que o setor turístico da cidade, comandado por agentes de viagem, hoteleiros e outras empresas turísticas, está disposto a investir nas áreas contíguas à da Beira-Rio. Como deverá ser construído um parque linear na faixa da Avenida, criou-se a perspectiva de deslocar grande parte do setor de infra-estrutura turística para a Beira-Rio.

---

<sup>108</sup> “O fato, porém, é que o Estado não diminuiu; ele apenas tornou-se extremamente gentil para com as empresas, de uma maneira como nunca havia sido, fazendo tudo para que prosperem. Note bem, isso em relação a certas empresas, não todas, porque o Estado atual se despreocupa da maioria das empresas, assim como também relega à segunda categoria o aspecto social, que acaba ficando com as sobras do bolo. O que o governo brasileiro tem, hoje, para atender ao chamado social? A Comunidade Solidária, que, apesar de ser algo generoso, trabalha com recursos residuais, e não atua no que há de estrutural na pobreza.” Revista Rumos do Desenvolvimento - nº137, Entrevista com Milton Santos, junho de 1997.

O setor imobiliário e mesmo os proprietários particulares estão satisfeitos com a construção da Avenida Beira-Rio, pois além de “varrer” a miséria, aqui constituída pelos favelados, que “desvaloriza” o preço dos lotes urbanos, o investimento feito nessa área com a Beira-Rio vai incentivar o aumento dos preços dos terrenos. Para Paviani (1994, p.39) “O exemplo clássico de extirpar de áreas ditas ‘nobres’ os favelados só poderá servir à manutenção do *status quo* sem atingir a profundidade que se exige para transformar o pobre/desvalido ou ‘precarizado’ em cidadão. As transformações, portanto, dependem de um grande esforço da sociedade como um todo (...)”

O que se constata é que o setor imobiliário está contribuindo para a segregação residencial em Foz do Iguaçu, que é também reforçada por outros agentes sociais.

Os proprietários fundiários também estão presentes, pois a valorização dos seus terrenos é uma consequência imediata desde os primeiros trabalhos das empreiteiras no eixo da Beira-Rio. Poucos são os proprietários, considerando que uma boa parte da área contígua da Beira-Rio pertence ao Ministério da Marinha. É importante ressaltar aqui que um dos proprietários controla um dos jornais da cidade. Juntamente com o discurso do poder público local, o proprietário colabora na construção da opinião pública, fortalecendo, no seu veículo de comunicação, a convicção da importância de se efetivar a construção da Avenida Beira-Rio

O Estado, aqui representado pelo poder público local, também é responsável pela constituição de um novo arranjo espacial urbano. Em consonância com os interesses da classe dominante, o Estado cria condições para que a área central da cidade beneficie um grupo em detrimento de outro. Os espaços segregados tornam-se mais intensos, dificultando ainda mais a sobrevivência daqueles que já estão hoje vivendo em condições precárias, como são os favelados. Para Corrêa (1993, p.26) “A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações”.

Corrêa (1993, p.28) que identifica os vários “agentes sociais que fazem e refazem a cidade”, ilustra a atuação do Estado em conformidade com o estudo deste caso:

*Através de política conjugada de renovação urbana - abertura de modernas vias de tráfego - o Estado capitalista viabiliza simultaneamente vários interesses. De um lado, via expulsão dos pobres residentes em cortiços junto ao centro da cidade, redireciona a segregação residencial e viabiliza o capital imobiliário que tem oportunidade de realizar bons negócios em áreas onde o preço da terra é, pela proximidade do centro, bastante elevado: é a renovação urbana. Mas viabiliza também a ampliação do capital de empreiteiras e cria condições de uma circulação mais eficiente, viabilizando assim a produção de novos meios de transporte, entre eles aqueles de uso individual.*

Ratificando a ação de outros agentes modeladores, setor imobiliário e proprietários fundiários, o Estado cria condições para que a sociedade de classes se reproduza e viabilize cada vez mais a acumulação capitalista, mesmo que seja de forma ilícita.

## **2.6) Foco de corrupção?**

A imprensa local noticiou que há superfaturamento na construção da Avenida Beira-Rio. A informação oficial do Ministério dos Transportes mostra que a duplicação da BR-277 tem um custo de R\$610.346,86 por quilômetro, incluindo quatro viadutos. Já os documentos oriundos da Secretaria Estadual dos Transportes, mostram que a Beira-Rio tem custo de R\$850.736,17 por quilômetro, só no primeiro trecho de 3,9 quilômetros. No contrato da obra total o valor aumenta para R\$1.363.146,00 por quilômetro.<sup>109</sup>

Relatório divulgado em agosto de 1997, dá conta das irregularidades da administração do Prefeito Dobrandino Gustavo da Silva (1993-1996). O parecer da Comissão Mista da Câmara dos Vereadores apresenta, com riquezas de detalhes, um verdadeiro estudo sobre como agiu o poder executivo municipal em relação a contratos e licitações.

Dentre vários itens apontados como irregulares está a contratação da TV Tarobá para produzir e veicular matérias sobre as Avenidas Beira Rio, Morenitas, Perimetral e

---

<sup>109</sup> Jornal A Gazeta do Iguaçu, 27/02/96.

Projeto Costa Oeste, em julho de 95, pelo valor de R\$40.432,08. Segundo o parecer da Comissão Mista, além de contratar alguns serviços de publicidade, sem licitação ou qualquer tipo de contrato, fragmentou despesas para fraudar a competição nos processos licitatórios que foram realizados. (ver anexo nº 10).

As irregularidades apontadas, como desvio de dinheiro público, através de superfaturamento, podem ser apontadas como co-responsáveis pelo recrudescimento dos problemas sociais em Foz do Iguaçu.

Constatam-se estes problemas através de uma pesquisa realizada entre janeiro e julho de 1997 pela Secretaria Especial de Política Habitacional e coordenada pela Companhia de Habitação do Paraná que revelou que Foz do Iguaçu contava então com 6.139 famílias em 61 favelas, vivendo em condições subumanas. O levantamento é o primeiro realizado no Estado sem ser por amostragem. Comparado com a pesquisa feita em novembro de 1994, quando iniciou este estudo, houve um acréscimo de 18 favelas, em menos de três anos. A despeito do município possuir o 3º maior orçamento do Estado e ostentar o título de 2º pólo turístico nacional, revela-se a inoperância das políticas públicas em gerir recursos arrecadados, impossibilitando, inclusive, o atendimento à população mais carente da cidade.

Atualmente, a Avenida Beira-Rio faz parte de um pacote de projetos e programas do governo estadual. Como projeto deste governo, a Avenida Beira-Rio deverá se tornar em “(...)uma avenida ecológica, ligando o Parque Nacional ao Lago de Itaipu, passando por diversos bairros da cidade, formando nas barrancas dos rios Iguaçu e Paraná um grande parque linear, integrando a cidade aos rios, às suas águas.”<sup>110</sup>

Apesar de todas as transformações ocorridas no sistema viário urbano de Foz do Iguaçu, devido ao intenso fluxo do comércio da fronteira, o relatório do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo de Foz do Iguaçu, maio de 1997, prevê que a Avenida Beira-Rio será destinada à cultura, lazer, esportes, comércio específico (turístico), do corredor turístico. Portanto, mantém-se a idéia inicial da sua finalidade, ou seja, servir de infra-estrutura urbana adequada ao turismo.

---

<sup>110</sup> Costa Oeste - Plano Preliminar, p.11

No decorrer desta pesquisa, tentou-se responder alguns questionamentos: por que o Estado (em dois níveis) resolveu construir a Avenida Beira-Rio? Por que o Estado (Município), em parceria com o exército, cadastrou os favelados? Por que alguns favelados estão resistindo à desfavelização, uma vez que as condições nas favelas são muito precárias? A Beira-Rio é um início da desfavelização em Foz do Iguaçu? A quem o Estado representa nas políticas públicas? O que representa uma ação popular organizada frente às políticas do Estado? Quais são os verdadeiros objetivos de uma organização popular?

Mesmo considerando todos os fatos que marcaram a construção da Beira-Rio, desde a sua concepção na década de 70 até o seu início, com todos os desdobramentos que ela foi adquirindo e marcada pela insistência dos poderes públicos em se efetivar este empreendimento, a Beira-Rio hoje está abandonada. Quer seja pela resistência dos favelados, ou por se tratar hoje de um empreendimento que não convém mais para os interesses políticos. No entanto, o atual cenário político da cidade é outro. É outra gestão, com novos administradores e estes não estão dispostos a dar continuidade a uma obra iniciada no governo passado.

Prevista para ser concluída em julho de 95, a Beira-Rio está em estado de deterioração, conforme demonstra o noticiário local: “a Beira-Rio continua desabando. A erosão aumenta o tamanho dos buracos que ameaçam a estrada onde já foi gasta uma grande quantidade de dinheiro da comunidade. As invasões começam a acontecer e barracos irregulares começam a pipocar para todos os lados. Construções irregulares ameaçam a estrada. A chuva está provocando erosão. O resultado é uma catástrofe. É dinheiro do povo jogado fora.”<sup>111</sup> (ver fotos n.º 21 e n.º22).

Localizada numa cidade turística, de fronteira e de rápida urbanização, contemplada com programas de governos municipal e estadual, a Avenida Beira-Rio está longe de se concretizar, o que permite repensar, com seriedade, as políticas públicas de um Estado

---

<sup>111</sup> Jornal A Gazeta do Iguaçu, 12/11/97.

Foto n.º 21 – Avenida Beira-Rio abandonada/dez.97



Foto: Robson Meireles

Foto n.º 22 - Avenida Beira-Rio abandonada/dez.97

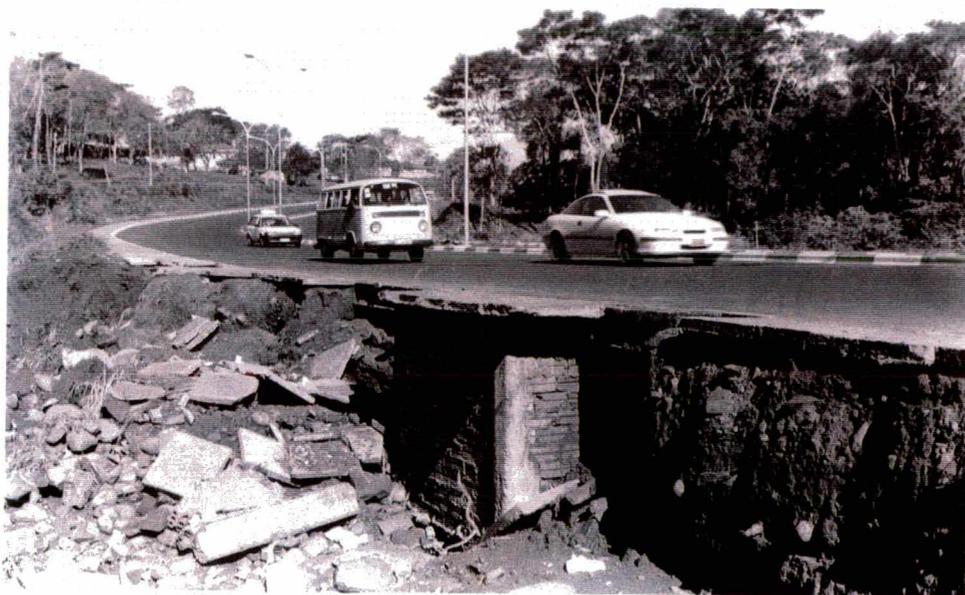


Foto: Robson Meireles

que se diz interessado em promover o desenvolvimento social e econômico da população. Lembrando aqui o discurso do Vereador Geraldo Andrion, empolgado, em 1995, com a Beira-Rio: “Sem dúvida nenhuma a construção da Avenida Beira-Rio será a obra que vai marcar a administração Dobrandino Gustavo da Silva. A Prefeitura está de parabéns por este convênio firmado com o Governo do Estado para benefício de toda a população iguaçuense e os turistas que visitam a cidade .”<sup>112</sup>

Concebida principalmente para servir ao turismo, a Avenida Beira-Rio deverá ser uma extensão do Costa Oeste. Os mesmos princípios que eram defendidos na década de 70 são hoje fortalecidos para incrementar um projeto de turismo regional, o denominado Projeto Costa Oeste que será visto no próximo capítulo.

---

<sup>112</sup> Jornal Gazeta do Iguaçu, 15/02/95

## Capítulo III

### Inserção do Projeto Costa Oeste na área de abrangência da Itaipu e da Avenida Beira-Rio

As diretrizes do atual governo federal e estadual diferem daquelas que embasaram o modelo econômico do autoritarismo militar, que tiveram no investimento estatal seu grande eixo de sustentação.

Muitas estatais já foram privatizadas e outras deverão ser, de modo que, hoje, o Estado brasileiro está cada vez mais se eximindo da responsabilidade de participar diretamente do processo produtivo nacional.

Além desta onda privatizante, o Estado busca atrair empresas particulares em investimentos que, dentro de uma “nova ordem do capitalismo”, buscarão uma participação da produção.

Pretende-se aqui analisar um projeto que repercute sobre o território. O Costa Oeste representa um novo investimento do Estado com a participação da iniciativa privada. De caráter regional, este empreendimento deverá aproveitar o lago da mega usina de Itaipu.

A proposta do projeto é transformar os 1.400 quilômetros de orla do Lago de Itaipu, de Foz do Iguaçu a Guaira, numa região predominantemente turística, com a instalação de *resorts*, parques temáticos,<sup>113</sup> complexos de hotelaria, praias, marinas, portos, chácaras e condomínios.

O presente capítulo trata de cinco temas. O primeiro deles é a caracterização do Projeto Costa Oeste na região que abrange os municípios lindeiros.

O segundo tema são os Jogos Mundiais da Natureza, que foram o

---

<sup>113</sup> “Por conceito, parques temáticos são todos os parques de lazer, de diversão e entretenimento ambientados em torno de um tema. Estas áreas, feitas pelo homem, têm uma coerência visual, e provocam alguma sensação ou emoção, que normalmente as pessoas não podem sentir no dia-a-dia. No Brasil os exemplos mais conhecidos são o Beto Carrero World, localizado em Santa Catarina, os parques da Mônica e do Gugu, em São Paulo e os parques aquáticos que já estão espalhados por vários estados do país.” Jornal “O Estado do Paraná”, 02/11/97, p.22.

início da constituição do Costa Oeste. Inéditos no Brasil, estes jogos receberam a atenção da mídia nacional e internacional.

O terceiro tema é a globalização, associada ao turismo e à territorialidade, dentro da perspectiva do significado do Costa Oeste para a região em estudo.

Como parte importante da captação de recursos dos municípios, os *royalties* da Itaipu possibilitam ampliar alguns investimentos como também saldar dívidas; entendendo que o valor recebido mensalmente não é desprezível para atender os municípios beneficiados, buscar-se-á associar estes recursos como possíveis investimentos no Projeto Costa Oeste, este é o quarto tema tratado.

Outros empreendimentos, como última questão, serão analisados no sentido de compreender a totalidade de investimentos que estão sendo feitos numa mesma região e que poderão refletir no destino dos empreendimentos que estão para ser efetivados, como é o caso da Avenida Beira-Rio e do Projeto Costa Oeste.

No conjunto destes cinco temas, pretende-se analisar vários aspectos que permeiam um novo território em construção na região oeste do Estado do Paraná, mais precisamente nos municípios lindeiros ao lago de Itaipu. É o turismo tentando impulsionar a economia do oeste do Paraná, tendo o Estado como o idealizador de mais um empreendimento.

### ***3.1- O Projeto Costa Oeste na região lindeira ao Lago de Itaipu.***

A área em estudo está numa linha de fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai, abrangendo o lado brasileiro de Foz do Iguaçu até Guaíra, num total de 15 municípios,<sup>114</sup> todos lindeiros ao Lago de Itaipu. Os municípios, com suas respectivas populações, estão representados na tabela XIII:

---

<sup>114</sup> São 16 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, pois há um no Estado do Mato Grosso do Sul, Mundo Novo. Todos estes municípios, que tiveram suas terras alagadas pela formação do Lago de Itaipu, estão organizados em torno do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. Segundo esta entidade, o objetivo é de criar projetos e encontrar alternativas viáveis para o desenvolvimento da região lindeira.

**TABELA XIII- POPULAÇÃO DE CADA MUNICÍPIO LINDEIRO  
AO LAGO DE ITAIPU**

Município	População
Diamante do Oeste	4.843
Entre Rio do Oeste	3.069
Foz do Iguaçu	231.596
Guaíra	29.259
Itaipulândia	4.677
Marechal Cândido Rondon	37.603
Medianeira	35.607
Mercedes	4.482
Missal	10.009
Pato Bragado	3.602
Santa Helena	19.483
Santa Terezinha de Itaipu	16.702
São José das Palmeiras	4.438
São Miguel do Iguaçu	23.195
Terra Roxa	16.887

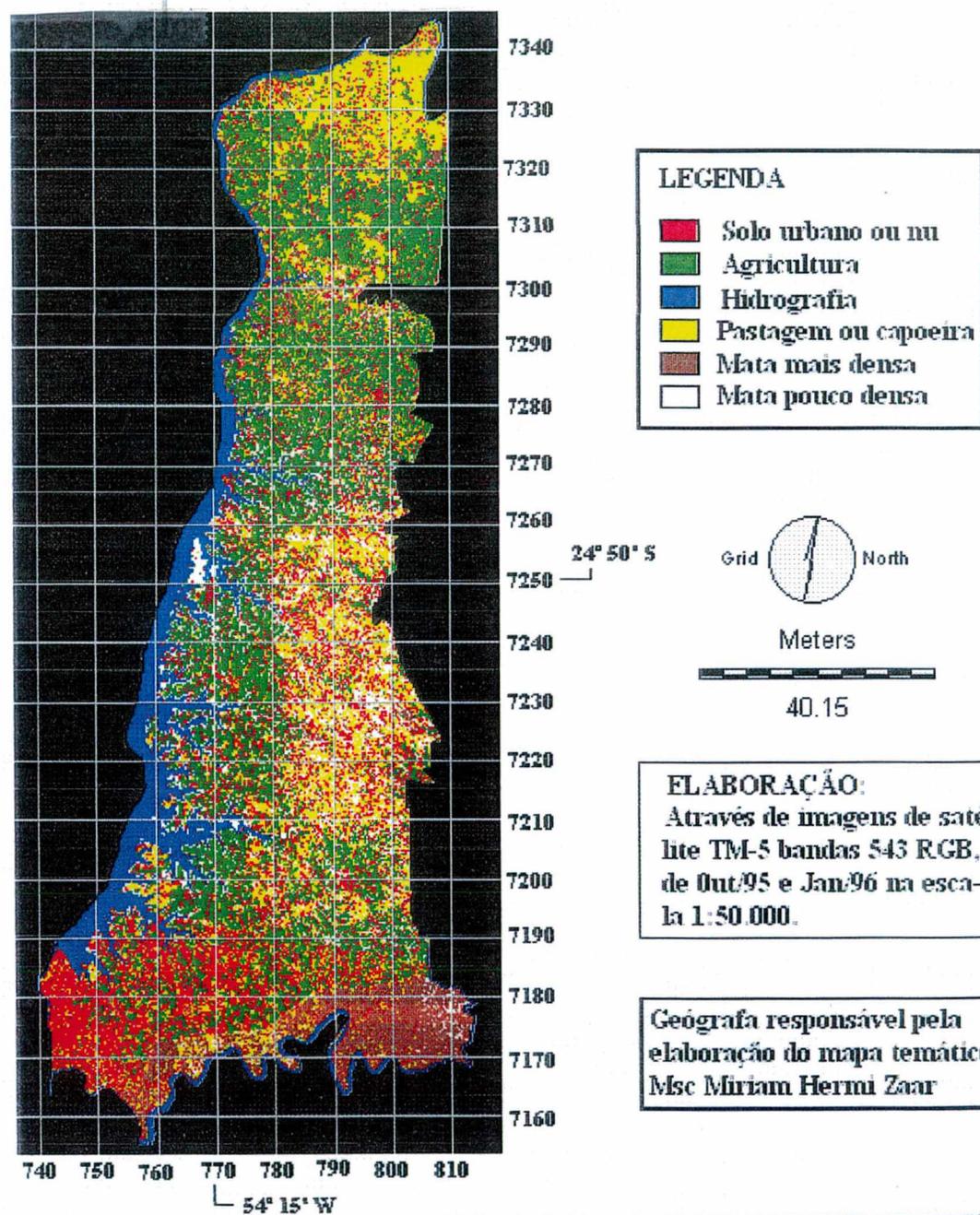
Fonte: Censo Demográfico do IBGE - 1996.

Segundo o Projeto Lindeiros,<sup>115</sup> as áreas agrícolas ainda predominam na região (ver Figura IX), desconsiderando aqui o município de Foz do Iguaçu, que tem no turismo a principal fonte de receita. “São pequenos agricultores que em suas propriedades ainda plantam e colhem, apesar das várias mudanças ocorridas e problemas enfrentados, na década de 70 com a mecanização, na década de 1980 com a formação do Lago de Itaipu e na década de 1990, com falta de políticas agrícolas.”<sup>116</sup>

<sup>115</sup> Projeto Lindeiros é um estudo realizado por professores do CEFET - Medianeira, que tem como objetivo reconhecer o potencial econômico dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, com exceção de Foz do Iguaçu, por apresentar características diferentes dos outros municípios.

<sup>116</sup> Projeto Lindeiros (1997, vol.III, p.100.).

Figura IX - Ocupação do Solo nos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu



Na análise deste Projeto os municípios do extremo oeste - paranaense estão unidos para melhor se desenvolverem. “Estão sendo realizados inúmeros projetos, visando ao aproveitamento dos recursos do próprio lago, para o crescimento tecnológico, educacional, esportivo, turístico, comercial e industrial da região. A agroindústria se desenvolve. Novas alternativas de produção surgem com a otimização dos recursos oferecidos pelo lago”, complementa o Projeto Lindeiros.

Apesar da vocação agrícola, o turismo está sendo gradativamente agregado como uma nova opção econômica, haja vista o Projeto Costa Oeste, que deverá abranger o Lago de Itaipu (ver Figura X), e todos os municípios listados acima que contam com uma população de 445 mil habitantes, aproximadamente.

Dentre os municípios eminentemente agrícolas a soja é o produto que mais se cultiva. Em Guaíra, município localizado ao norte do lago, a economia é sustentada pela agroindústria.

O eixo de abrangência do Projeto Costa Oeste deverá incluir a Avenida Beira-Rio, aproveitando o Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, até Guaíra - extremo norte do Lago de Itaipu. Este aproveitamento do complexo que abrange o lago de Itaipu e o Parque Nacional do Iguaçu, onde estão as Cataratas do Iguaçu, é um dos fatores que irá proporcionar a viabilidade da Costa Oeste. E na âncora deste complexo está Foz do Iguaçu - a “capital” da Costa Oeste.

As características físicas da área onde será implantado o Costa Oeste são propícias para as diversas modalidades esportivas e outras atividades que o turismo deverá incrementar na região, assim, “o relevo da costa oeste facilita seu uso para o turismo ecológico e esportivo. Relativamente plano, com vales largos e pequenas planícies de inundação. Os rios que cortam a região têm cursos sinuosos e vales encaixados. Com este perfil, bastante adequado a atividade a céu aberto, a região pode ser utilizada para safáris fotográficos, observação de fauna e flora, passeios de barco, de bicicleta e caminhadas na mata.”<sup>117</sup> Com mais descrições, um outro periódico caracteriza a região costa oeste: “A paisagem é lindíssima, o local é ponto de encontro das três fronteiras e portanto possui

---

<sup>117</sup> Revista Gente & Natureza. Publicação da Prefeitura de Foz do Iguaçu, Set.97.

miscigenação cultural, tem uma das maiores atrações da natureza, que são as Cataratas do Iguaçu e uma das maiores obras do homem, a Hidrelétrica de Itaipu.”<sup>118</sup>

‘Para fins econômicos, o Costa Oeste segue seus princípios de *gestão do território*<sup>119</sup>, articulados com as relações de poder, em que a ação e controle sobre uma determinada área quer garantir, em última análise, a reprodução da sociedade em classes, com uma dominante, que se localiza fora ou no interior da área submetida à divisão regional.<sup>120</sup>

Enquanto agente de regionalização, o Estado cumpre o seu papel de ação e controle do espaço, definindo o uso de uma unidade do seu território.<sup>121</sup> Com isso, uma das metas da espacialização do Projeto Costa Oeste é a comunicação rodoviária. A rodovia se denominará de Costa Oeste, ligando Foz do Iguaçu a Guaíra (Ver Figura XI), utilizando-se, em sua maior parte, de diversos trechos de rodovias federais e estaduais existentes, numa extensão de aproximadamente 230 km. Para o governo do Estado “a rodovia terá tratamento especial, com uma linguagem uniforme ao longo do seu percurso no que se refere à sinalização vertical e horizontal e ao paisagismo, entre outros. Essa linguagem deve ser diferenciada e de fácil reconhecimento, para melhor orientação de seus usuários.”<sup>122</sup> A exemplo de outras rodovias do Estado, o governo paranaense está recuperando vários trechos rodoviários do Estado, que a partir de maio e junho de 1998 será pago com os recursos arrecadados pelos pedágios, instalados em 26 postos pelo Estado, inclusive na Rodovia Costa Oeste.

Disposto a um grande investimento, o Governo do Estado identificou na região um potencial turístico que pode ser ampliado para promover o desenvolvimento econômico da região e do Estado. Mas, como fator de desenvolvimento, a atividade turística provoca segregação de espaços, beneficiando o turista em detrimento da população local.

---

<sup>118</sup> Jornal O Estado do Paraná (02/11/97).

<sup>119</sup> “(...) um conceito da modernidade: é a prática científica e tecnológica do poder no espaço.” Becker (1988, p.77).

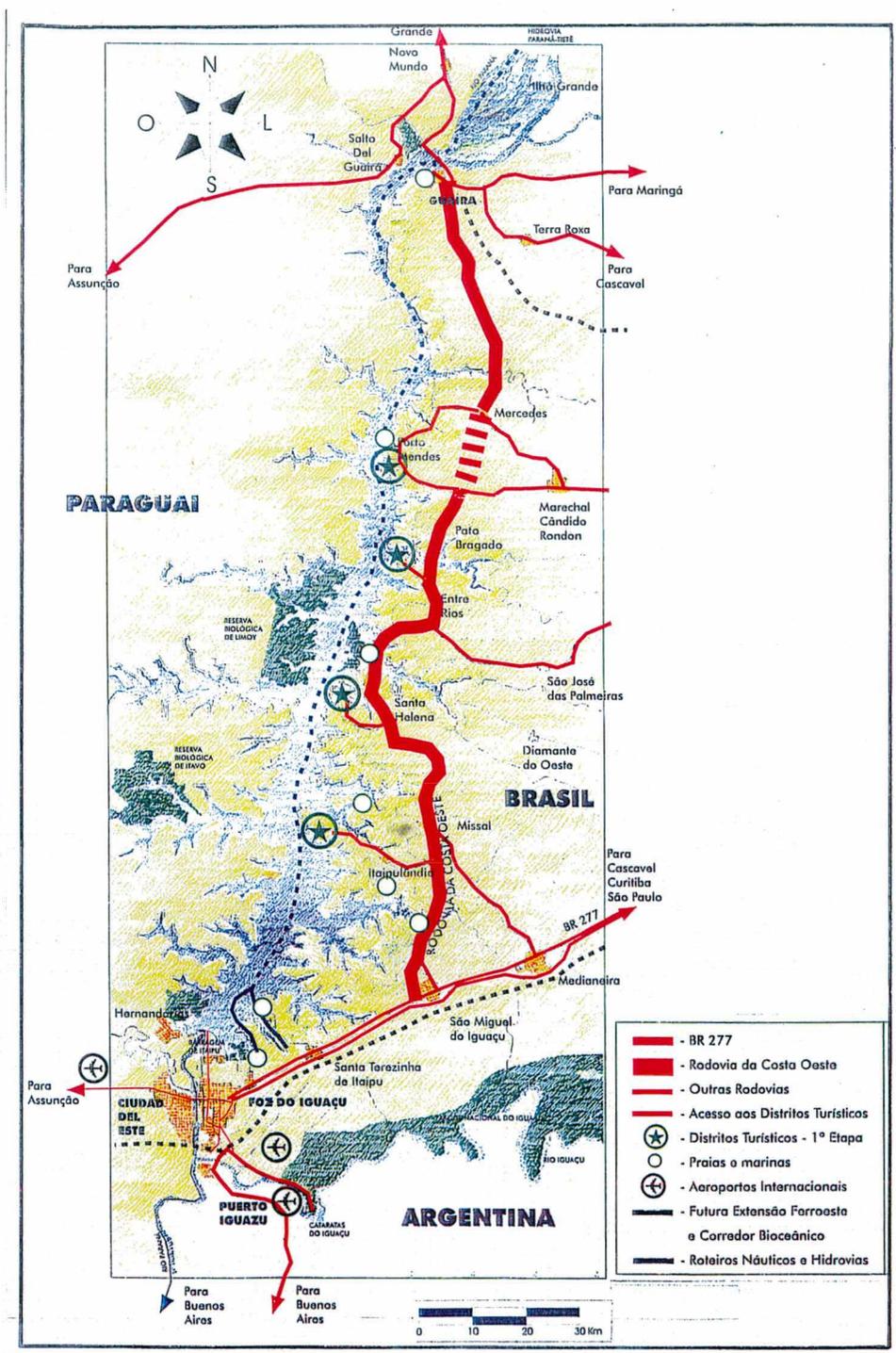
<sup>120</sup> Corrêa (1991).

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> Costa Oeste - Plano Preliminar (1996).

Constata-se isto, em Foz do Iguaçu, através dos preços dos alimentos, principalmente em restaurantes e lanchonetes, que são mais onerosos para a população que vive na cidade; observa-se também que os investimentos são prioritários na área de infraestrutura urbana para locais freqüentados por turistas, em detrimento aos da população autóctone. Em nome do turismo promete-se prosperidade para o conjunto da população, esta tem sido a prática dos governos municipais do oeste do Paraná.

Figura X - Rodovia do Costa Oeste



Fonte: Prospecto do Projeto Costa Oeste

O governo do Estado reforçou seu empenho em promover uma profunda transformação da região Oeste através do turismo<sup>123</sup>, classificando como estratégica essa prioridade. Para este governo “o setor gera empregos permanentes e estáveis, ao contrário do que está acontecendo em outros setores da economia, onde a globalização está impondo a substituição do homem pela máquina para garantir a produtividade necessária para enfrentar o mercado internacional.”<sup>124</sup>

Nesta perspectiva globalizante, destaca-se a atividade turística como uma mola propulsora da economia passando a ser “objeto de interesses econômicos de todo um sistema, que inclui agências de viagem, empresas aéreas, hotéis, e governos, desde os centrais, aos locais, aos quais se associam outros diversos setores, como artesanatos, lojas de *souvenirs*, certos setores culturais etc. E, a estratégia da divulgação é feita através da mídia como incentivadora do consumo turístico, sendo fruto portanto da influência da propaganda.”<sup>125</sup>

Além do entendimento econômico, o Costa Oeste deverá propiciar desdobramentos de outras naturezas, quer sejam sociais, políticas, ambientais e territoriais. Para tanto, há necessidade de um diagnóstico regional ao nível sócio-econômico que permita desenvolver um plano que amenize os impactos de tais mudanças. Conhecida a realidade local e regional,

*o planejamento regional surge, então, como um componente indispensável da política do planejamento local, capaz de emprestar a este último o seu verdadeiro sentido no contexto do planejamento estadual (...). Isto faria com que os esforços desenvolvidos pelos governos dos*

---

<sup>123</sup> “Foi no século passado a partir da ampliação da escala de acumulação e da tecnologia de transporte, como ferrovia, como navegação a vapor, e a acumulação, permitindo uma elite que podia gastar o dinheiro com turismo, que o turismo tal como nós entendemos hoje, se desenvolveu. Surgiram as primeiras companhias, os primeiros agentes, organizando a atividade e inclusive havia quase que uma categoria de proteção social. Tornou-se assim, gradativamente, uma fronteira de acumulação de um novo produto, capaz de produzir espaços que não interferiam diretamente nos espaços de produção mais importantes, quer dizer em espaços periféricos. Não competiam diretamente com espaços produtivos, mas foi no século XX, principalmente no pós-guerra, que houve uma mudança importante no turismo, marcada pela massificação, do ‘wellfare state’, na regulação do trabalho, na limitação de seu tempo, nas férias, na aposentadoria, na sociedade de massa de consumo, nos transportes desenvolvidos, como o avião, e aí sim o turismo, realmente, apresentou essa característica de massificação.” Becker (1996: pp. 182-183.)

<sup>124</sup> Jornal o Estado do Paraná, 15/09/97.

<sup>125</sup> Geiger (1996).

*municípios e do Estado se somassem, no alcance de propósitos comuns. Por sua vez, seria necessário que o governo estadual se dispusesse a empreender uma verdadeira política de planejamento municipal, organizando um sistema de promoção e apoio à elaboração e à implantação de planos diretores municipais, de caráter multi-setorial e dirigidos para o desenvolvimento local. Torna-se, portanto, preciso a aplicação do planejamento regional com uma visão voltada para o planejamento local, buscando orientar a ação direta do governo estadual sobre as regiões que compõem o Estado, bem como individualmente sobre os municípios integrantes dessas regiões, mediante um sistema de mútua compatibilização de objetivos.*<sup>126</sup>

Este planejamento deverá envolver principalmente a população, permitindo a ela ações que priorizassem as necessidades emergentes do seu município. Apesar do contexto regional, cada município lindeiro apresenta suas peculiaridades.

Sendo assim, em circunstâncias verdadeiramente democráticas, a população decidiria onde seriam melhor consumidos os recursos que o Estado hoje manipula, realizando, por exemplo, jogos de cunho político-eleitoreiro, exclusivamente.

### **3.2 - Jogos Mundiais da Natureza**

O primeiro passo dado para desencadear a efetivação do Costa Oeste foi com os Jogos Mundiais da Natureza, que ocorreram entre os dias 27 de setembro e 5 de outubro de 1997.

Considerado um evento inédito e que está sendo propagado, pelo comitê central de organização, “pelo espírito de aventura, pelo desafio e pelo respeito à natureza, os Jogos Mundiais da Natureza acontecerão a cada quatro anos, transformando a região Oeste do Paraná em um grande centro de atração esportiva e turística.”<sup>127</sup> Estes jogos estão motivando as prefeituras lindeiras ao lago, pois há uma previsão de investimentos, somente para os jogos, em torno de 75 milhões de reais, segundo o Jornal o Presente de Marechal Cândido Rondon.

---

<sup>126</sup> Nogueira (1983).

<sup>127</sup> Jornal O Presente, 12/09/97

Outro periódico local releva a importância destes jogos dizendo que é “um evento esportivo de caráter inédito, de excelente aceitação e de proporções internacionais; os jogos nascem como o principal alavancador da promissora indústria de turismo da costa oeste.”<sup>128</sup>

Neste evento, as modalidades esportivas disputadas em onze dos quinze municípios lindeiros foram: Escalada, Golfe, Orientação com Arco, Ciclismo, Hipismo, Triathlon, Rafting,<sup>129</sup> Canoagem-Travessia, Vela, Canoagem-Slalom,<sup>130</sup> Pesca, Balonismo e Pára-quedismo.

Os Jogos só não conseguiram atrair multidões de torcedores. Simplesmente porque a maioria das modalidades praticadas foi invisível. As evoluções dos pára-quedistas nas alturas têm de ser filmadas pelos próprios atletas para serem avaliadas pelos juízes, porque da terra ninguém vê nada. Também foi impossível para a torcida seguir de perto competições por etapas, deslocando-se de uma cidade para outra, como foram as de ciclismo, hipismo, vela e canoagem de travessia. Além disso, alguns dos cenários mais privilegiados dos Jogos, como as Cataratas do Iguaçu, estavam em áreas de preservação ecológica, onde o ingresso de pessoas é restrito. Porém, os Jogos Mundiais da Natureza atingiram um de seus objetivos, que foi mostrar para o telespectador, principalmente os de fora do Estado do Paraná, que existe uma região de belas paisagens que pode ser desfrutada por turistas de todas as partes.

Despertado o interesse de turistas através da mídia nacional e internacional, as competições dos Jogos foram disputadas por atletas profissionais. Todos estes foram pagos com o dinheiro público, além do que, aqueles que venceram as provas receberam prêmios em dinheiro. Como em uma Olimpíada, os Jogos Mundiais da Natureza reuniram no Paraná quase todos os melhores atletas do mundo de cada modalidade. Mas as semelhanças terminaram aí. Se nas Olimpíadas uma medalha vale ouro, nos Jogos os atletas receberam em espécie. “O troféu mais cobiçado nos Jogos era o cheque de 20. 000 dólares prometido para o vencedor de cada modalidade (com exceção do triathlon e do

---

<sup>128</sup> O Jornal, 11/09/97

<sup>129</sup> Rafting consiste em balsas descendo águas turbulentas.

<sup>130</sup> Canoagem-Slalom é um esporte em que os canoístas enfrentam correnteza e contornam os obstáculos em velocidade.

golfe, que receberam o dobro). No total foram distribuídos 500 000 dólares em bonificação, pago pelo contribuinte paranaense”.<sup>131</sup>

Para a realização dos Jogos Mundiais da Natureza foram implantados distritos turísticos dotados de infra-estrutura básica, em locais estratégicos ao longo das margens do Lago de Itaipu. Esses distritos estão localizados nos seguintes municípios: Itaipulândia, Santa Helena, Entre Rios do Oeste e Marechal Cândido Rondon. “A implantação dos distritos turísticos vai conciliar o uso turístico com o uso agropecuário da região, as áreas urbanas, as possíveis indústrias que ali venham a se instalar e medidas de proteção ao meio ambiente. O governo promete que cada distrito se tornará em área propulsora de ocupação, oferecendo equipamentos e serviços turísticos, habitações, comércio, marinas etc”,<sup>132</sup> (ver anexo nº 11).

Pelo relatório do Costa Oeste - Versão Preliminar, 1997, cada Distrito Turístico terá o seu próprio zoneamento de uso do solo, onde serão identificadas as áreas de proteção. Em áreas urbanas já existentes, tanto nos Distritos Turísticos como na faixa de uso restrito, serão objeto de uma legislação específica.

Ainda segundo este relatório, o planejamento urbano deverá se adequar às diretrizes relativas à Costa Oeste, tanto no que se refere ao crescimento urbano como ao sistema viário e uso do solo.

Em nome do turismo, as áreas urbanas próximas aos Distritos Turísticos, e que servirão como apoio às mesmas, sediarão preferencialmente as atividades complementares e de apoio ao turismo, tais como escritórios, depósitos, comércio de médio e grande porte, oficinas, habitações para funcionários, entre outros. O Projeto Costa Oeste prevê estes empreendimentos de turismo nesta região.

O comitê, composto por 550 integrantes, informou que estiveram dando cobertura ao evento 250 jornalistas de órgãos renomados. “Dez equipes farão a cobertura para a Rede Globo e cinco para a Rede Bandeirantes de Televisão. Também está definida a contratação da agência Reuters, que transmitirá imagens para 1500 canais de TV de todo o mundo. Está sendo contratada a mesma agência fotográfica que cobre a Fórmula 1, para enviar fotos para os jornais e revistas do mundo inteiro.”<sup>133</sup>

---

<sup>131</sup> Jornal Gazeta do Paraná, 05/10/97

<sup>132</sup> Jornal “O Presente”, Mal. Cdo Rondon, 25/07/97, p.56

<sup>133</sup> Jornal “O Presente”, 22/08/97. p.41.

Mas, alguns percalços têm colocado em dúvida o planejamento pleno dos Jogos Mundiais da Natureza. Vinte e cinco agricultores que possuem terras nos locais onde estão sendo implantados esses distritos turísticos não foram indenizados no prazo previsto pelo governo do Estado. O acordo previa que o pagamento pelas terras seria efetuado em, no máximo, quarenta dias.

Alguns jornais<sup>134</sup> da região noticiaram essa questão das desapropriações. Demonstrando muita indignação pelo não cumprimento do acordo, “(...) os agricultores ameaçavam bloquear acessos aos distritos turísticos se o pagamento pelas terras não for efetuado nos próximos dias.”<sup>135</sup>

A prática do Estado em não cumprir acordos, firmados por indenizações a pequenos agricultores, tem se repetido nesta região desde a construção da hidrelétrica de Itaipu, conforme visto no capítulo I, demonstrado por Germani (1982).

Em nome do crescimento econômico que poderá vir com estes jogos mundiais e mais efetivamente com o Projeto Costa Oeste, novamente se aposta em convencer a opinião pública de que é preciso fazer um “sacrifício” em prol do desenvolvimento. Em Itaipulândia, onde está localizado um dos quatro distritos turísticos, a expectativa do evento foi grande, como demonstra o jornal a seguir:

*A comunidade acredita que os jogos trarão grandes mudanças econômicas para toda a região, auxiliando diretamente no desenvolvimento e fortalecimento do município. Como esta será a primeira edição dos jogos, os moradores de Itaipulândia ainda não tem opinião formada em relação ao evento, mas quase todos acreditam que a partir de sua realização, haverá uma grande mudança positiva no desenvolvimento regional, principalmente no aspecto econômico, com o surgimento de novos empreendimentos comerciais que o evento terá a nível nacional e mundial.*

*A população de Itaipulândia está buscando novas alternativas e maneiras viáveis para participar da organização e preparação do evento, chegando a garantir o envolvimento de 100% da comunidade na realização dos jogos.*<sup>136</sup>

---

<sup>134</sup> É o caso do jornal “O Presente” (Mal. Cdo. Rondon), Gazeta do Paraná (Cascavel) e também do jornal A Cidade (Toledo).

<sup>135</sup> Jornal “O Presente”. Mal. Cdo. Rondon, 20/06/97. p.33.

<sup>136</sup> Jornal “O Presente”, 20/06/97.

Não só Itaipulândia viveu a euforia dos Jogos Mundiais da Natureza como também outros municípios, como Santa Helena, estão convencidos de que o caminho para o crescimento econômico é o turismo como demonstra a matéria a seguir:

*A administração de Santa Helena, acreditando no potencial turístico do município, está auxiliando em tudo o que pode para a implantação do distrito turístico, cujo projeto é do governo do Estado. 'Nós acreditamos no sucesso dos Jogos Mundiais da Natureza e estamos preparando Santa Helena para aproveitar este momento histórico, objetivando explorar ao máximo esta oportunidade, para consolidar o turismo como nova fonte de riquezas para o município', diz o prefeito Silom Schmidt(...) transformar o município em cenário para grandes eventos e uma oportunidade rara para investidores de todo o mundo no setor turístico. 'Vamos passar a explorar com maior firmeza o turismo ecológico, o turismo esportivo, o turismo náutico, o turismo rural, o turismo de entretenimento e temático, o turismo de eventos e muitas outras alternativas', diz do prefeito.<sup>137</sup>*

Carlos, que atribui papel importante à mídia na produção do turismo, afirma que “jornais, revistas e a televisão voltam-se para a criação (?), manipulação de desejos e gostos; ao precisar, especificar e, orientar escolhas, produzem um modelo geral do estar satisfeito como consumidor de lazer.” (1996, p.34).

É no “embalo da onda” ecológica que o governo do Estado, através do sr. Jaime Lerner, aposta em produzir *marketing*,<sup>138</sup> “sensibilizando” a população por uma causa que “comove a todos”. Lerner, conhecido como o idealizador da “Capital Ecológica”, Curitiba, busca interiorizar pelo Estado este emblema. Os Jogos Mundiais da Natureza, no oeste do Paraná, vêm ao encontro deste propósito.

Além de unificar o discurso das lideranças do oeste paranaense, esta força extraordinária da mídia tem sido capaz de arregimentar “exércitos” de mão-de-obra para “trabalhar de graça” para o governo promover estes jogos. É o caso de alunos de 2º e 3º graus da rede estadual, “voluntários”, ou melhor, voluntários induzidos que vão prestar suas contribuições para o “bom desenvolvimento e crescimento da região.”

---

<sup>137</sup> Jornal “O Presente”, 08/08/97.

<sup>138</sup> Conforme os Jornais já citados e o prospecto dos Jogos que está em anexo nº11.

Associando a natureza ao esporte, os Jogos Mundiais da Natureza através de um apelo publicitário, emanado do turismo, têm aprimorado suas estratégias de consumo a partir da necessidade de “solucionar” problemas ligados ao desemprego, baixa renda de algumas camadas sociais, etc.

Já na década de 80, o turismo ecológico passou a ser mais uma fonte de um ideário capitalista, no qual a natureza passou a ser mais um produto de consumo, denominado também de ecoturismo.<sup>139</sup> Em qualquer lugar o turismo revoluciona, transformando anecúmenos em sítios sofisticadamente urbanos. A Amazônia é um exemplo. No oeste do Estado do Paraná o turismo ecológico promete revolucionar a costa oeste. O cerimonial preparado para abertura dos Jogos Mundiais da Natureza parece ter sido o primeiro passo.

Enquanto personalidades e convidados assistiam à solenidade de abertura do jogos, no dia 27 de setembro de 1997, outro grupo representado por professores, trabalhadores rurais sem-terra, sem-teto e servidores públicos eram impedidos de se manifestarem contra a política do governo do Paraná (ver fotos n.º 23 e n.º24). Um dia antes desta abertura, o governador Jaime Lerner, na inauguração da base náutica de Porto Mendes em Marechal Cândido Rondon, dizia que: “Em todo piquenique tem o espírito de porco que quer pôr formigas no cesto dos outros”, ao referir-se sobre a intenção da realização de manifestações e protestos durante a abertura dos Jogos Mundiais da Natureza.

Com um forte aparato militar, bloqueou-se a rodovia das Cataratas, nas proximidades do Hotel Carimã, em Foz do Iguaçu, não permitindo que os manifestantes chegassem até onde estava ocorrendo a cerimônia de abertura, nas Cataratas do Iguaçu. O INFORMATIVO (ver anexo 12), distribuído na manifestação, representa o protesto e a indignação do grupo de manifestantes contra a política do governo Lerner.

---

<sup>139</sup> “(...) um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica para o gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar seu sustento e uma vida melhor, ao mesmo tempo em que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza.” Diretrizes para uma Política Nacional do EcoTurismo, 1994. Ainda, este mesmo documento conceitua o ecoturismo, para os fins de implementação de uma política nacional, como sendo: “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.” p.19

Foto n.º 23 - Manifestantes protestando no dia da abertura dos Jogos Mundiais da Natureza. 27.09.97



Foto: Jairo Portugal - Jornal Gazeta do Paraná

Foto n.º 24 Idem



Foto: Jairo Portugal - Jornal Gazeta do Paraná

Repetindo o feito da Rio-92, de “varrer” a pobreza da cidade para recepcionar visitantes na Conferência Mundial do Meio Ambiente, o governo do Paraná, juntamente com a administração local, tratou de recolher todos os mendigos da cidade de Foz do Iguaçu para receber o Presidente da República e demais convidados para prestigiarem a cerimônia de abertura dos Jogos Mundiais da Natureza (ver fotos n.º 25 e n.º 26).

Como estratégia de divulgar a região oeste do Paraná, os Jogos Mundiais da Natureza atingiram este objetivo. A presença das imprensas nacional e internacional, encarregadas de cobrir os jogos, “pagas” com o dinheiro público, colocaram esta região em evidência.

Até o início do mês de novembro, alguns hotéis da região onde ficaram hospedados os jornalistas e atletas dos Jogos Mundiais da Natureza, não haviam, ainda, recebido o pagamento do governo do Estado. “O governo deve R\$569.380,79. Os valores representam diárias e refeições fornecidas por 25 hotéis da região. O Hotel Carimã por exemplo, hospedou cerca de 200 jornalistas (...). Segundo assessoria de imprensa do governo, os Jogos Mundiais da Natureza custaram cerca de R\$45 milhões, incluindo infraestrutura. O Sindicato dos Hotéis estima que os gastos chegaram a R\$78 milhões.”<sup>140</sup>

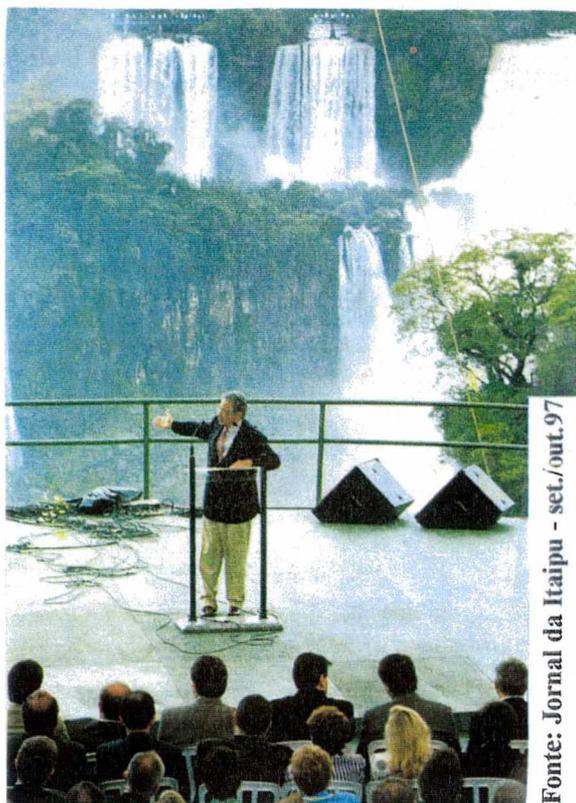
Os municípios que foram contemplados com a infra-estrutura de bases náuticas para realizarem os jogos, criaram uma grande expectativa no período destes jogos. Mas para a estrutura montada, como exemplo as bases náuticas (ver fotos n.º 27 e n.º 28), espera-se que seja utilizada para outros eventos, no entanto, hoje, dezembro de 97, estão abandonadas.

A estrutura montada para as bases náuticas é um indício de que os Jogos Mundiais da Natureza produziu um impacto na natureza, considerando o volume de árvores que foram destruídas para a sua construção. A natureza colocada aqui como principal objeto de atenção deverá ser retomada com o Costa Oeste, para que sejam medidos todos os possíveis impactos ambientais com a atividade turística, senão será mais uma vez usada como um “ecologismo” de discurso de palanque.

---

<sup>140</sup> Jornal A Gazeta do Iguaçu, 06/11/97.

Foto nº 25 - Presidente Fernando Henrique Cardoso discursando na abertura dos  
Jogos Mundiais da Natureza



Fonte: Jornal da Itaipu - set./out.97

Foto nº 26 - Outras autoridades na abertura dos Jogos Mundiais da Natureza



Fonte: Jornal da Itaipu - set./out.97

A projeção dos Jogos Mundiais da Natureza a nível local e global, permite que seja debatido, considerando as atenções do Estado para esta região, a questão da globalização associada ao turismo e ao território.

**Foto n.º 27 - Base náutica em construção de Itaipulândia agosto/97**

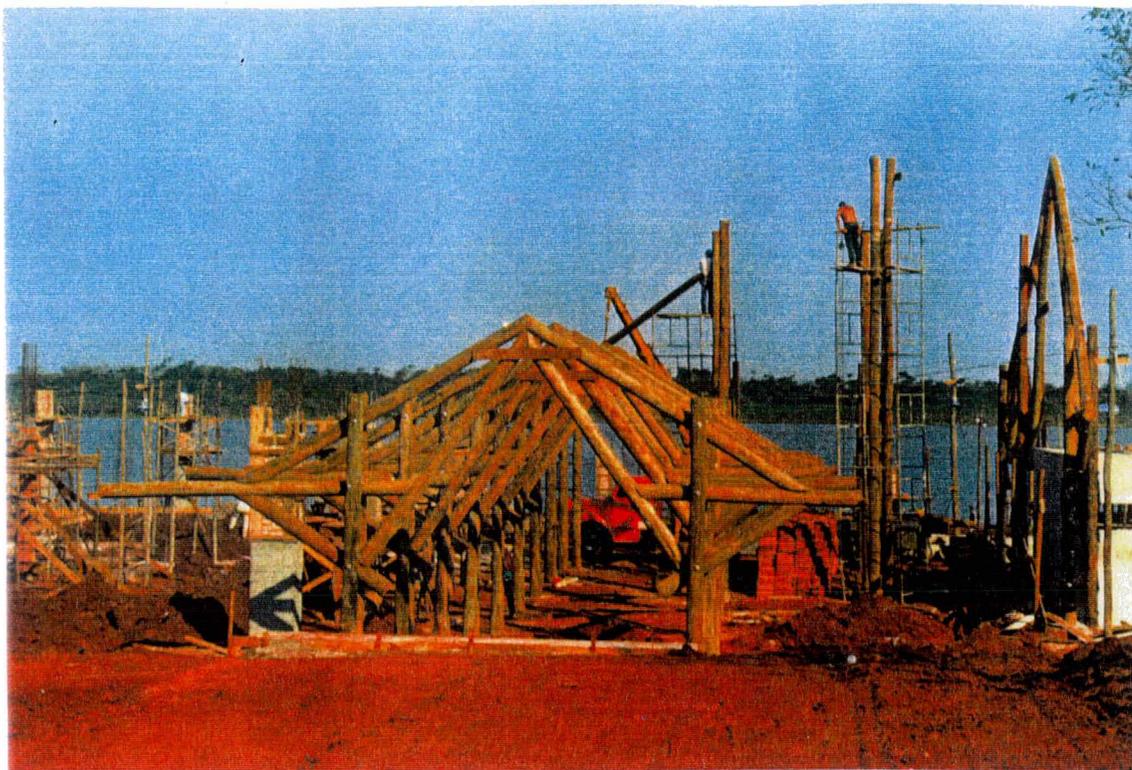


Foto: Rogério Thomas - Jornal O Presente

**Foto n.º 28 - Base náutica de Guaíra - set.97**



Foto: Rogério Thomas - Jornal O Presente

### 3.3 - Globalização: Turismo e Reterritorialização

Muitos municípios brasileiros estão programando suas receitas através do turismo, que passou a ser uma fonte a mais de renda. Difundido por diversos meios, o turismo tem recebido maior atenção por aqueles que estão esgotando suas capacidades de gerar divisas financeiras, como também daqueles que não conseguem resistir às crises do mercado atual, fazendo deste mais uma opção. No entanto, como uma atividade em expansão, o turismo é determinado, “principalmente, por dois processos que se complementam e interagem. Um processo é de caráter histórico-cultural e, o outro, é de caráter sócio-econômico. Historicamente, a prática turística possui suas raízes na mobilidade espacial que caracteriza a sociedade humana desde há muitos séculos.”<sup>141</sup>

São recentes os trabalhos científicos sobre o turismo. Principalmente, aqueles que teorizam num viés crítico tentando desmistificar esta atividade que tem se difundido como uma panacéia.

Alguns nomes da Geografia e da Sociologia estão aceitando este desafio de interpretar esta prática mercadológica sem submeter-se à ideologia dominante, como é o caso de Adyr A. B. Rodrigues, Arlete Moisés Rodrigues e Eduardo Yázigi.<sup>142</sup> Para este autor, a segunda metade do século XX vem assistindo à degradação da paisagem, não só devido ao turismo é verdade, mas a todas as formas vorazes do capitalismo específico de nosso país.

Usufruindo da paisagem, o turismo cria cada vez mais territórios<sup>143</sup>, como reterritorializa<sup>144</sup> outros, numa nova concepção de exploração turística; moderniza o uso do território com novos equipamentos ou novas tintas que darão um colorido novo ao visual que deverá ser consumido pelo turista. Como também, mais infra-estruturas são

<sup>141</sup> Silveira (1997, p.96).

<sup>142</sup> Este autor coordenou o Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo “Sol e Território”, em julho de 1995 na USP.

<sup>143</sup> “A de geografia política e de geopolítica, ela voltou a ser utilizada, e hoje concorre com termos tradicionais, como *espaço* e *região* ... O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre à idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.” Andrade (1995: p.19).

<sup>144</sup> Entendido como a formação de novos territórios, que são formados “sobre os escombros das desterritorialidades, da luta de classes ou das novas fontes espacializadas de produção de mercadorias.” Neves (1996, p.273).

montadas para dar suporte ao conforto do turista, ou àquele que “se permite chamar de usuário”<sup>145</sup>, no dizer de Milton Santos.

Antes mesmo da formação do Lago de Itaipu já se previa um consumidor turístico desta paisagem<sup>146</sup>. Embora já houvesse uma difusão do turismo é evidente que hoje se dispõe de maiores recursos, seja através do *marketing*, que está mais organizado que outrora, ou seja pelos modernos dispositivos de comunicação, inerentes à globalização.

Enquanto paradigma da atual conjuntura econômica mundial, a globalização possibilita relacioná-la ao turismo, pois

*a análise do mundo moderno coloca-nos diante de uma série de desafios decorrentes das transformações aceleradas provocadas pelo processo de globalização como produto de desenvolvimento do capitalismo que destrói barreiras e ultrapassa obstáculos, como consequência de sua realização. E, cada vez mais, o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas como a do turismo, pois neste processo o espaço tem papel fundamental na medida em que cada vez mais entra na troca, como mercadoria.*<sup>147</sup>

Além da relação com o turismo, a globalização também permite rever o papel do Estado, que “é apontado como gigantesco, gastador e intervencionista. O livre funcionamento dos mecanismos de mercado seria capaz não só de corrigir as distorções passadas como também constituir a via pela qual o país ingressaria no Primeiro Mundo. Propõe-se conciliar crescimento econômico com eliminação do déficit público.”<sup>148</sup> Esta tem sido uma das justificativas para cada vez mais ausentar o Estado das atribuições de controlar a economia de mercado, dentro de uma concepção “modernizante” chamada de neoliberalismo, e este “é outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços - democracia de mercado e neoliberalismo - são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contigüidade, na vizinha

---

<sup>145</sup> “Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”. Santos(1993, p.13)

<sup>146</sup> “A proximidade da cidade ao Lago de Itaipu, ao Parque Nacional, às Cataratas do Iguaçu, assim como sua vizinhança imediata aos rios Paraná e Iguaçu, definem por si só sua incontestável vocação de cidade-lazer, desempenhando importante papel numa estrutura global de turismo, uma vez que aí é que deverão acontecer as atividades do lazer urbano, apoio imprescindível ao lazer que é proporcionado pelas Cataratas, Parque Nacional e Lago de Itaipu.” Referência em Planejamento, 1976.

<sup>147</sup> Carlos (1996, p.25).

<sup>148</sup> Piquet (1990, p.77).

solidária, isto é, no território compartilhado”.<sup>149</sup> Já para alguns empresários e representantes de cargos importantes do Estado é reproduzida a máxima de que “a globalização dá certo para quem se prepara”.

Acompanhada de um discurso neoliberal e modernizador, a globalização impede o desenvolvimento autônomo, destruindo, inclusive, ambientes utilizados como recursos turísticos.<sup>150</sup>

Articulado com a globalização, o Mercosul<sup>151</sup> é parte das “estratégias de integração regional, os novos subsistemas do capitalismo mundial. Integração articulada por governos e empresas, setores públicos e privados, conforme as potencialidades dos mercados, dos fatores da produção ou das forças produtivas, de acordo com os movimentos do capital orquestrados principalmente pelas transnacionais.”<sup>152</sup> A movimentação do Mercosul, portanto, parece estar ligada apenas às atividades econômicas, pois tem sido, preponderantemente, “uma integração comercial, cujo principal ator é o empresariado regional. Assim, as decisões sobre novas localizações, fusões, aquisições, níveis de proteção têm buscado quase somente aumentar a eficiência do setor produtivo ao menor custo possível, como condição de competitividade face a uma estratégia de abertura ao mundo, encarada como inelutável.”<sup>153</sup>

Observando as contradições do crescimento turístico nos limites fronteiriços do Mercosul, percebe-se uma

*exploração das suas potencialidades turísticas, que não pode obedecer passivamente à lógica perversa do capitalismo internacional. Qualquer política do turismo para a região deve ser apoiada em mecanismos efetivos e eficazes que promovam um desenvolvimento socialmente justo e*

<sup>149</sup> Santos (1996, p.19).

<sup>150</sup> Gallero (1996).

<sup>151</sup> No dia 19 de Julho de 1997 realizou-se em Cascavel-Pr. a XVI Reunião do Fórum Permanente dos Prefeitos de Cidades do Mercosul, o primeiro realizado no Brasil. Foi um encontro de prefeitos de cidades que integram o Tratado de Assunção, que envolve o Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Argentina. O Tratado foi firmado em março de 1991, criando o Mercado Comum do Cone Sul. Visando debater problemas comuns aos cinco países, o Fórum objetivou “discutir as dificuldades alfandegárias em torno da agropecuária; saúde, como epidemias nas fronteiras, atendimento de saúde pública a estrangeiros e o pagamento destes serviços; qualidade e custo adequado para o transporte urbano; tecnologia, um dos temas mais explorados, envolvendo sua influência na verticalização industrial e busca de novos mercados; globalização da economia; integração regional e políticas culturais; questões relacionadas ao meio ambiente como coleta e destinação do lixo urbano, preservação e recuperação de áreas verdes; integração também na área educacional; trabalho integrado na questão de divulgação dos pontos turísticos dos cinco países.” Revista Oeste, ano XII, nº 125.

<sup>152</sup> Ianni (1996, p.81).

<sup>153</sup> Lahorgue (1997, p.49).

*ambientalmente prudente, ou melhor, um desenvolvimento econômico e social que proporciona bem estar e distribuição da riqueza para as sociedades locais e conserve o meio ambiente.*<sup>154</sup>

A busca desse equilíbrio entre o econômico e social se depara com a política de um Estado que estabelece benefícios essencialmente econômicos. Assim, segundo o programa apresentado pelo Governo do Estado:

*A região Oeste é o cenário ideal para promover um espetáculo grandioso. A localização estratégica na porta da entrada do Mercosul e limite com as três fronteiras, Brasil, Paraguai e Argentina, amplia as oportunidades de investimentos. Também a proximidade com Foz do Iguaçu, o principal pólo turístico do Paraná, as Cataratas do Rio Iguaçu, a Hidrelétrica de Itaipu, maior fonte de energia elétrica do planeta, e a vizinha cidade de Ciudad del Este, no Paraguai, são pontos favoráveis para atrair inclusive o turismo internacional.*<sup>155</sup>

Acrescenta o programa, “(...) a situação geo-econômica estratégica no Mercosul - mercado comum de duzentos milhões de consumidores.”

Esta homogeneidade entre os países do Mercosul é contestada por Arroyo (1996): “quando se apontam as assimetrias existentes entre os quatro países se utilizam dados de população, produto, emprego, consumo de energia, a partir de cifras globais que escondem fortes disparidades regionais e setoriais. Como se todos os habitantes tivessem um patamar de consumo que permitisse sua inserção no mercado consumidor.”<sup>156</sup>

O turismo é uma atividade essencialmente econômica<sup>157</sup>, que mais cresce no mundo<sup>158</sup> e que gera empregos, aumenta a renda e a entrada de divisas estrangeiras,<sup>159</sup> mas também é “incontestavelmente, um fenômeno político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais. Movimenta, em nível mundial, um enorme volume de pessoas e de capital, inscrevendo-se materialmente de forma cada vez mais

<sup>154</sup> Silveira (1997, p.102).

<sup>155</sup> Projeto Costa Oeste, 1997, p.75.

<sup>156</sup> Arroyo (1996).

<sup>157</sup> “Sabemos, com certeza, que o turismo representa, hoje, uma das mais importantes formas de reprodução de capital e de captação de divisas no comércio internacional. É reconhecido como uma atividade que se presta muito à lavagem do dinheiro de narcotráfico, do jogo, da sonegação de impostos, da corrupção.” A. A. Rodrigues (1996:p.18).

<sup>158</sup> “A indústria do turismo é, na atualidade, a atividade que apresenta os mais elevados índices de crescimento no contexto econômico mundial. Movimenta cerca de US\$3,5 trilhões anualmente e, apenas na última década, expandiu suas atividades em 57%.” Diretrizes Para Uma Política Nacional, 1994. p.11

<sup>159</sup> Programa Nacional de Municipalização dos Municípios - MICT. 1992, p.19.

significativa ao criar e recriar espaços diversificados.”<sup>160</sup> Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo, que congrega as maiores empresas multinacionais do setor, o mercado turístico, como um todo, empregou, em 1994, 200 milhões de pessoas, aproximadamente. Contudo, se se observar o quadro social das principais cidades turísticas do Brasil constatar-se-á a má distribuição dos números arrecadados, como também a pouca participação das camadas sociais menos favorecidas que têm acesso à atividade turística.

Apesar disto, estão buscando a democratização do Turismo interno objetivando “resgatar a sociedade brasileira do isolamento e do abandono dos princípios de igualdade e oportunidade, tem-se a preocupação de promover ações direcionadas para possibilitar que as populações marginalizadas no mercado turístico, seja por motivo econômico ou contingências, tenham acesso ao turismo doméstico.”<sup>161</sup>

No intuito de ampliar os segmentos de consumo do turismo interno, o MICT/EMBRATUR, dentro de suas Diretrizes e Programas, estabelece os seguintes programas:

- 3º idade - Clube da Maior Idade;
- albergues da Juventude;
- turismo Social - Turismo do Trabalhador;
- turismo Estudantil;
- programa de Revitalização das Estâncias Turísticas;
- criação de Caminhos Turísticos (Ex: Rota Romântica e Linha Verde);
- turismo Cidades Irmãs;
- fortalecimento de eventos com abrangência regional e nacional;
- turismo Rodoviário - “*Brazil by Bus*”;
- aproveitamento de prédios e fortalezas históricas;
- programa Menino de Rua

Espera-se que esta lista de programas venha a ser efetivada, mesmo não sabendo como eles serão operacionalizados, mas já pressupõem “(...)uma articulação com o empresariado privado e deverão utilizar-se do período de baixa estação para que tenham custos reduzidos e acessíveis.”<sup>162</sup>

---

<sup>160</sup> Rodrigues, Adyr (1996, p.17).

<sup>161</sup> Política Nacional de Turismo - Diretrizes e Programas 1996-2000 (1996, p.22)

<sup>162</sup> Idem, p.22

Diante das intenções de democratizar o turismo, questiona-se se o Projeto Costa Oeste deverá contemplar efetivamente a população inserida nesta região, que ensaia uma nova territorialidade a partir dos Jogos Mundiais da Natureza. A construção de um território permite uma

*(re)leitura do território, implica (re)tomar a metáfora espacial, sem contudo fetichizá-la. Significa compreender o que envolve estas alterações ou redesenhos dos Estados-Nações e das diferentes confederações (ONU, GATTI, União Europeia, Mercosul etc.). Assim, a globalização da economia que implica desterritorialização dos indivíduos, implica redesenho das formas de apropriação e produção do espaço, (re)dedinido o poder de espaços territoriais e construindo uma reterritorialização.*<sup>163</sup>

Tendo como base econômica o turismo, o impacto na economia do Oeste do Estado do Paraná é outro aspecto que merece ser debatido, principalmente porque a Geografia está disposta a este enfrentamento, considerando que:

*A questão da espacialidade, da territorialidade brasileira, é sempre deixada de lado nas discussões políticas brasileiras e nas formulações dos Planos e Políticas Públicas. Os discursos produzidos sobre estas questões insistem em ignorar que as características essenciais da economia brasileira, ou melhor dizendo, a formação sócio-espacial brasileira, a formação do território brasileiro, é produto das relações sociais no Brasil. A sociedade e o espaço brasileiros precisam ser considerados concomitantemente. O viés economicista, que há duzentos anos domina a elaboração das políticas econômicas e sociais, no entanto, impede esse tipo de análise e consideração. (Souza, 1996: p.25).*

A região oeste do Estado do Paraná é um exemplo típico de como o Estado<sup>164</sup> tem se servido do território, e monopolizando-o, fazendo com que, hoje, os municípios lindeiros se agrupem em nome de um projeto que promete prosperidade econômica. É o turismo como mola propulsora da economia destes municípios.

Não desprezando a importância do turismo para esta região, mas há necessidade de se repensar uma forma menos hostil do turismo, como “(...)a análise da

<sup>163</sup> Rodrigues (1995, p.59).

<sup>164</sup> “O Estado, sobretudo o autodenominado Estado liberal, está a serviço das empresas e, conseqüentemente, do jogo de interesses e da capacidade de cooptação das mesmas que disputam territórios e mercados. Daí a necessidade de se encarar o território e, conseqüentemente, a territorialidade, como categoria temporária, de vez que no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se acha em constante transformação.” Andrade (1996:p.220).

produção e consumo destes espaços e destas mercadorias para compreender que esta é a atividade que deveria preservar a fonte de lucro e renda; contudo, como todas as atividades do modo de produção capitalista, destrói as próprias condições de produção.”<sup>165</sup>

A análise do turismo e de sua dimensão territorial é um dos meios de (re)pensar esse fenômeno multiforme e inapreensível, marcado pelo peso dos interesses econômicos.<sup>166</sup> Existem três tipos de situações na relação entre turismo e território: podem existir territórios sem turismo; pode existir também um turismo sem território e podem, enfim, existir territórios turísticos.<sup>167</sup> Esta última situação, que deverá ocorrer na costa do oeste do Paraná, é a que interessa a este trabalho, pois, são territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores. Isto traz problemas delicados de planejamento, já que não é somente os espaços que se planeja, mas toda a sociedade.<sup>168</sup>

Não havendo turismo sem turistas, Knafou (1996) nos remete àquilo que Carlos (1996) chama de “Indústria do Turismo”, pontuando os seguintes aspectos: “se recusarmos as idéias prontas; se recusarmos o domínio exclusivo do mercado sobre esta atividade humana que é um importante meio de desabrochamento do indivíduo e se tentarmos colocar um pouco de ordem num fenômeno multiforme, teremos então feito um pouco de progresso.”

Outrora, remetendo-se ao período da construção da Itaipu, Vainer (1996, p.25) já se reportava às novas territorialidades dizendo que “a dissolução das velhas economias regionais e, conseqüentemente, das circunscrições territoriais que referenciaram os velhos regionalismos é necessariamente, a construção de novas territorialidades e a imposição de novos recortes. Os pólos, os grandes projetos, por exemplo, engendram, eles mesmos, as suas regiões: aí estão a região de Carajás, a região de Itaipu ou Sobradinho”.

Territorialidade que é encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de

---

<sup>165</sup> Rodrigues (1996).

<sup>166</sup> “O turismo poderá movimentar mais de R\$ 1 bilhão por ano no Oeste do Paraná. Este é um dos objetivos do projeto ‘Costa Oeste’, que envolve o governo do Estado e as prefeituras e comunidades dos 15 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu.” Jornal “O Presente”. Mal. Cdo Rondon, 25/07/97. p.56

<sup>167</sup> Knafou (1996)

<sup>168</sup> Idem.

conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado.<sup>169</sup>

Com o intuito de fomentar a economia regional, o domínio do território pelo governo do Estado passou a ser prioridade para garantir algum êxito com o Costa Oeste. Porém, sabe-se que bancos internacionais estão liberando recursos/financiamentos para projetos que contemplem principalmente o Meio Ambiente e também para aqueles que estejam ligados ao Turismo.

Sinalizando os efeitos que a territorialização do turismo poderá provocar, o governo anuncia: “o desenvolvimento do turismo na Costa Oeste certamente causará impacto em algumas áreas urbanas, principalmente nas áreas próximas ao lago, que precisam ser preparadas para responder às suas novas funções, segundo as suas vocações e potencialidades.” Costa Oeste - Plano Preliminar, (1997, p.55).

Instituindo-se o turismo como um setor promissor de atividade econômica para estes municípios lindeiros, os *royalties* da Itaipu poderão ser utilizados também como uma fonte de investimentos.

### 3.4 - *Royalties*

A presença dos municípios às margens do Lago de Itaipu assegura-lhes outra fonte de receita, dentre outras, a níveis estadual e federal. É a compensação financeira a estados, municípios e órgãos federais que têm direito a *royalties* pelo aproveitamento hidráulico da Bacia do Rio Paraná para a geração de energia elétrica. Os 15 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu receberam no mês de maio de 1997 a parcela de US\$5,52 milhões. O valor deste repasse representa o pagamento da parcela de março de 97, somado à parcela atrasada de dezembro de 1992.

O pagamento dos *royalties* está previsto pelo Tratado de Itaipu em seu anexo C, mas “os critérios para distribuição dos *royalties* foram estabelecidos pelo Decreto n.º 1, de 11 de janeiro de 1991. Segundo o decreto, 37,7% dos recursos cabem aos municípios lindeiros paranaenses e ao mesmo índice ao governo do Paraná; 8% ao

---

<sup>169</sup> Andrade (1995).

DNAEE; 2% ao SCT; 0,5% a Mundo Novo e 0,5% ao governo do Mato Grosso do Sul, além de 13,5% aos Estados e municípios a montante do reservatório da Usina.”<sup>170</sup>

Divididos proporcionalmente em relação às terras alagadas de cada município, conforme tabela XIV e Figura XI, Santa Helena ficou com uma das maiores parcelas, US\$1,4 milhão, devido aos seus 263,76km<sup>2</sup> alagados. Já Medianeira com 1,16km<sup>2</sup> de terras alagadas recebeu US\$6,2 mil, ver tabela em anexo nº 13, fornecida pelo Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros, referente ao pagamento em 09 de Maio de 1997.

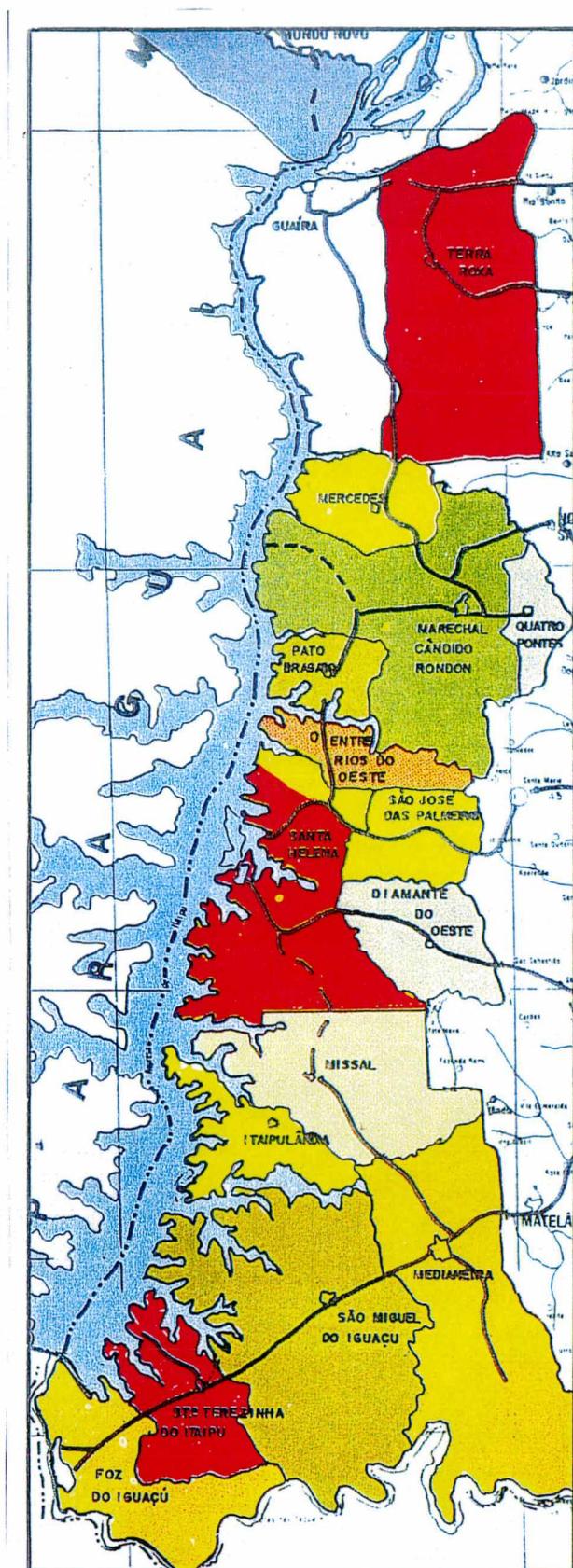
**TABELA XIV - RELAÇÃO DA ÁREA TOTAL E DA ÁREA DESAPROPRIADA DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS. (km<sup>2</sup>)**

Municípios	Área Desapropriada	Área Total	%
Foz do Iguacu	281,04	638,47	44,02
Santa Terezinha de Itaipu	41,90	259,00	16,18
São Miguel do Iguacu	94,35	1.059,66	8,90
Medianeira	1,16	815,00	0,14
Missal	48,97	310,76	15,76
Santa Helena	263,76	746,96	35,31
Diamante do Oeste	5,62	293,20	1,92
São José das Palmeiras	1,94	198,29	0,98
Marechal Cândido Rondon	45,94	575,51	7,98
Guaira	51,01	517,00	9,87
Terra Roxa	1,58	828,53	0,19
Itaipulândia	176,29	333,68	52,83
Mercedes	20,78	142,60	14,57
Pato Bragado	53,10	83,14	63,86
Entre Rios do Oeste	35,61	106,11	33,56

Fonte: Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao L. de Itaipu

<sup>170</sup> Mega News - Informativo da Itaipu Binacional. outubro de 1994.

Figura XI -Localização dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu



Esc.: 1:5.000

Iniciada em janeiro de 1991, a distribuição dos *royalties* a esses municípios tem contribuído para o crescimento de alguns núcleos urbanos.

Através do recenseamento de 1996, o jornal Folha de São Paulo<sup>171</sup>, constatou que dentre os 43 municípios que mais cresceram populacionalmente no Paraná entre 1991-96, o de Itaipulândia ficou, neste ranking, em 14º lugar. A taxa média de crescimento foi de 4,5% ao ano, bem acima da média do Estado (1,2%).

Com uma população de 4.677 habitantes, a receita do município é incrementada todos os meses em cerca de US\$600 mil dos *royalties* da Itaipu Binacional. Ainda segundo esta pesquisa, a receita de Itaipulândia chega a ser até oito vezes maior que a de municípios do mesmo porte. Para o prefeito de Itaipulândia “são os *royalties* os responsáveis pelo nosso desenvolvimento”.

Todavia, o município de Santa Helena, mesmo sendo contemplado com uma boa fatia dos *royalties*, não está na mesma situação que Itaipulândia. “O crescimento alarmante do número de desempregados é apontado pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Romeu Bruxel, e fica evidente nos números do SINE - Serviço Nacional de Emprego(...). A cada mês cerca de 70 pessoas engordam este cadastro, enquanto que o serviço consegue colocar apenas uma média de 5 ou 6 pessoas no mercado de trabalho.”<sup>172</sup>

Retomando o crescimento populacional dos municípios lindeiros, Foz do Iguaçu aparece em 17º lugar deste *ranking* e Santa Terezinha de Itaipu em 20º com 4,0% e 3,3% de crescimento anual, respectivamente.

Este crescimento, entre 1991-96, insere-se numa análise de concepção de novas metrópoles, menores e espalhadas pelo país. “Os novos pólos de atração de migrantes podem ser uma capital, uma cidade média ou mesmo um pequeno município da periferia de uma região metropolitana.” Neste mesmo artigo a intervenção de Milton Santos acrescenta que “O mundo novo criou mais necessidades de serviços e de concentração, porque isso barateia os custos. A tendência é a produção de novas e várias metrópoles.”<sup>173</sup>

---

<sup>171</sup> Folha de São Paulo, caderno Mais, pag.1-9, 16/02/97

<sup>172</sup> Jornal “O Presente”. 04/07/97.

<sup>173</sup> Folha de São Paulo, caderno Mais, pag.1-9, 16/02/97

Em outro artigo no mesmo jornal, Santos demonstra que “o processo atual de modernização leva a que todos os lugares se globalizem, graças à difusão generalizada das técnicas e da informação. (...) o exercício da ação hegemônica sobre a face da Terra não é um dado exclusivo das metrópoles de primeira ordem: sem as outras cidades a economia global não se realiza.”<sup>174</sup>

Os incentivos do município à implantação de indústrias, aliados à proximidade da BR-277 podem justificar o “bom desempenho” destes municípios. Para Santos<sup>175</sup> “A globalização só se instala onde lhe é atraente (...). Estradas rápidas aumentam a fluidez do território. Assim, uma indústria pode se instalar longe da capital e, mesmo assim, ter competitividade para entregar seus produtos.”

Além desses convenientes, poderá significar uma receita a mais para esses municípios limieiros, desde que os recursos dos *royalties* sejam aproveitados de maneira adequada e justa para o município, com a população participando nas decisões de uso do dinheiro público. Assim como a população deve participar na elaboração de planos e projetos de desenvolvimento que dizem respeito, principalmente, ao lugar em que vivem. O turismo é o mais recente projeto de desenvolvimento para esta região em estudo, aliado a outros empreendimentos.

### 3.5 - Outros empreendimentos

Além do Projeto Costa Oeste, outros grandes projetos importantes na configuração regional estão em vias de serem executados: o Portal da Foz, Área de Livre Comércio e Estação Aduaneira de Interior; com a iniciativa do governo do Estado do Paraná, estes projetos poderão influir no Costa Oeste.

O mais antigo desses projetos é o do Portal da Foz, em construção, para onde serão transferidas as aduanas fronteiriças após a criação da Área de Livre Comércio. Criado originariamente em 1986, o Portal afastará a aduana das pontes da Amizade (Brasil-Paraguai) e Tancredo Neves (Brasil-Argentina) para facilitar a fiscalização das importações e exportações, unificando, portanto, as aduanas. Desvirtuado do seu projeto

---

<sup>174</sup> Folha de São Paulo, 13/04/97.

<sup>175</sup> Folha de São Paulo, 16/02/97

inicial, o Portal da Foz, poderá permitir mudanças no fluxo viário da cidade de Foz do Iguaçu, dispensando inclusive a necessidade da construção da 2ª ponte com o Paraguai. As características enumeradas pelo poder público local, justificam, *a priori*, a necessidade do Portal:

*A falta de infra-estrutura, a falta de área para estacionamento de veículos, o trânsito diário com mais de quatro mil trabalhadores paraguaios que militam no Brasil e na Argentina, dos milhares de turistas "bate-e-volta", a movimentação dos ônibus "internacionais urbanos", o crescente aumento das transações comerciais entre o Brasil e o Paraguai gerando maior fluxo de caminhões, e finalmente a chamada "Operação Soja" que consiste na passagem de toda safra paraguaia sobre a ponte com destino ao Porto de Paranaguá foram os fatores preponderantes, entre outros, que levaram as autoridades a buscarem outras alternativas mais viáveis.*<sup>176</sup>

Com o estabelecimento da Área de Livre Comércio, os produtos estrangeiros não pagarão taxas aduaneiras em Foz do Iguaçu, enquanto os nacionais não pagariam IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados (que varia de 5% a 50% dependendo do produto), permitindo o renascimento do "comércio exportador"<sup>177</sup> que praticamente extinguiu-se após a implantação do Mercosul e do Plano Real. "O projeto está sendo visto como uma esperança para a economia de Foz, revitalizando-lhe o turismo, gerando empregos e aquecendo-lhe a economia, com reflexos positivos para toda a região. Foz é uma espécie de referência central do Mercado Comum do Cone Sul - Mercosul, e uma área de livre comércio seria importante mola a estimular o seu desenvolvimento e o de toda área geográfica de sua influência."<sup>178</sup>

Além de Foz do Iguaçu, Guaira também deverá ser contemplada com uma área de livre comércio. "A Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados aprovou o projeto do deputado federal Maurício Requião que cria instrumentos de incentivo ao comércio em Guaira. A aprovação do projeto é o primeiro passo para que a cidade seja transformada em área de livre-comércio."

<sup>176</sup> Projeto Portal da Cidade de Foz do Iguaçu. 1993.

<sup>177</sup> Devido a pouca industrialização paraguaia, criou-se em Foz do Iguaçu uma zona comercial - próxima a Ponte da Amizade, especializada em produtos industrializados para consumo paraguaio.

<sup>178</sup> Jornal O Estado do Paraná, 02/12/97

Se se promove o crescimento do comércio com esta medida, conseqüentemente haverá uma disputa de clientela com as zonas francas internacionais, Ciudad del Este e Salto del Guairá, no Paraguai. Aliviando o tráfego de pessoas e automóveis para estas duas cidades, evidentemente que o sistema viário será outro, em especial em Foz do Iguaçu onde hoje há uma “efervescência” de compristas passando pela Ponte da Amizade.

Mesmo após ser excluído do decreto presidencial que autorizou a instalação de 11 novas Estações Aduaneiras de Interior (Eadi) no país, Foz do Iguaçu quer criar ainda seu “porto seco”. Espera que com a aprovação de mais Eadi o município seja incluído, “incrementando sua economia e gerar novos empregos”. Segundo empresários de Foz do Iguaçu, a cidade se transformará num corredor comercial de importação e exportação. “Acredita-se que a Eadi poderá atrair indústrias para a cidade, devido a facilidade de exportação que proporciona a agilidade na importação de produtos a serem manufaturados.”<sup>179</sup>

Para permitir um melhor fluxo do trânsito da Ponte da Amizade, Brasil e Paraguai discutem há cinco anos a viabilidade de se construir uma segunda ponte entre Foz do Iguaçu e Porto Franco. O protocolo de intenções já foi assinado, mas o Congresso paraguaio suspendeu a licitação internacional. Parlamentares opositores ao governo Juan Carlos Wasmosy denunciaram que duas empresas do presidente e de seus familiares participariam da concorrência pública. O projeto é todo brasileiro, mas a obra deverá(ia) ser construída por consórcios de empresas brasileiras e paraguaias. A licitação foi cancelada porque no Paraguai existe uma lei que impede a participação do funcionalismo em licitações públicas. Na opinião de alguns iguaçuenses, a 2ª ponte não resolveria os problemas existentes hoje, como demonstra o Projeto Portal da Cidade de Foz do Iguaçu: “A criação de uma segunda ponte somente viria a aumentar o contingente fiscalizador, dispersar a atenção e aumentar as despesas, sem contudo, resultar numa fiscalização eficiente.” (1993, p.9).

Todos esses empreendimentos somados deverão proporcionar uma nova configuração urbana a uma região que ficou marcada pelo crescimento econômico advindo

---

<sup>179</sup> Jornal A Gazeta do Iguaçu, 15/11/97

da construção da Itaipu na década de 70. A relação existente entre esses possibilita rever o papel do Estado e da iniciativa privada, quer seja na construção de novos territórios, na aceção do conceito de Neves: “novas fontes especializadas de produção de mercadorias” (1996, p.273) ou ainda na produção urbano/regional. As diretrizes regionais desses empreendimentos fazem parte da política do governo do Estado em relação ao oeste do Estado.

Por se tratar de um projeto recente e que não é totalmente conhecido, o Costa Oeste desperta algumas indagações que deverão merecer um estudo mais aprofundado na medida da sua concretude.

Por estar envolvendo vários municípios, como ficará, a partir da consolidação do Projeto, o poder territorial de cada um município? Será o mesmo que hoje? A abertura de novos mercados, principalmente com o Mercosul, abre perspectivas de novas interpretações numa região composta por municípios que se modificaram ou que nasceram por causa da hidrelétrica de Itaipu. A própria evolução do modo de produção capitalista poderá dar o rumo da investigação se o Projeto Costa Oeste for uma resposta do Estado diante das novas reacomodações do capital.

O nome Costa Oeste está sendo usado pela imprensa para difundir o Projeto Costa Oeste. Assim, os municípios lindeiros ao reservatório de Itaipu tiveram reforçada a cobertura dos assuntos de seu interesse desde março de 96, com o início do programa semanal “Jornal da Costa Oeste”, que vai ao ar todos os sábados às 12:40h pela TV Naipi, emissora do SBT em Foz do Iguaçu. “O Jornal da Costa Oeste dedica atenção especial às iniciativas de Itaipu voltadas aos municípios banhados pelo reservatório, e vem abordando os projetos do governo do Estado para a viabilização do projeto da Costa Oeste para aproveitamento turístico da região do lago.”<sup>180</sup>

Imbuído em ações de prosperar o Costa Oeste, o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu também tem realizado atividades neste sentido. Todos os prefeitos dos municípios que fazem parte do Conselho reúnem-se uma vez por mês para “encontrar alternativas viáveis para o desenvolvimento da região lindeira.” “Criado desde 1989 através de ações incentivadas pelo plano de

---

<sup>180</sup> Jornal de Itaipu, maio de 1996

desenvolvimento integrado da Itaipu, o Conselho tem forte representatividade regional, reunindo além dos municípios lindeiros, associações comerciais, industriais e agrícolas, Câmaras de Vereadores e a própria Entidade Binacional.”<sup>181</sup>

No primeiro encontro da nova Diretoria da Itaipu com os prefeitos lindeiros ao reservatório, novembro de 1995, o Diretor Geral Brasileiro, Euclides Scalco, prometeu manter em dia o pagamento das parcelas dos royalties e buscar parcerias na área de segurança pública para ampliar a fiscalização no lago de Itaipu. Na oportunidade, o então presidente do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, Júlio Morandi, prefeito de Santa Helena, reivindicou, em nome da região, que o Diretor Geral Brasileiro de Itaipu “atue como mediador junto ao Governo do Estado na implantação do Projeto Costa Oeste, que visa explorar o potencial turístico do Lago de Itaipu e seus usos múltiplos, em especial na região dos municípios que margeiam o reservatório.”<sup>182</sup>

Aumentando o tempo de permanência do turista na região, o desenvolvimento do Projeto Costa Oeste poderá ter alcançado um dos seus objetivos, uma vez que faz parte de um “turismo integrado” defendido pelo Estado e pela iniciativa privada.

Passados 15 anos da formação do Lago de Itaipu, novamente se aproxima uma nova configuração espacial num mesmo *locus*. O turismo e todo o aparato que o produz e organiza (empresários, cursos de aperfeiçoamento, secretarias específicas de órgãos públicos etc.), passa a ser o principal agente modelador de um espaço que se reterritorializa, proporcionando, portanto, uma nova feição regional,<sup>183</sup> que deverá produzir impactos como outros que já houve.

---

<sup>181</sup> Canal de Aproximação - Itaipu Binacional, fev. de 1993.

<sup>182</sup> Mega News - Informativo da Itaipu Binacional, Edição de Natal de 1995.

<sup>183</sup> “A indústria do turismo expande-se por todos os cantos e promete as mais diferentes voltas pelo mundo dos museus, palácios e catedrais, monumentos e ruínas, imagens e simulacros. Acelera-se e generaliza-se a movimentação de funcionários, empregados, técnicos, assessores, conselheiros, gerentes e intelectuais, dirigentes de partidos, sindicatos e movimentos sociais, jornalistas, artistas, cientistas de todas as ciências e correntes. Uns e outros desterritorializam-se e reterritorializam-se no âmbito do cosmopolitismo aberto pela globalização.” (Ianni, 1996: p.83).

## Considerações Finais

O papel representado pelos grandes projetos de investimento estatal sobre o território nacional foi a expressão da política econômica do período do autoritarismo militar. Frutos dessa estratégia de crescimento, esses projetos surgiram, muitas vezes, inteiramente desvinculados das condições sócio-econômicas das regiões em que foram implantados.

Assim, as políticas públicas dos governos militares - enquanto ações do Estado através de seus empreendimentos - levaram consigo algumas implicações, como por exemplo o imediato deslocamento de grandes massas humanas para os locais de sua implantação, pela expectativa de emprego que induziram. A geração de postos de trabalho, embora geralmente em número elevado, foi insuficiente para absorver essa força de trabalho que se deslocou em seu rastro. Por conseguinte, as demandas sociais por mais equipamentos de consumo coletivo pressionando o Estado a agir para aumentar os bens de consumo coletivo, segundo a necessidade do crescimento da população urbana.

Como instrumento dessa ação, o Plano Diretor passou a ser valorizado, pois aparecia como panacéia para os males da cidade, tendo como preocupação a elaboração de propostas de intervenção e formas de compreensão dos problemas urbanos.<sup>184</sup> No entanto, o caráter eminentemente político do planejamento, impedia que o Estado interviesse como mediador para amenizar os conflitos sociais de todas as ordens.<sup>185</sup>

Intervindo como empreendedor de projetos na construção de novos espaços urbanos e regionais, o Estado corroborava sua presença na estrutura do sistema capitalista, desencadeada aqui pela represa de Itaipu.

A construção da hidrelétrica de Itaipu proporcionou o início de grandes transformações sociais, econômicas e políticas no cenário regional que gradativamente vem se reorganizando. Enquanto veículo da expansão de novas condições técnicas de produção por todo o território nacional, a Itaipu levou consigo novos problemas sociais a esta região em que se implantou, proporcionando uma dependência do desenvolvimento urbano ao seu sistema produtivo.

---

<sup>184</sup> Ribeiro & Cardoso (1994).

<sup>185</sup> Lojkine (1981)

O processo de urbanização materializou-se especialmente em Foz do Iguaçu, que se tornou uma referência para a região, considerando a sua presença como sede do empreendimento, a fronteira com o Paraguai e Argentina e os atrativos turísticos. No entanto, a multiplicação da miséria em Foz do Iguaçu, no decorrer da construção da Itaipu (1974-1991), tornou-se incompatível com o turismo da cidade, pois os investimentos na estrutura turística não foram suficientes para suprir os problemas gerados pelo déficit público.

Não obstante, a tradição do turismo em Foz do Iguaçu conjugada com a carência dos serviços públicos, confirmava que a riqueza produzida pelo turismo não se converteu em benefício para a população, havendo necessidade de direcionar o planejamento e a gestão territorial do turismo, de forma que suas diretrizes contemplassem todo o conjunto da população, socializando não só os serviços, mas também as riquezas.

Inconformada com a carência dos serviços públicos, a sociedade civil organizou-se em movimentos para reivindicar o que lhe era de direito e para protestar contra o mau uso dos recursos públicos. A força destes movimentos demonstra a necessidade constante da sua organização para impedir abusos do poder público contra a população. Embora em nosso país, historicamente, os recursos públicos sejam usados para perpetuar uma ordem social nitidamente concentradora e excludente, este deve ser o âmbito privilegiado das lutas sociais.<sup>186</sup>

Assim, o Movimento dos Favelados da Beira-Rio, apesar de todas as dificuldades, e, mesmo dos instrumentos que o Estado dispôs para dispersá-los, conseguiu importantes conquistas através de suas lutas. Foi o caráter contestador de Movimento Social, no âmbito das relações sociais.<sup>187</sup>

As políticas públicas nos governos militares, em que o papel do Estado foi de vital importância para a engrenagem do sistema, atribuíram especial valor aos empreendimentos econômicos em detrimento aos sociais. Políticas essas que estão presentes em outros governos, pois há uma carência de projetos nacionais que interliguem tudo: o social, o econômico, o político etc. Assim, no decorrer dos últimos trinta anos os Governos militares e civis têm mantido uma mesma linha política em relação às questões sociais, ou seja, um descaso muito grande em atender a população naquilo que é mais

---

<sup>186</sup> Piquet (1990).

<sup>187</sup> Ammann (1991).

emergente. Há uma busca crescente no sentido de reduzir a responsabilidade do Estado em setores determinantes para a garantia do bem estar social da população. O atual quadro político brasileiro inclina-se para a política neoliberal, desenvolvendo um amplo discurso contra a ação e importância do Estado, como gestor e minimizador dos conflitos e crises sociais.

Portanto, a presença cada vez menor do Estado na educação, na saúde, previdência social, transporte, seguindo uma política neoliberal e inserido no processo de globalização, poderá agravar ainda mais a situação social do país, liquidando o patrimônio público e minando a própria capacidade de ação do Estado no sentido de corrigir distorções sociais que estão cada vez mais crescentes.

Assim como se despertou o turismo na região pelo papel de referência de Foz do Iguaçu, a formação do Lago de Itaipu trouxe uma nova configuração territorial aos municípios “atingidos” pelo Lago. Foi a partir da Itaipu Binacional que se inaugurou um novo cenário regional onde hoje estão presentes novos projetos de mudanças como a reterritorialização conduzida pelo governo do Estado do Paraná através do Projeto Costa Oeste.

O estudo do controle do espaço, a nível regional, é um instrumento de análise que permite abordar a soberania do Estado sobre o território, através de projetos que polarizam recursos tanto do setor público quanto do setor privado, repassando-os às lideranças políticas da região, sem que a população tenha o controle do seu uso.

Os interesses obscuros, tão presentes em empreendimentos públicos, são minimizados pelo discurso oficial que tem se fortalecido com o papel desempenhado pela mídia. Construindo na opinião pública idéias alienantes, a imprensa, que está a serviço dos governantes, desempenha um papel de grande relevância na condução dos interesses políticos.

A apologia do turismo tornou-se comum na imprensa, como também nos meios governamentais, acadêmicos e outros. Dada a sua inegável posição de destaque na economia mundial, é abraçada sem maiores ponderações e preparo. “É o fetiche da mercadoria ‘turismo’ ou natureza comercializada muito mais acentuado que em outras mercadorias de consumo coletivo. Um consumo coletivo da natureza que é ao mesmo tempo a destruição coletiva da mesma natureza. Um consumo coletivo que tem como

principal agente a iniciativa privada e como principal 'regulamentador' o Estado.<sup>188</sup> É preciso se repensar a operacionalidade da atividade turística, buscando uma compreensão da sua totalidade, principalmente no contexto sócio, político e econômico da atualidade brasileira.

Acreditando que o tratamento crítico das repercussões sócio-espaciais do turismo é imprescindível na análise deste agente (re)organizador do espaço, presente nos três grandes empreendimentos aqui analisados - Itaipu, Beira-Rio e Costa Oeste - introduzir-se-á, através de novas pesquisas, uma nova concepção de empreendimentos turísticos numa região que o Estado acha promissora para que se efetive o turismo.

Debater o desenvolvimento econômico-territorial para amenizar os impactos provocados pelo turismo poderá introduzir um novo significado a uma atividade que se mostra, a cada dia, como um fenômeno complexo e de grande força na produção de novos territórios.

Se conduzido, evidentemente, por políticas públicas dispostas a integrar toda a sociedade nas suas realizações, o Estado brasileiro poderá desencadear um processo crescente de efetiva e real transformação.

A região aqui analisada está propensa ao crescimento, haja vista suas riquezas naturais e o potencial econômico advindo principalmente do turismo e da agricultura. São necessárias políticas sérias dos nossos governos e eventuais postulantes, para que os recursos virtuais não sejam comprometidos por políticas públicas desonestas com as verdadeiras necessidades da população.

---

<sup>188</sup> Rodrigues (1996, p.62).

# ANEXOS



## Anexo n.º 2 - Licença de operação para implementação da Beira-Rio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS  
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA-PR

OF. Nº 0024/DITEC/SUPES/PR CURITIBA 06 DE JANEIRO DE 1995.

AO. ILMO. SR.

DR. DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA

M.D PREFEITO MUNICIPAL DA CIDADE DE

FÓZ DO IGUAÇU - PARANÁ

Senhor Prefeito Municipal,

O Superintendente do IBAMA no Estado do Paraná,, no uso de suas atribuições legais, em especial o constante no Artigo 19 § do Decreto 99274 e do processo protocolizado sob o nº 9432/94/SUPES/PR.

RESOLVE

1- Conceder LICENÇA DE OPERAÇÃO à Prefeitura Municipal de Fóz do Iguaçú/Pr, para a implementação das obras / da Avenida Beira-Rio, situada neste Município, com 7.620 metros de extensão;

2- Comunicar que a Licença da Operação está vinculada ao cumprimento integral nos termos dos compromissos assumidos os quais encontram-se anexados ao processo originario

3- Determinar a apresentação de Relatórios Circunscritos semestrais, detalhando a implementação da recuperação ambiental e a realocação das famílias;

4- Este Licenciamento Ambiental, refere-se a complementação da Licença-Prévia nº 846/94 - IAP, de 29/AGO/94, emitida pelo Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, conforme processo protocolizado sob o nº 1.988.049-4 SEMA.

6- Esta licença é válida por 02 (dois) anos.



  
 Eng.º Civil Robert William Albizu Jr  
 Coordenador Técnico Estadual  
 IBAMA. SUPES/PR

  
 Eng.º Flávio Augusto de Almeida  
 Superintendente Estadual de Fóz do Iguaçú



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ofício nº 0030/95-DITEC/SUPES/PR Curitiba, 11 de janeiro de 1.995.

DA: DITEC - Divisão Técnica - IBAMA/SUPES/PR

À : Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/Pr.

ASSUNTO: Autorização de retirada de vegetação para a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/Pr.

Prezados Senhores:

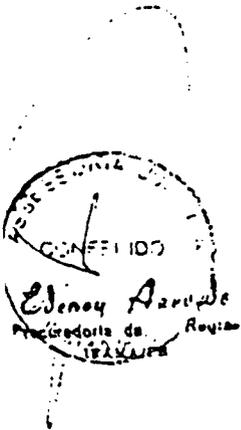
Baseado nos parecer técnicos e jurídicos do Processo nº 6.095/94, para implantação das obras da Av. Beira Rio, neste município, com 7.620 m. de extensão, AUTORIZAMOS esta Prefeitura a promover a retirada de vegetação de 3,92 ha, conforme prevista no Plano de controle e Recuperação Ambiental apresentado, área esta correspondente ao traçado da rodovia.

Esta autorização terá o prazo de validade de 2 anos a contar desta data.

Atenciosamente

Eng.º Civil Robert William Allizu Jr.

Coordenador Técnico Estadual  
IBAMA. SUPES./PR.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ**

- LICENÇA PRÉVIA INº 846/94-IAP - 1 - Validade 29/08/95

O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo visto o conteúdo no expediente protocolado sob nº 1.988.049-4, expede a Licença Prévia de:

2 - Razão social SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE FOZ DO IGUAÇU			
3 - Endereço Avenida Beira Rio			4 - Bairro
5 - Município Foz de Iguaçu	6 - CEP	7 - Corpo Receptor	8 - Bacia Hidrográfica Iguaçu
9 - Atividade Implantação de Avenida.			

**10 - Importância**  
 - Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado no prazo de 30 (trinta) dias, termos da Resolução nº 008/88 do CONAMA.  
 - Esta LICENÇA PRÉVIA tem a validade acima mencionada, observados os dados do cadastro apresentado, devendo ser atendidos os requisitos abaixo.  
 - Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações, expansões no empreendimento, deverão ser licenciadas pelo IAP.

**11 - Observações**  
 Os trechos a seguir, poderá ser dado início às obras:  
 - Entre a Rua Faguadas Verdes e Av. Portugal;  
 - Rua Assis Chateaubriand e Rua Solísio;  
 - Rua Rio Branco e Mal. Mellot;  
 - Vila Santa até a Av. das Morenitas.  
 Para os trechos restantes deverá, para a Licença de Instalação, ser apresentado um Plano de Controle Ambiental, onde deverão ser detalhadas, no mínimo, as seguintes informações:  
 - Justificativa e estudo de alternativa de traçada, visando o aproveitamento de vias já existentes e a definição da área a ser desmatada, e suas implicações;  
 - Reassentamento e desapropriação;

**12 - Requisitos**  
 Os efluentes líquidos da fonte poluidora, poderão ser lançados, direta ou indiretamente no corpo receptor desde atendam as condições abaixo:

Continuação de item 11 - Observações  
 - Áreas e espécies florestais a serem desmatadas;  
 - Projeto de revegetação.  
 Em caso de corte de árvores, deverá ser solicitada Autorização específica, a esse Instituto.

13 - Local e data Curitiba, 29 de agosto de 1994.	
14 - Técnico responsável Eng. Química Geraldo Antônio de Moraes Assessor Técnico	15 - Diretor-Presidente Eduardo Rogério de Mello e Silva Secretário de Estado do Meio Ambiente

Obs.: PARAR EM LOCAL VISÍVEL  
 1º via - Licenciado; 2ª via - Bacia IAP - 3ª via - Escritório Regional

tentada das peças necessárias às autoridades ou aos administradores a quem competer aplicar a sanção.

**Art. 16** - Caso decorridos 60 (sessenta) dias de publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução, o representante do Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave.

**Art. 17** - É sempre permitido às pessoas ou entidades referidas no art. 1º, ainda que hajam contestado a ação, promover, em qualquer tempo, e no que as beneficiar, a execução da sentença contra os demais réus.

**Art. 18** - A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de provas neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

**Art. 19** - Da sentença que concluir pela improcedência ou pela carência da ação, recorrerá o juiz, "ex-officio", mediante simples declaração no seu texto, da sentença que julgar procedente o pedido caberá apelação voluntária, com efeito suspensivo.

§ 1º Das decisões interlocutórias poderão ser interpostos os recursos previstos no Código de Processo Civil.

§ 2º Das decisões proferidas contra o autor popular e suscetíveis de recurso, poderão recorrer qualquer cidadão e o representante do Ministério Público.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 20** - Para os fins desta Lei, consideram-se entidades autárquicas:

- a) o serviço estatal descentralizado com personalidade jurídica, custeado mediante orçamento próprio, independente do orçamento geral;
- b) as pessoas jurídicas especialmente instituídas por lei, para a execução de serviços de interesse público ou social, custeados por tributos de qualquer natureza ou por outros recursos oriundos do Tesouro Público;
- c) as entidades de direito público ou privado a que a lei tiver atribuído competência para receber e aplicar contribuições parafiscais.

**Art. 21** - A ação prevista nesta Lei prescreve em 5 (cinco) anos.

**Art. 22** - Aplicam-se à ação popular as regras do Código de Processo Civil naquilo em que não contrariarem os dispositivos desta Lei, nem a natureza específica da ação.

### LEI Nº 4771 - 15 de setembro de 1965

#### Institui o Novo Código Florestal

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - As florestas existentes no território nacional e as demais formas

de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

**Parágrafo único** - As ações ou omissões contrárias às disposições deste Código na utilização e exploração das florestas são consideradas uso nocivo da propriedade (1).

**Art. 2º** - Consideram-se de preservação permanente (2), pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros (3);

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura (3);

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou parte destas com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais (3);

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação (3).

**Parágrafo único** - No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo (3).

(1) Sobre "uso nocivo da propriedade", ver Código Civil, arts. 554 e 555 e Código de Processo Civil, arts. 275, II, § 2º.

(2) As áreas de preservação permanente são consideradas Reservas Ecológicas, nos termos do art. 18 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e do Decreto nº 89336, de 31/01/84, e osito sob responsabilidade do IBAMA, sucessor da extinta SEMA. Ver também Resolução nº 004, de 18/09/85, do CONAMA.

(3) Aliterado pela Lei nº 7803, de 18/07/89, Ver também Lei nº 7754, de 14/04/89, que estabelece medidas para proteção de florestas existentes nas nascentes dos rios.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURAÇÃO URBANA

#### (ZONEAMENTO)

**rt. 16 -** As áreas dos perímetros urbanos do Município de Foz do Iguaçu, conforme o Mapa de Zoneamento de Uso e Ocupação de Solo Urbano, ficam divididas em zonas, podendo estas serem divididas em setores, sendo denominados:

- a) Zonas Residenciais (ZR),
- b) Zonas Comerciais (ZC),
- c) Zonas Turísticas (ZT),
- d) Zonas Especiais (ZE),
- e) Área Industrial (AI),
- f) Eixos Estruturais,
- g) Setores Especiais.

**Parágrafo Primeiro -** As zonas e os setores são delimitados por Perímetro Urbano, rios, vias ou por divisas de lotes.

**Parágrafo Segundo -** A localização e limites das zonas, segundo uso e ocupação, estão definidos no mapa "Zoneamento do Solo Urbano", na escala 1:10.000, parte integrante desta Lei.

**Parágrafo Terceiro -** A localização e limites dos setores especiais, segundo sua principal destinação, estão definidos nos mapas anexos, na escala adequada, parte integrante desta Lei.

**rt. 17 -** Para cada uma das Zonas ou Setores previstos, se estabelece:

- I - Os usos permitidos e os proibidos, como também aqueles permissíveis sujeitos à análise pela CTU, e que se encontram definidos nas tabelas I e III;
- II - A área e testada mínimas dos lotes, em conformidade com a Lei do Parcelamento de Solo Para Fins Urbanos, definidas nas tabelas II e IV;
- III - Os índices urbanísticos, incidentes sobre o lote, também definidos nas tabelas II e IV;
- IV - Os critérios mínimos que serão observados na aplicação de regimes urbanísticos especiais, como a transferência do direito de construir ou aquele que instituir o "solo criado";
- V - Outras disposições específicas contidas nas seções deste capítulo.

**Parágrafo Único -** O Poder Municipal criará regulamento específico sobre os assuntos de que trata o item IV deste artigo.

**rt. 18 -** O regime urbanístico para os lotes de ambos os lados de uma mesma via que limita Zonas diferentes, será o da Zona de índices urbanísticos menos restritivos, exceto:

- I - Os Setores devidamente regulamentados;
- II - Os lotes da ZEP (Zona Especial de Proteção) e da ZVR (Zona Verde Residencial), destinados à proteção paisagística e dos fundos de vale.

**Parágrafo Único -** O disposto no caput deste artigo somente se aplicará aos lotes com frente ou de esquina para a via em questão, sendo que:

- a) a profundidade do lote em questão, será considerada igual ou inferior à média dos lotes da mesma quadra, e nunca superior a 50 m (cinquenta metros),

existentes, respeitar a vocação do lugar, estimulando a implantação dos diferentes tipos de comércio e serviços em locais cujo grau de adequabilidade seja mais aceitável.

**Art. 23** - Nas zonas comerciais **ZC**, **ZCE** e **SCC**, será tolerada a utilização comum dos centros de quarteirão (miolos de quadra), pelos proprietários dos lotes ali localizados, sendo que:

- a) não desobriga por parte de cada proprietário do cumprimento dos requisitos urbanísticos mínimos, especialmente no referente a estacionamento e área de recreação,
- b) os proprietários serão responsáveis pela conservação e limpeza da área em questão,
- c) haverá pelo menos um acesso à referida área, cabendo ao Departamento de Planejamento Urbano da Prefeitura, estabelecer diretrizes quanto à localização e dimensionamentos mínimos.

### Seção III

#### Das Zonas Turísticas

**Art. 24** - Ficam classificadas as zonas turísticas e assim denominadas:

- Zona Turística Principal (**ZTP**),
- Zona Turística Secundária (**ZTS**);

**Parágrafo Primeiro** - Estas zonas visam garantir o pleno desenvolvimento do potencial turístico do Município e as qualidades ambiental e paisagísticas do lugar.

**Parágrafo Segundo** - As zonas turísticas serão consideradas áreas de interesse especial para o Município sujeitas a detalhamento através de um plano específico. Para todo efeito, observar-se-ão os parâmetros mínimos exigidos nas tabelas I e II, até a aprovação do referido instrumento de planejamento local.

**Parágrafo Terceiro** - O plano de que trata o parágrafo anterior, a ser aprovado pela Câmara Municipal, deverá contemplar, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da extensão total das Zonas Turísticas.

**Parágrafo Quarto** - O plano será elaborado pela Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar da data de publicação desta Lei, e levará em conta o parecer do **COMTUR**.

### Seção IV

#### Das Zonas Especiais

**Art. 25** - São classificadas as zonas especiais e assim denominadas:

- I - De proteção dos mananciais, fundos de vale e áreas verdes significativas:
  - Zona Especial de Proteção (**ZEP**),
  - Zona Verde Residencial (**ZVR**);
- II - Zona de Expansão Urbana (**ZEU**).

**Parágrafo Primeiro** - Na Zona de Expansão Urbana - **ZEU**, os usos e regimes urbanísticos para uma determinada área inscrita em novo loteamento, são aqueles definidos quando da

- b) **INDÚSTRIA DO TIPO B** - Atividades que pelas suas características exigem confinamento em área industrial própria. Subdividem-se em:

**GRUPO 1**

Não poluidoras ou de baixo potencial poluidor e sem odor, não importando a área.

**GRUPO 2**

Indústrias, não importando a área destinada à unidade produtiva, que tenham baixa poluição hídrica e de metais pesados, sejam de mediana poluição sonora e do ar, com fraco odor; devendo tratar os poluentes emitidos.

**GRUPO 3**

Indústrias, não importando a área destinada à unidade produtiva, que sejam de mediano ou alto potencial poluidor do ar e sonoro, com odor e que emanem de baixa à mediana poluição hídrica e de metais pesados.

Estas atividades dependem sempre de prévia anuência da SUREHMA e da aprovação dos projeto de tratamento dos despejos sólidos e líquidos e que irão filtrar partículas em suspensão, condicionando à aprovação o controle da poluição a níveis tolerados, indicados pelo órgão estadual,

- c) **INDÚSTRIA DO TIPO C** - Indústria de alto e altíssimo potencial poluidor do meio ambiente, mediana a altíssima poluição hídrica, que requerem estudos específicos sobre o impacto ambiental e da sua influência negativa para o turismo.

## **CAPÍTULO V**

### **DA PROTEÇÃO DOS FUNDOS DE VALE**

**Art. 56** - Para efeito de proteção necessária aos recursos hídricos do Município, ficam definidas as faixas de drenagem dos cursos d'água ou Fundos de Vale, de forma a garantir o perfeito escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas e preservação de áreas verdes, ressalvadas maiores exigências de lei específica.

**Parágrafo Primeiro** - Todos os lotes às margens, ou que possuam cursos d'água naturais deverão prever uma faixa "non aedificandi" e de proteção de, no mínimo, 15,00 m (quinze metros) para cada lado das margens, observadas as disposições da Lei de Parcelamento e do Código Florestal sobre a matéria.

**Parágrafo Segundo** - Ao longo das margens dos principais cursos d'água do Município, observa-se-á as seguintes faixas de proteção, salvo maiores exigências da legislação superior:

- a) 200,00 m (duzentos metros), para os rios Paraná e Iguazu,
- b) 100,00 m (cem metros), para o Rio Matias Almada,
- c) 60,00 m (sessenta metros), para os arroios M'Boyci e Carimã.

**Parágrafo Terceiro** - Nos cursos d'água canalizados ou retificados dever-se-á prever uma faixa "non aedificandi" de, no mínimo, 5 m (cinco metros) para cada lado das margens.

# UMAMFI

## UNIÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE FOZ DO IGUAÇU-PR.

INSC. NO CEC. SOB NO. 77813251/0001-10.

### RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

E

SEUS RESPECTIVOS

PRESIDENTES.

Julia do Nascimento (Kátia Schimdt)  
Presidenta da UMAMFI - Gestão 95/97.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 591 - Centro - fone: 523-3937 - CEP:85.851-020

Total = 95



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

**PARECER DA COMISSÃO MISTA**  
**DA TOMADA DE CONTAS DO EXERCÍCIO**  
**DE 1995.**

**CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE**  
**TELEVISÃO PARA PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE.**

1- Em 06.07.95, a Secretária Municipal de Comunicação Social emite a Requisição n.º 26799 (RMS) para contratação de emissora de televisão para criação, produção e veiculação de matéria referente às Avenidas Beira Rio, Morenitas, Perimetral e Projeto Costa Oeste.

2- Em 07.07.95, foi emitido o parecer jurídico no verso da RMS, reconhecendo a inexigibilidade da licitação, fundamentado no art. 25 "caput" da Lei 8.666/93, face a alegada "inviabilidade de competição" pelo preço apresentado e quantidade de minutos da veiculação.

3- No dia 10.07.95, foi emitida a solicitação de empenho no valor de R\$ 40.432,08, a favor da Rádio e Televisão Tarobá Ltda., cuja nota de empenho respectiva, n.º 4.529, também foi emitida no mesmo dia conforme o solicitado.

## **CONSIDERAÇÕES**

I- A Lei 8.666/93, estabelece no art. 2º que "as obras, serviços, inclusive de publicidade... quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei".

II- O "caput" do art. 25 sobre o qual se fundamentou o parecer jurídico, estabelece: "É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição".

Todavia, verificando-se o parecer, não se encontra o motivo que fundamentou a condição de "inviabilidade de competição". Não é o caso de produtor exclusivo, não é o caso de única emissora do Município, não é o caso de contratação de profissional de setor artístico, enfim, não há argumentos suficientes que sustentem a inviabilidade de competição. Aliás, a competição é que iria dar condições para a avaliação da razão preço/quantidade propostos, em relação a outros licitantes.

III- Além da falta de licitação, por inexigibilidade, não consta o cumprimento do disposto no art. 26, que estabelece a obrigatoriedade da ratificação da inexigibilidade, bem como, sua publicação na imprensa como condição para a eficácia do ato, além da razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço.

**Enquadramento da Infração** : Lei 8.666/93, artigo 89; Decreto-Lei 201/67, art. 1º, inciso XI.

**NOVE DIAS DE PROVAS.  
UM ESPETÁCULO DO  
PARANÁ PARA O MUNDO.**

Os Jogos Mundiais da Natureza se renovam a cada 4 anos. Sua primeira edição já tem data marcada para o período entre os dias 27 de setembro e 5 de outubro de 1997. A promoção destes primeiros Jogos Mundiais da Natureza fica a cargo do Governo do Paraná através da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo. Mais do que um evento esportivo de caráter inédito, excelente aceitação e proporções internacionais, os Jogos nascem como o principal alavancador da promissora indústria do turismo da Costa Oeste. Antes do início do evento, o homem e a natureza já estão ganhando. Mais de 440 mil habitantes de 16 municípios situados à margem do Lago de Itaipu serão beneficiados diretamente com a criação de oportunidades de trabalho durante todo o ano.

**PLANETA ÁGUA,  
PLANETA TERRA E PLANETA AR.  
UNIDOS POR ESPORTE.**

**ESPORTES DA ÁGUA:**



• Canoagem - Traversa  
6 dias em canoa contra a correnteza e a favor da natureza



• Canoagem - Slalom  
5100 m de obstáculos nas águas bravas



• Vela  
231 milhas de emoção nas águas do Lago de Itaipu



• Rafting  
Barras descendo águas turbulentas



• Pesca  
Actos aplaudidos com alguma variedade de peixes

**ESPORTES DA TERRA:**



• Golfe  
Técnicas, bolas e barras inglesas nos campos brasileiros



• Ciclismo  
7 dias e 640 km mostrando habilidade em Mountain Bike



• Orientação Com Arco  
Correndo 30 km na direção da flecha e da pernação



• Escalada  
Ida e volta nas paredes maravilhosas do Iguacu



• Traction  
Atletas completos, provando sua resistência num triplo desaho



• Hipismo  
60 km por dia no convívio entre os homens e os animais

**ESPORTES DO AR:**



• Para-Quedismo  
Heróis voadores, pousando nas belas Cataratas



• Balonismo  
7 dias de balões levando o seu colono aos céus



Para maiores informações, entre em contato com: COMITÊ BRASILEIRO ORGANIZADOR DOS JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA - Curitiba, Paraná. Rua: 1244 - Rua: Brasil - CEP: 800-00000 - Fone: (41) 324-1111 - Fax: (41) 324-1111 - E-mail: jogos@comite.org.br - Site: www.comite.org.br - CEP: 800-00000 - Fone: (41) 324-1111 - Fax: (41) 324-1111 - E-mail: jogos@comite.org.br - Site: www.comite.org.br



**JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA**



**IGUAÇU - COSTA OESTE  
PARANÁ - BRASIL**



JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA  
JUEGOS MUNDIALES DE LA NATURALEZA  
WORLD NATURE GAMES  
JEUX MONDIAUX DE LA NATURE

**NASCEM OS  
JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA.  
BEM-VINDOS.**

O tempo: Setembro de 1997. O espaço: Iguacu, Costa Oeste do Paraná, Brasil. Neste cenário, na convergência do Brasil com o Paraguai e a Argentina, despontam duas maravilhas do mundo, as Cataratas do Iguacu - obra da natureza - e o Lago de Itaipu - obra do homem. E aqui, com a parceria da Itaipu Binacional, da iniciativa privada e dos municípios da região, o Governo do Paraná está promovendo um grande processo de transformação. Para coroar este processo de desenvolvimento sustentado, está nascendo um evento que vai marcar definitivamente a parceria do homem com o meio ambiente e apresentar ao mundo todas as belezas e potencialidades desta deslumbrante região. Senhoras e senhores, bem-vindos à Costa Oeste. Os primeiros Jogos Mundiais da Natureza vão começar

**ESPORTE NATURAL.  
A ÚNICA REGRA É O  
RESPEITO AO MEIO AMBIENTE.**

Na força dos nos, no desenho das trilhas e praias, na liberdade dos ventos, a energia criadora da natureza se manifesta em suas múltiplas riquezas e possibilidades. Diante dela, o homem responde, aproveitando estas forças ou desafiando-as. Deste encontro nasce o esporte natural. Mais que uma modalidade esportiva, uma verdadeira lição de equilíbrio, determinação e respeito ao meio ambiente. Esporte natural se pratica em meios naturais, utilizando a energia dinâmica dos mesmos, com a condição principal de preservação da natureza. Seja nos esportes da Água, da Terra ou do Ar, o desafio é sempre o mesmo: ensinar ao homem a necessidade de preservar o mundo que o cerca.

**COSTA OESTE.  
MAIS ESPETACULAR QUE  
O CENÁRIO SÓ O DESAFIO.**



Os Jogos Mundiais da Natureza vão acontecer num local universal a Costa Oeste do Paraná, Brasil. Um cenário de maravilhosos nos, lagos, corredeiras, parques e paisagens, localizado no coração de um dos mais importantes mercados econômicos do mundo, o Mercosul. São 1.400 km de orla formada pelo Lago de Itaipu

geograficamente adequados para receber a mais completa estrutura residencial, hoteleira e turística. A Costa Oeste tem todos os potenciais imagináveis para se tornar um grande pólo turístico e o principal alavancador do desenvolvimento desta região do Paraná. Como sede dos Jogos Mundiais da Natureza, a Costa Oeste coloca a toda a diversidade dos seus cenários a serviço dos mais espetaculares desafios do esporte natural.

**O IMPORTANTE NÃO É VENCER.  
É SUPERAR OS LIMITES.**



Nos Jogos Mundiais da Natureza, a competição e disputa entre atletas deixam de ter importância quando se considera um outro aspecto: a capacidade e a determinação de cada um em superar os seus próprios limites, no confronto direto homem natureza. É isto que vai dar a este evento o seu caráter de aventura.

**VIVENDO A NATUREZA:  
OS JOGOS EM MOVIMENTO.**

O contato direto com o meio ambiente é a característica principal deste evento. Como não existirão espaços fechados ou cenários estáticos, tanto atletas quanto espectadores vão viver de perto as belezas naturais da região. Nos rios, montanhas, trilhas e ventos, os melhores esportistas dos cinco continentes, federados de forma individual ou através de convite do Comitê Organizador. Com eles, gente de todo o mundo, compartilhando os desafios e a natureza.



# INFORMATIVO

No dia **27 de setembro (sábado)**, estaremos reunidos em ato de protesto público na **Rodovia das Cataratas, às 8:00 h.** para mostrar o descontentamento da população ante o encaminhamento que se tem dado às políticas e os gastos excessivos e irresponsáveis do governo estadual.

Salientamos que não somos contra o investimento no turismo de Foz do Iguaçu, no entanto é preciso vir à público denunciar a destinação puramente de promoção pessoal que se dá a esse evento. É preciso denunciar que o dinheiro do povo usado neste processo serve apenas para criar um clima de festividade que se extingue em uma semana. Fica o rombo nas contas públicas e a falsa imagem de Lerner como um grande estadista.

Estaremos protestando contra o descaso com as questões sociais, tão badaladas na campanha e tão esquecidas agora.

Queremos lembrar o governador todo o seu séquito de que a **educação**, a **saúde** e os **Excluídos socialmente** já não podem mais esperar.

**APP - SINDICATO INTERSINDICAL**

CONSELHO de DESENVOLVIMENTO  
dos MUNICÍPIOS



do LAGO DE ITAIPU

ITAIPU BINACIONAL  
ÁREA FINANCEIRA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

**PAGAMENTO DE ROYALTIES - BRASIL**  
Conforme o Decreto nº 11.019/91

09/04/97

Total BENEFICIÁRIOS	Distribuir em 09.05.97	Porcentuais		Voto. e Mês referência		Total	
		Atd DEZ 92	A partir JAN 93	09.05.97	10.02.93	US Mil	R\$ Mil
		100.0000	100.0000	Mar 87	Dez 92		
				<b>9,681.9</b>	<b>4,965.1</b>	<b>14,647.0</b>	<b>15,600.5</b>
1.	DNAEE MCT Subtotal 1	8.0000 2.0000 10.0000	8.0000 2.0000 10.0000	774.6 193.6 968.2	397.2 99.3 496.5	1,171.8 292.9 1,464.7	1,248.0 312.0 1,560.1
2.	Diretamente atribuídos						
2.1	ESTADOS						
	PARAÍBUNA	38.0856	38.0896	3,685.9	1,891.0	5,576.9	5,939.9
	MAT. ROSSO DO SUL	0.7473	0.7589	73.5	37.1	110.6	117.8
	Subtotal 2	38.8329	38.8285	3,759.3	1,928.1	5,687.4	6,057.7
2.2	MUNICÍPIOS:						
(PR)	Foz de Iguaçu	7.3558	7.3558	712.2	365.2	1,077.4	1,147.5
(PR)	St. Zézinha Itaipu	1.5270	1.5270	147.8	75.8	223.7	238.2
(PR)	S. Miguel Iguaçu	9.8632	3.3131	320.8	489.7	810.5	863.2
(PR)	Itaipuândia		6.8500	634.2		634.2	675.5
(PR)	Medianeira	0.0423	0.0423	4.1	2.1	6.2	6.6
(PR)	Missal	1.4603	1.4603	141.4	72.6	213.9	227.8
(PR)	Sant. Helena	9.6124	9.6124	930.7	477.3	1,407.9	1,499.6
(PR)	Diário de Oeste	0.2048	0.2048	19.8	10.2	30.0	32.0
(PR)	S. João Palmeras	0.0707	0.0707	6.8	3.5	10.4	11.0
(PR)	Maldonado Rondon	5.6608	2.0423	197.7	281.1	478.8	510.0
(PR)	Merc. das		0.7041	68.2		68.2	72.6
(PR)	Pato Agudo		1.7154	166.1		166.1	176.9
(PR)	Entre Rios		1.1990	116.1		116.1	123.6
(PR)	Terra Roxa	0.0578	0.0578	5.6	2.9	8.4	9.0
(PR)	Gua	1.8592	1.8592	180.0	92.3	272.3	290.0
	Subtotal PA ANÁ	37.7139	37.7139	3,651.4	1,872.5	5,524.0	5,883.0
(MS)	Mun. Novo	0.5281	0.5281	51.9	26.6	78.5	83.6
	Subtotal 2.2	38.2500	38.2500	3,703.3	1,899.1	5,602.5	5,967.2
3.	LOCALIZADO: MONTANTE						
	ESTADO:	8.1671	8.1715	597.5	306.2	903.7	962.6
	MUNICÍPIOS	6.7500	6.7500	653.5	335.1	988.7	1,053.0
	Subtotal 3	12.9171	12.9215	1,251.1	641.3	1,892.4	2,015.6
<b>TOTAL</b>		<b>100.0000</b>	<b>100.0000</b>	<b>9,681.9</b>	<b>4,965.1</b>	<b>14,647.0</b>	<b>15,600.5</b>

↳ Municípios instalados a partir de JAN93

Total US\$ 1 US\$10

US\$	R\$
9,681,928.58	10,312,218.00
4,965,092.77	5,288,320.31
14,647,019.33	15,600,540.29

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros e Artigos

ALMEIDA, Antônio de. **Movimentos Sociais e História Popular: Santo André nos Anos 70 e 80**. São Paulo, Editora Marco Zero, 1992.

ALMEIDA, M<sup>a</sup> Soares de. Porto Alegre no Contexto Regional: A Questão da Habitação e do Transporte. In. PANIZZI, Wraha M. e ROVATTI, João F. (Orgs.) **estudos urbanos: Porto Alegre e seu Planejamento**. Porto Alegre, Ed. da Universidade, 1993.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985, 3<sup>o</sup> ed.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro: De frente para o Estado, em busca do Parlamento**. São Paulo, Cortez Editora, 1991.

ANDRADE, Manuel Correia. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo-Recife, Hucitec/Ipespe, 1995.

ANDRADE, L. A. Gama de. Política Urbana no Brasil: o paradigma, a organização e a política. **Estudos Cebrap**. São Paulo, n<sup>o</sup> 18, p.117-148, ou./nov./dez. 1976.

ANDRADE, Manuel Correia. Territorialidade, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A de & SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.) **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 1996.

ARROYO, Monica. Mercosul: discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias. In SANTOS, Minton; SOUZA, Maria Adélia A. & SILVEIRA, Maria Laura. **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Editora Hucitec/ANPUR, 1996. 2<sup>o</sup> ed, pp.308-314.

AUGUSTO, M<sup>a</sup> Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e Ideologia Desenvolvimentista: Estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná)**. São Paulo, Edições Símbolo, 1978.

A Energia Elétrica no Brasil (da primeira lâmpada à Eletrobrás). Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1977.

- BATISTA, Luis Carlos. **Brasiguaios na Fronteira: caminhos e luta pela liberdade.** Dissertação de Mestrado. Mato Grosso do Sul, 1990.
- BECKER, Bertha K. Carajás: gestão do território e territorialidade na Amazônia. in **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos.** São Paulo, Ano VIII, 1988 - n.º.25:77.
- BECKER, Bertha. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. in YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A. & CRUZ, Rita de Cássia Ariza da.(Orgs.). **Turismo - Espaço Paisagem e Cultura.** São Paulo, Hucitec, 1996.
- BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização na aurora do século XXI.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar.** São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- BIRKHOLZ, Lauro Bastos. Evolução do Conceito de Planejamento Territorial. in **Questões de organização do espaço regional.** Glida Collet Bruna, organizadora. São Paulo, Nobel: USP, 1983.
- BONIN, Luís Carlos. A Regularização Fundiária e a Democratização do Solo Urbano. In. PANIZZI, Wrana M. e ROVATTI, João F. (Orgs.) **estudos urbanos: Porto Alegre e seu Planejamento.** Porto Alegre, Editora da Universidade, 1993.
- BRAGUETO, Cláudio Roberto & CARVALHO, Márcia Siqueira de . Breves considerações sobre as divisões regionais do Estado do Paraná. In **Geografia Revista do Depto. de Geociências.** Londrina, vol. 6, 1990/91, pp. 67-100.
- BRENNEISEN, Eliane C. **Lutas pela Terra no Oeste Paranaense Do Movimento ao Assentamento: Limites e Contradições de um Projeto Coletivo de Produção.** São Paulo: PUC, 1994. (Tese de Mestrado).
- BRESCIANI, Maria Stella. A Cidade das Multidões, a cidade aterrorizada. In PECHMAN, Robert M. (Org.). **Olhares sobre a cidade.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.
- CAMPA, Ricardo. **A época das incertezas e as transformações do Estado Contemporâneo.** São Paulo. Difel, 1985.
- CARDOSO, Adauto & LAGO, Luciana Corrêa. Pobreza urbana e condições habitacionais na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. in **Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ.** Ano 1, n.º. 1 jan./abril, 1996.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri & CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Orgs.) **Turismo - Espaço Paisagem e Cultura**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- CARVALHO, Sonia Nahas de. O Sentido da Mudança na Legislação de Uso do Solo. In **Questões Urbanas - O Sentido das Mudanças**. São Paulo em Perspectiva - Revista da Fundação SEADE. São Paulo, Vol.9/n.2/Abril-Jun./1995.
- CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. **Espaço e Debates**. São Paulo, Cortez. Nº1, p.71-78, jan.81.
- CASTELLS, Manuel. **Cidade, Democracia e Socialismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- CASTELLS, Manuel. **Lutas Urbanas e Poder Político: Cidade em questão 5** **afrentamento**. Paris, Maspero, 1973.
- CASTILLO, Ricardo. Pressupostos para um estudo geográfico da cidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**. nº.20, dez. 1995. Porto Alegre.
- CASTRO, Antonio Barros de & SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, 2º ed.
- CASTRO, Armando Barros de. Globalização e Crise Urbana - provocativas metodológicas. In **Questões Urbanas o sentido das mudanças**. São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE. São Paulo, vol9/Nº2/Abril-Jun./1995.
- CAUBET, Christian G. **As Grandes Manobras de Itaipu**. São Paulo, Editora Acadêmica, 1991.
- CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. São Paulo, Difel, 1985.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo, Ed. Ática, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço metropolitano e sua dinâmica. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre .nº. 20, p.3-192. dez. 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo, Ed. Ática, 1993, 2º ed.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo, Ed. Ática , 1991, 4º ed.
- COSTA Neto, Luciano. **Hegemonia e Política de Estado**. Petrópolis, Vozes, 1988.

- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.
- CUNHA, Flávio Saliba. **Movimentos Sociais Urbanos e a Redemocratização - a experiência do Movimento Favelado de Belo Horizonte**. Revista Novos Estudos Cebrap, nº35, março de 1993, pp.133-143.
- DALLARI, Adilson Abreu & FIGUEIREDO, Lúcia Valle (Coordenadores). **Temas de Direito Urbanístico - 2**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- DE PAULA, José Carlos Milléo. **População, Poder Local e Qualidade de Vida no Contexto Urbano de Ponta Grossa - Pr.** Rio Claro:UNESP, 1993. (Tese de Mestrado).
- DEUS, João de. Modernização e Reforma do Estado. **Geosul**, nº. 17, ano IX - 1º semestre de 1994.
- DINIZ FILHO, Luiz Lopes. BESSA, Vagner de Carvalho. **Vocação e Nacionalismo: as visões do urbano no pensamento do Estado brasileiro (1930-1961)**. in **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano XI. 1991. Neru. São Paulo.
- DOIMO, Ana Maria. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. Petrópolis, Editora Vozes, 1984.
- DOLFUSS, Olivier. **O espaço geográfico**. 3º ed. São Paulo. Difel, 1978.
- DOWBOR, Ladislau. **Introdução ao Planejamento Municipal**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- DOWBOR, Ladislau. **O que é Capital**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, 5º ed
- DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994a.
- DOWBOR, Ladislau. Governabilidade e descentralização. In **Revista Paranaense de Desenvolvimento - Economia Estado Sociedade**. Curitiba, IPARDES, Nº83, Setembro/Dezembro 1994b.
- DUARTE, Aluizio Capdeville. O conceito aplicado à identificação de uma região. In **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 50, n2. P.99-106. Abr./jun/89.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1977.
- Energia elétrica no Brasil (da primeira lâmpada à Eletrobrás). Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São

Paulo, Global, 1984.

ENGELS, Friedrich. **Questão do Alojamento**. Coleção textos políticos, 197

FALKEMBACH, Elza M. F. **Planejamento Participativo e Movimentos Sociais**. Ijuí, Livraria Unijuí Editora, 1987.

FARIA, Vilmar. **O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes**. In Estudos Cebrap nº18. Editora Brasiliense de Ciências Humanas Ltda. Out./Nov./Dez. 1976.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Movimentos Sociais Rurais no Paraná - 1978-1982**. Curitiba, UFPR, texto mimeo, 1982.

FIGHERA, Delfina Trinca. Estado e território: suas relações e a globalização. in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. & SILVEIRA, Maria Laura. **Território Globalização e Fragmentação**. 2º ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

FIGHERA, Delfina Trinca. Estado e território: suas relações e a globalização. in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. & SILVEIRA, Maria Laura. **Território Globalização e Fregmentação**. 2º ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

FOURQUET, François. Cidades e economias-mundo segundo Fernad Braudel. in **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano XI. 1991. NERU. São Paulo.

GALLERO, Alvaro Lopez. El Impacto De La Globalizacion sobre El Turismo. In RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). **Turismo e Geografia - Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo, Hucitec, 1996.

GEIGER, Pedro Pinchas. Turismo e Espacialidade. in RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). **Turismo e Geografia - Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo, Hucitec, 1996, pp. 55-61

GEISSI, GUILLERMO e SABATINI, Francisco. **Renta de la Tierra y Heterogeneidade Urbana**. Revista Interamericana de Planificacion, vol.XV, nº 59, Set. 1981

GERMANI, Guiomar I. **Os Expropriados de Itaipu**. Porto Alegre: UFRGS, 1982, 366p. (Tese de Mestrado).

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo, Edições Loyola, 1991.

GOMES, Paulo César da Costa e COSTA, Rogério Haesbaert da. **O Espaço na Modernidade**. Revista Terra Livre, n.5, 1988, pp.47-67.

- GONÇALVES, Francisco Luiz Salles. Estado em Sociedade: dimensões brasileiras da crise global. in **São Paulo em Perspectiva**. v.9, nº 4, 1995.
- GONÇALVES, M<sup>a</sup>. Flora. Processo de Urbanização no Brasil. in **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano IX. 1989. nº.28. NERU. São Paulo.
- GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo, Edusp, 1993.
- GOTTDIENER, Mark. A Teoria e a Reestruturação Sócio-Espacial: O Caso dos Estados Unidos. In. **Reestruturação Urbana - Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro, Nobel/IUPERJ, 1990.
- GRAZIA, Grazia de. **Plano Diretor: Instrumento de Reforma Urbana**. Rio de Janeiro, Fase, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.
- GRECO, Marco Aurélio. O Solo Criado e a Questão Urbana. In. PESSOA, Alvaro (Coord.). **Direito do Urbanismo: Uma visão sócio-jurídica**. Rio de Janeiro, IBAM, 1980, pp. 1-24.
- HARLOE, Michael. Marxismo, Estado e questão urbana: notas críticas a duas recentes teorias francesas. Trad. de Helio Alan Saltorelli. in **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano IX. 1989. nº. 28. Neru. São Paulo.
- HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo, Hucitec, 1980.
- HOBSBAWN, Eric. J. **Os Trabalhadores: Estudo sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989, 2º ed.
- IANNI, Octavio. Nação: província da sociedade global? in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. & SILVEIRA, Maria Laura. **Território Globalização e Fragmentação**. 2º ed. São Paulo, Hucitec, 1996.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Redefinição do Conceito de Urbano e Rural**. Curitiba, Setembro de 1983.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Temas Estratégicos para o Paraná**. Curitiba, Dezembro de 1994. p.77-98.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Elementos para uma Política de Desenvolvimento Urbano para o Paraná**. Curitiba,

nov/1987.

- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Economia Estado sociedade**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Nº88 Setembro/Outubro 1996.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Impacto Ambiental de Itaipu**. Curitiba, Novembro de 1981.
- IPARDES - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social. **Estudo dos Efeitos Econômicos e Sociais da Hidrelétrica de Itaipu Sobre a Região Oeste do Paraná**. Curitiba,, abril de 1977.
- IPARDES - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social. **Alterações Ecológicas decorrentes de Itaipu**. Curitiba, 1977.
- IPARDES - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social. **Impacto Ambiental de Itaipu**. Curitiba, Novembro de 1981.
- JACOBI, Pedro R. Movimentos Sociais Urbanos numa época de Transição: Limites e Potencialidades. In SADER, Emir (Org.) . **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. São Paulo, Cortez Editora, 1987.
- JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas - Demandas por Saneamento básico e Saúde: São Paulo 1974-84**. São Paulo, Cortez Editora, 1993, 2º ed.
- JONG, Gerardo M. As Grandes Obras Hidrenergéticas. Contribuição para a Análise de seus Efeitos Regionais. In SOUZA, Maria Adélia A.; SANTOS M.; SCARLATO, Francisco C. & ARROYO Monica (Orgs.). **Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica**. São Paulo, Hucitec - ANPUR, 1994, 2º ed.
- KLEINKE, Maria de Lourdes U. at. alli. O paraíso dos outros. in **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. IPARDES. Curitiba, nº88, maio/ago., 1996. pp.23-36.
- KNAFOU, Remy. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In RODRIGUES, Adyr A B. (Org.). **Turismo e Geografia - Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985, 4. ed.
- KOWARICK, Lúcio. **Lutas Urbanas e Movimentos Populares: Alguns Pontos para Reflexão**. In Espaço e Debates. Jan.83, nº8.

- LACOSTE, Yves. **A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra**. Campinas, Papirus, 1989, 3. ed.
- LAHORGUE, Maria Alice. Dinâmica Espacial da Produção e da População e as Zonas de Fronteira - Reflexões Sobre o Mercosul in **Fronteiras na América Latina espaços em transformação**. Iára Regina Castello et. alii. (Org.). Editora da Universidade, Porto Alegre, 1997.
- LAVINAS, Lena. Integração econômica e reestruturação espacial. in **Cadernos IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ)**. Ano 1, nº 1 (Jan./mar,1986).
- LAVINAS, Lena. Integração Econômica e Reestruturação Espacial. in **Cadernos IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ)**. Ano 1, nº 1 (Jan/Mar,1986).
- LEFEBVRE, Henry. **La Revolucion Urbana**. Madrid, Alianza, 1972.
- LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Editora Moraes, 1991.
- LEITE, Maria Angela Faggin P. A Região Socialmente Construída: Natureza e Cultura como Processos de Organização Regional. In **Boletim de Geografia Teórica**. Vol. 22(43-44), 1992.
- LENINE, V. **O Estado: Preto e Branco**. Lisboa, Delfos, 1975, 2º ed.
- LIPIETZ, Alain e LEBORGNE, Danielle. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In **Reestruturação Urbana - Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro, Nobel/IUPERJ, 1990.
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- MACHADO, Ewerton Vieira. **Aracajú: "Paisagens e Fetiches" - Abordagens Acerca do Processo de seu Crescimento Urbano Recente**. Florianópolis: UFSC, 1989 (Tese de mestrado).
- MARTIN, André Robert. **Fronteiras e Nações**. São Paulo, Contexto, 1994, 2º ed.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo, Pioneira, 1967.
- MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, Luciano. **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós 64**. Rio de Janeiro,

Paz e Terra, 1991, 2º ed.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo, Martins Fontes, 1983, 2º ed.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da Injustiça**. Trabalho Jornalístico. Foz do Iguaçu, 1982.

MELLO, Péricles de Holleben. **Projeto Poti. (Um assentamento de Trabalhadores Rurais)**. Porto Alegre: UFRGS, 1993. (Tese de Mestrado).

MELO, Marcus André B. C. Regimes de Acumulação, Estado e Articulação de interesses na produção do espaço construído (Brasil, 1940-1988). In **Reestruturação Urbana - Tendências e desafios**. Rio de Janeiro, Nobel/IUPERJ, 1990.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas, Papirus, 1995.

MOISÉS, J. A; MARTINEZ - ALIER, Verena; OLIVEIRA, F. de et alii. **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 2º ed.

MOREIRA, Ruy. Da Região à Rede e ao Lugar. In **Ciência Geográfica**. Bauru, AGB, nº6, abril de 1997.

MULLER, A. C. **Itaipu uma Central Hidrelétrica com muita vida**. Simpósio Sobre Barragens e o Meio Ambiente. Comitê Brasileiro de Grandes Barragens. Maio de 1988.

NEVES, Gervásio Rodrigues. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de & SILVEIRA, Maria Laura. **Território Globalização e Fragmentação**. 2º ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

NOGUEIRA, Brenno Cyrino. Contribuições do Planejamento Regional para a Institucionalização do Planejamento Municipal. **Questões de organização do espaço regional**. Glida Collet Bruna, organizadora. S. Paulo: Nobel: Edusp, 1983.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. 5º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 1980.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná**. São Paulo, Hucitec, 1981.

- PANIZZI, Wrana Maria. Entre cidade e Estado, a propriedade e seus direitos. Trad. de Ivone Salgado. In **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano IX. 1989. Neru. São Paulo.
- PANIZZI, Wrana Maria. Áreas de Invasão: Lugar de Moradia Provisória? In. PANIZZI, Wrana M. e ROVATTI, João F. (Orgs.) **Estudos Urbanos: Porto Alegre e seu Planejamento** Porto Alegre, Editora da Universidade, 1993.
- PAVIANI, Aldo. Dinâmica Regional e os Desafios para a Regionalização. In **Boletim de Geografia Teórica**. São Paulo, vol. 22 (43-44), 1992.
- PAVIANI, Aldo. Mudança ou Transformação na Cidade: uma abordagem preliminar. **Geosul**. nº. 17, ano IX - 1º semestre de 1994.
- PERLMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade - Favelas e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PETRAS, James. **Da análise da decadência econômica dos Estados Unidos a uma crítica do Neoliberalismo na América Latina**. In Revista Catarinense de História, nº2, editora 3º Milênio, 1994.
- PIQUET, Rosélia. Grandes Projetos e tendências na ocupação do território: a modernização excludente. in **Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano X. 1990, nº31. NERU. São Paulo.
- PIQUET, Roselle. Grandes projetos e tendência na ocupação no território... **Espaço e Debates**, 1990. nº. 31.
- PRZEWORSKI, Adam. **A falácia Neoliberal**. In Revista Lua Nova, nº28/29, 1991.
- QUANDT, Carlos. **Evaluation of Spatially Discontinuous Social Impacts: The Case of Itaipu, a Major Resource-based Development Project in Brazil**. Los Angeles, 1987. (Tese de Mestrado).
- Referência em Planejamento. **Foz e Itaipu - A Hidrelétrica muda até os hábitos da cidade**. Curitiba: SEPL, v.1, n.1, jan./mar.1976, p.45-50.
- REZENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Reforma Urbana nos limites da modernização. in **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano XIV. 1994. nº 37. Neru. São Paulo.
- RIBEIRO, Claudia M. Braga. **Sobre as Sobreposições de Demarcações Territoriais**.

Florianópolis: UFSC, 1992. (Tese de Mestrado).

- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & CARDOSO, Adauto Lucio. Planejamento urbano no Brasil : paradigmas e experiências. in **Espaço e Debates : Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano XIV. 1994. nº 37. Neru. São Paulo.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & SANTOS JUNIOR, Orlando Alves de. Das desigualdades à exclusão social, da segregação à fragmentação : os novos desafios da reforma urbana. in **Cadernos IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional)**. Ano 1, nº 1 (Jan/ abril, 1986).
- RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. Urbanismo: Olhando a cidade, agindo na sociedade. In PECHMAN, Robert M. (Org.). **Olhares sobre a Cidade**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Diversidade Territorial e Produção do Espaço. In **Boletim de Geografia Teórica**. São Paulo, vol. 22 (43-44), 1992
- RICHARDSON, Harry W. **Economia Regional**. Rio de Janeiro, 1975, pp. 54-69.
- RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. Desafios Para os Estudiosos do Turismo. In Rodrigues, Adyr A. B. (Org.). **Turismo e Geografia - Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo, Hucitec, 1996, pp.17-32.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. A Produção e o Consumo do Espaço Para o Turismo e a Problemática Ambiental. In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A. & CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Orgs.). **Turismo - Espaço Paisagem e Cultura**. São Paulo, Hucitec, 1996, pp. 55-62.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Desafios para a (Re)leitura do Território. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, nº. 20, dez. 1995,pp.3-192.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. São Paulo, Editora Contexto, 1988.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo, Nobel, 1992, 3º ed.
- SANTOS, Milton. A Metrópole: Modernização, Involução e Segmentação. In **Reestruturação Urbana - Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro, Nobel/IUPERJ, 1990.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

- SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo, Hucitec, 1989, 2º ed.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo, Hucitec, 1991, 2º ed.
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da Economia Urbana dos países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1979.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo, Nobel, 1993, 2ºed.
- SANTOS, Milton. O Meio técnico- científico e a urbanização no Brasil. in **Espaço e Debates : Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano VIII, 1988. nº. 25. São Paulo.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. in SANTOS, Milton , SOUZA, Maria Adélia A. & SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território Globalização e Fragmentação**. Editora Hucitec, São Paulo, 1996a, 2º ed.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo, Hucitec, 1986.
- SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo, Hucitec, 1990, 3º ed.
- SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo : Globalização e meio técnico - científico informacional**. São Paulo, Hucitec, 1996b, 2º ed.
- SANTOS, Milton. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. in **Os caminhos da Reflexão sobre a cidade e o urbano**. Ana Fani Alessandri Carlos (Org.) São Paulo. USP. 1994.
- SASSEN, Saskia. A cidade global. in **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil**. Lena Lavinas, Liana Maria da F. Carcial, Maria Regina Nabuco (Org.) ANPUR - Hucitec, São Paulo, 1993.
- SAWAIA, Bader B. O calor do lugar - segregação urbana e identidade. In **Questões Urbanas - o sentido das mudanças**. São Paulo em Perspectiva - Revista da Fundação SEADE. São Paulo, Vol.9/N.2/ Abril-Jun./1995.
- SCHERER - WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais: Um Ensaio de Interpretação Sociológica**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1984.
- SCHERER - WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo, Edições Loyola, 1993.
- SCHILLING, Paulo & CANESE, Ricardo. **Itaipu: Geopolítica e Corrupção**. CEDI. São Paulo, 1991.

- SCHIMIDT, Benício Viero. **O Estado e a Política Urbana no Brasil**. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1983.
- SERRA, Geraldo. **O Espaço Natural e a Forma Urbana**. São Paulo, Nobel, 1989.
- SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Nº 18, ano 07, Fev./1992.
- SILVA, Armando Corrêa. **O Espaço Fora do Lugar**. São Paulo, Hucitec, 1988, 2º ed.
- SILVA, Mário C. T. **O Papel do Político na Construção do Espaço dos Homens**. In. Revista Terra Livre, nº 5, São Paulo, Ed. Marco Zero, 1988, pp. 69-82.
- SILVEIRA, Marcos Aurélio T. da. **Turismo, Território e Globalização. Considerações sobre o Mercosul**. In Revista Ra'e Ga O Espaço Geográfico em Análise. Nº 01, ano I. Depto. de Geografia/UFPR. Curitiba, 1977.
- SINGER, Paul e BRANT, Vinicius Caldeira. (Orgs.) **São Paulo: O Povo em Movimento**. Petrópolis, Vozes, 1983, 4º ed.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990, 12º ed.
- SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas : reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1993.
- SOUZA, Edson Belo Clemente de. **O Significado da Avenida Beira-Rio para a Nova (Des)ordem espacial/urbana de Foz do Iguaçu**. Comunicação apresentada no 10º Encontro Nacional de Geógrafos. Recife, 1996.
- SOUZA, Edson Belo Clemente de. **Os Efeitos Sociais e Ambientais provocados pela Hidrelétrica de Itaipu**. Guarapuava: UNICENTRO, 1992. (Monografia de Especialização).
- SOUZA, Edson Belo Clemente de. **Reterritorialização no Oeste do Paraná**. Comunicação apresentada no Simpósio Multidisciplinar Internacional - " O Pensamento de Milton Santos e a Construção da Cidadania em tempos de Globalização". 24 a 27 de Julho de 1997, Bauru -SP.
- SOUZA, Edson Belo Clemente de Souza. **A Produção do Território através do Turismo na Era da Globalização**. Comunicação apresentada no IV Simpósio Interdisciplinar de História e Geografia. 21 a 24 de Outubro de 1997, Mal. Cândido Rondon - Pr.
- SOUZA, Maria Adélia A. A Explosão do Território: Falência da Região? In **Boletim de**

**Geografia Teorética.** São Paulo, Vol.22 (43-44), 1992.

SOUZA, Maria Adélia A. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. & SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território Globalização e Fragmentação.** São Paulo, Editora Hucitec, 1996, 2º ed., pp.21-28.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Estudos sobre a cidade no espaço regional e nacional: teoria e método. in Ana Fani Alessandri Carlos (org.). **Os caminhos da Reflexão sobre a cidade e o urbano.** São Paulo. USP. 1994.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Geografia da desigualdade: globalização e fragmentação. in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. & SILVEIRA, Maria Laura (orgs.) **Território Globalização e Fragmentação.** 2º ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Razão Global/ Razão Local/Razão Clandestina/ Razão Migrante. Reflexos sobre a cidade e o migrante - Relendo (sempre) e homenageando Milton Santos. **Boletim Gaúcho de Geografia.** nº. 20, dez. 1995. Porto Alegre.

SUZIGAN, Wilson. **Estado e Industrialização no Brasil.** In Revista Economia Política, vol.8, n.4, São Paulo, outubro-dezembro/1988.

TOLEDO, Ana Helena Pompeu de. **Planejamento Urbano em debate.** São Paulo, Cortez e Moraes, 1978.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930: a dominação oculta.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, 4ªed.

UCLÉS, Mario Lungo. Movimentos urbanos e regionais na América Central na década de 80. Trad. de Ivone Salgado. in **Espaço e debates : Revista de Estudos Regionais e Urbanos.** Ano IX. 1989. Neru. São Paulo.

VAINER, Carlos B. Regionalismo e Projeto Nacional: uma reflexão sobre regionalismos velhos e novos. in **Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ.** Ano 1. nº1 (Jan./Abril, 1996).

VALLADARES, Lícia & EDMOND, Preteceille (Organizadores). **Reestruturação Urbana: desafios e tendências.** Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, 1990.

VALLADARES, Licia do Prado. (Org.) **Repensando a Habitação no Brasil.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa - análise do Programa de**

**Remoção de Favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980. 2ªed.

VIANA, Elze M.; TARNOWSKI, Luiz C. & MOURA, Rosa. **Urbano e Regional - O Contexto Pós-Constitucional em Debate** . Governo do Pr. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Curitiba, 1991.

VILLAÇA, Flávio. A Crise do Planejamento Urbano. In **Questões Urbanas - o sentido das mudanças**. São Paulo em Perspectiva - Revista da Fundação SEADE. São Paulo, Vol. 19/n.2/Abril-Jun/1995.

VIOLA, E. J; SCHERER-WARREN, I; KRISCHKE P. (Org.) **Crise Política, Movimentos Sociais e Cidadania**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1989.

WOOD, Roberto C. A Humanização do Meio Ambiente. Simpósio do Instituto Smithsonian. "Ciência e a Cidade". São Paulo: Cultrix, 1968.

ZAAR, Miriam Hermi. **A Produção do Espaço Agrário em Marechal Cândido Rondon (PR) entre 1940 e 1991**. Florianópolis: UFSC, 1996, 180 p. (Tese de Mestrado)

ZAHN, Carlos Eduardo. O processo de urbanização : características e evolução. in **Questões de organização do espaço regional**. Gilda Collet Bruna (org.). S.Paulo , Nobel : Edusp, 1983.

ZAHN, Carlos Eduardo. Planejamento Municipal: Considerações sobre sua Estruturação, Problemas e Perspectivas. in **Questões de Organização do Espaço Regional**. S. Paulo, Nobel, Edusp, 1983.

ZAHN, Carlos Eduardo. Política de Desenvolvimento Urbano Condicionante para o Processo de Planejamento Local e Municipal. in **Questões de Organização do Espaço Regional**. Gilda Collet Bruna (org.) São Paulo. Nobel, Edusp, 1983.

## Fontes

### Entrevistas

Antonio Guaraná Mendes - Diretor do Depto de Coordenação de Projetos/PMFI 08.03.95	18.01.95 e
Hugo Luís Naranjo Cornejo - Diretor da Secretaria de Administração/PMFI.....	18.01.95
Samuel Gomes dos Santos - Advogado Trabalhista.....	19.01.95
Irmã Zenaide - Pastoral do Migrante .....	19.01.95
Darci Damin - Secretário da COHAFOZ/PMFI .....	19.01.95
Amauri Scudero - Jornalista e Biólogo .....	19.01.95
Luís Carlos Kossar - Diretor de Informações Institucionais/PMFI .....	19.01.95
Bispo Dom Olívio.....	20.01.95
Dilmo Vitorassi - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários	20.01.95
Adelmo Müller - Presidente da ADEAFI .....	20.01.95
Moisés Rodrigues - Presidente do Movimento dos Favelados da Beira-Rio.....	21.01.95
Carlos Juliano Budel - Secretário de Obras e Urbanismo/PMFI.....	21.01.95 e 07.03.95

Írio Holler -	
Diretor da CODEFI/PMFI.....	03.03.95
Kátia Schimidt -	
Presidente da UMAMFI .....	06.03.95
Adilson Simão -	
Chefe Regional do IBAMA .....	07.03.95
Alúcio Palmar -	
Secretário da Comunicação Social/PMFI.....	07.03.95
Maria Emilce Mendonça -	
Diretora do Cetremi.....	07.03.95
Chico de Alencar -	
Jornalista e Diretor da Revista différence .....	07.03.95
José Roberto de Andrade -	
Arquiteto e colaborador do PDDI - FI/1992 .....	08.03.95
Ricardo Mocelin -	
Presidente do Movimento Intersindical .....	08.03.95
Paulo Macdonald Ghisi -	
Engenheiro Civil e colaborador do PDDI - FI/1992.....	10.03.92
Antonio Sebastião da Cruz -	
Morador no bairro de Três Lagoas .....	06.05.95
Rogério Bonato -	
Jornalista e Arquiteto.....	06.02.96
Fernando Bellani -	
Diretor - Técnico da Paranatur .....	06.02.96
Marcos José Formigheri -	
Diretor - Presidente do Jornal Gazeta do Paraná.....	28.08.97

## Planos

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Foz do Iguaçu - PDDI/FI, 1974.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Foz do Iguaçu - PDDI/FI, 1992.

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo de Foz do Iguaçu - Planejamento Operacional (1997-2000). Maio/97

Plano de Ação - Conferência Brasileira Habitat II - Direito à Moradia e à Cidade. Rio de Janeiro, 9 a 12 de maio de 1996.

## Anuários

Anuário Estatístico de Foz do Iguaçu - Perfil 1994. PMFI

Anuário Estatístico de Foz do Iguaçu - Perfil 1995. PMFI

## Relatórios/ Diretrizes/Tratados/Manual/Projeto e outros

Relatório do Projeto Costa Oeste, Curitiba, jan. 1997.

Projeto Portal da Cidade de Foz do Iguaçu - PMFI, 1993.

Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais. MICT, EMBRATUR e OMT. 1992.

Manual de Avaliação de Impactos Ambientais - MAIA. Curitiba: SUREHMA/GTZ, 1992.

Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Extremo-Oeste do Paraná. SMCS, 1994.

Encontro Paranaense Para o Habitat II. **Assentamentos Humanos para o séc.XXI: A criação de um novo cenário. (Resultados e Recomendações)**. Curitiba, IPARDES, Agosto de 1995.

Foz do Iguaçu, Câmara Municipal - Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu, 1990.

Foz do Iguaçu - Pr. CMFI, 1990.

Foz do Iguaçu - Coletânea de Dados - PMFI, 1993.

Radiografia do Déficit Habitacional de Foz do Iguaçu. SMCS/DPII, 1994.

Resumo do Projeto Itaipu. Curitiba, Graphos, 1988, 1º ed.

Tratado Brasil - Paraguai - 26/04/73. Editado pela Itaipu Binacional (Diretoria Geral - 1986).

A Usina Hidrelétrica de Itaipu. Itaipu Binacional. Setembro/1990.

Política Nacional de Turismo - Diretrizes e Programas (1996-1999). Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo - MICT e Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, 1996.

Projeto Lindeiros - CD Rom (versão 1.0), 1997. CEFET/PR

Palavras pronunciadas pelo General José Costa Cavalcanti ao assumir a presidência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, no dia 29 de setembro de 1980 (segunda-feira) no Rio de Janeiro. Mimeo.

### **Jornais**

Folha de São Paulo - São Paulo; O Jornal - Marechal Cândido Rondon; A Gazeta do Iguaçu - Foz do Iguaçu; Gazeta do Paraná - Cascavel; O Presente - Marechal Cândido Rondon; Nosso Tempo - Foz do Iguaçu, O Estado do Paraná - Curitiba, Voz da Fronteira Foz do Iguaçu, Jornal de Foz - Foz do Iguaçu, Mega News - Informativo da Itaipu Binacional, Canal de Aproximação - Itaipu Binacional e Jornal de Itaipu.

### **Revistas**

Revista do Mercosul. nº42, Abril/Maio de 1997.

Revista Gente & Natureza. Publicação da Prefeitura de Foz do Iguaçu - Pr.Set./97

Revista Rumos do Desenvolvimento. Nº137, Junho de 1997.

Retratos - Foz do Iguaçu. (Coletânea de entrevistas e fotos sobre a história de Foz do Iguaçu). Setembro de 1997.

Oeste - Revista Mensal de Informação - Ano VIII - Nº 81, abril de 1993.